

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ
Marcos Vinício Cuba

**ADEQUAÇÃO CURRICULAR PARA ALUNOS NO
ESPECTRO AUTISTA: PRÁTICAS DOCENTES NOS ANOS
INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL**

Taubaté – SP

2022

Marcos Vinício Cuba

**ADEQUAÇÃO CURRICULAR PARA ALUNOS NO
ESPECTRO AUTISTA: PRÁTICAS DOCENTES NOS ANOS
INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL**

Dissertação apresentada à Banca de Defesa da Universidade de Taubaté como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre pelo Programa de Pós-graduação Mestrado Profissional em Educação da Universidade de Taubaté.

Área de Concentração: Formação Docente para a Educação Básica.

Linha Pesquisa: Inclusão e Diversidade Sociocultural.

Orientador: Prof. Dr. Cristovam da Silva Alves.

Taubaté – SP

2022

MARCOS VINÍCIO CUBA

**ADEQUAÇÃO CURRICULAR PARA ALUNOS NO
ESPECTRO AUTISTA: PRÁTICAS DOCENTES NOS ANOS
INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL**

Dissertação apresentada à Banca de Defesa da Universidade de Taubaté como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre pelo Programa de Pós-graduação Mestrado Profissional em Educação da Universidade de Taubaté.

Área de Concentração: Formação Docente para a Educação Básica.

Linha Pesquisa: Inclusão e Diversidade Sociocultural
Orientador: Prof. Dr. Cristovam da Silva Alves.

Data: 30 de Agosto de 2022

Resultado: **Aprovado**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Cristovam da Silva Alves

Universidade de Taubaté - UNITAU

Assinatura



Profa. Dra. Luciana de Oliveira Rocha Magalhães

Universidade de Taubaté - UNITAU

Assinatura



Prof. Dr. Fábio Alves Gomes

Universidade do Estado do Amazonas

Assinatura



**SISTEMA INTEGRADO DE BIBLIOTECAS – SIBI
GRUPO ESPECIAL DE TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO – GETI
UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ**

C962a Cuba, Marcos Vinício

Adequação curricular para alunos no espectro autista : práticas docentes nos anos iniciais do Ensino Fundamental / Marcos Vinício Cuba. -- 2022.

198 f. : il.

Dissertação (mestrado) - Universidade de Taubaté, Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação, 2022.

Orientação: Prof. Dr. Cristovam da Silva Alves, Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação.

1. Adaptação curricular. 2. Currículo. 3. Educação inclusiva. 4. Formação docente. I. Universidade de Taubaté. Programa de Pós-graduação em Educação. II. Título.

CDD – 370

Dedico esta dissertação aos meus pais, Vera Lúcia Moreira Cuba e José Benedito Cuba, ao meu irmão, Sandro Paulo, às minhas irmãs, Katty e Kelly, à minha sobrinha, Ana Lúvia, aos professores que tive em toda a minha trajetória pessoal e profissional, ao meu orientador, Cristovam da Silva Alves, por ter me acolhido e ajudado de forma imensurável nesta trajetória. Aos amigos e alunos, por acreditarem em mim e na Educação.

AGRADECIMENTOS

À força divina, conhecida como Deus, Alá, Krishna pelas bênçãos e luzes em minha vida. Aos meus pais, pelo dom da vida e incentivo em minha trajetória de estudos.

A cada pessoa que me auxiliou durante a minha trajetória profissional e pessoal, incentivando-me de alguma forma e acreditando no potencial da Educação na sociedade.

Às participantes desta pesquisa, pelas contribuições e disposição para me fornecer informações.

Às professoras da UNITAU pelas aulas, momentos de muitas reflexões, aprendizado e por proporcionarem ocasiões especialíssimas com profissionais maravilhosos. Trago à luz a aula com Bernadete Gatti, que encerrou a disciplina com chave dourada.

À Alessandra Aparecida Ramos, secretária acadêmica da UNITAU, pessoa que compreendeu as minhas necessidades e contribuiu para a realização deste sonho.

A todos os colegas do mestrado, especialmente Amanda Fischer Viola, Renan A. A. M. da Silva e Rosilene Inês Chaves.

Às inúmeras contribuições da professora doutora Luciana Magalhães, que me encaminhou materiais, sugestões e pontuações que ampliaram minha visão do processo inclusivo, repensar o uso de terminologias e conhecer novos autores.

Ao professor doutor Fábio Alves Gomes que contribuiu de forma ímpar neste processo de aprendizado. Fez-me refletir e ser mais preciso e descritivo, para que o leitor pudesse compreender as escolhas realizadas nesta pesquisa.

A duas pessoas partilharam comigo seus conhecimentos e me incentivaram, professoras Mércia e Nena. Elas foram imprescindíveis, pois,

fizeram com que eu acreditasse na realização deste sonho e não desistisse. A história de vida de ambas me impulsionou.

Aos amigos: Douglas Serratti, por me ajudar em todos os momentos que pôde e acompanhar a minha trajetória, Thales Rocha, por me incentivar e me auxiliar com a produção dos dados de forma matemática e Sônia Mathias, pela revisão do texto e pelas valiosas sugestões.

À Beatriz Caetana, amiga de longa data, que como eu acredita que a Educação pode mudar vidas. Nossa primeira faculdade foi uma conquista e não paramos mais de estudar. Profissional ímpar no quesito tradução, fez o abstract por várias vezes. Beatriz conhece bem o teor desta pesquisa.

Ao advogado Vinícius de Souza Carvalho, por ter me auxiliado nos momentos de dúvidas em relação aos termos específicos das legislações.

Ao professor que me acolheu em um momento especial e me conduziu de forma leve e pontual no processo de orientação. Cristovam da Silva Alves, um profissional com humildade e muita sabedoria, conduz aqueles que sonham e acreditam na Educação.

Ao professor Johel Abdallah, pela revisão textual e pelas sugestões.

O processo de formação é definido como um movimento orientado a responder aos diversos desafios que se sucedem no que se poderia identificar como diferentes fases da vida profissional: o início da carreira, o processo de desenvolvimento e os tempos mais avançados em que o professor consolida sua experiência profissional.

(GATTI & BARRETO)

RESUMO

A adequação de currículo é essencial e precisa começar desde cedo, para que seja possível promover o desenvolvimento das crianças com necessidades educacionais especiais. O objetivo geral desta pesquisa foi investigar os desafios e as possibilidades de adaptações curriculares apontados pelos professores de alunos no Espectro Autista, matriculados nos anos iniciais do Ensino Fundamental de uma rede municipal, em 2018 e 2019, em um município da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte. Os objetivos específicos foram conhecer os fatores que dificultaram e facilitaram aos professores a adequação do currículo de seus alunos no espectro autista, identificar as estratégias que utilizaram para enfrentar os desafios, conhecer as possibilidades pedagógicas utilizadas pelos docentes no ensino destes estudantes e produzir um e-book que apresente suas estratégias. A abordagem utilizada foi qualitativa, tendo como participantes sete professores que tivessem em suas salas de aula alunos no Espectro Autista, em 2018 e 2019. Os instrumentos para produção de informações foram questionário do perfil sociodemográfico, realizado de forma on-line, análise documental e entrevistas semiestruturadas, por meio do Google Meet. Os dados encontrados foram submetidos à análise de conteúdo, considerando o uso do mesmo léxico nas respostas e no contexto, explorando os apontamentos de Bardin (1977) e Franco (2008). O referencial teórico abarca os conceitos de educação inclusiva, políticas públicas, autismo, currículo, adaptação curricular, formação docente contínua, a legislação vigente, publicações de Huberman (2000), Mantoan (2015), Melo (2005), Nóvoa (2000, 2002 e 2017), Tardif (2000 e 2010), Teixeira (2013 e 2016), entre outros. Os resultados apontaram que a formação docente contribui de forma efetiva no processo de adaptação curricular para os alunos no Espectro Autista, e revelaram como possibilidades o estabelecimento de rotinas, o uso da tecnologia, música e a aproximação ao aluno. Além disso, mostraram que o maior desafio está na falta de formação e no apoio na hora de adaptar o currículo. Faz-se necessário o desenvolvimento de novas pesquisas sobre a temática, com vistas ao pleno desenvolvimento do discente e do docente, que está em processo de formação constante, para que possa atender às demandas que se apresentam nas escolas.

PALAVRAS-CHAVE: Adaptação curricular. Currículo. Educação Inclusiva. Formação docente.

ABSTRACT

The curriculum suitability is essential and needs to start from the beginning, so aim for the development of children with special educational needs. The general purpose of this research is to investigate the challenges and the possibilities of curricular adaptations pointed out by teachers of students with Autism Spectrum Disorder; enrolled in the initials years of Elementary School in a municipal system, between the years 2018 and 2019, in a city in the Metropolitan region of the Vale do Paraíba and North Coast. The specific objectives were to know which factors were that complicated and facilitated the teachers' actions to adjust the curriculum of their students in the spectrum of autism, to identify the strategies used to confront the challenges, to know the educational possibilities used by the teacher in the educational there students and produce an e-book that presents its strategy. The approach utilized was qualitative, having as participants seven teachers who would have had in their classes students with Spectrum Autism in 2018 and 2019. The instruments for the production of information were questionnaires of sociodemographic profiles, carried in an online format, documental analysis, and semistructured interviews via Google Meet. The dados found were submitted to content analysis, considering the same use lexicon in the answers, exploring Bardin's (1977) and Franco's (2008) notes. The theoretical referential embraces the concepts of inclusive education, public politics, autism, curriculum, curricular adaptation, continuous teacher formation, current legislation, publications by Huberman (2000), Mantoan (2015), Melo (2005), Nóvoa (2000, 2002, and 2017), Tardif (2000 and 2010), and Teixeira (2013 and 2016), among others. The results indicated that the teachers' formation contributed to the effective form of the curricular adaption process for students with Spectrum Autism, and disclosed as possibilities the establishment of routines, the use of technology, music, and getting closer to the student. In addition, bared that, the biggest challenge is the lack of formation and support at the moment to adapt the curriculum. It is a necessary development of new research about the theme, aiming for the students and the teacher's full development, who are in the constant formation process to attend the claims which present themselves at the schools.

KEY-WORDS: Curricular Adaptation, Curriculum, Inclusive Education, Educational Formation

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Site BDTD descritores TEA e Transtorno do Espectro Autista	24
Quadro 2 – Repositório de periódicos Capes - descritores TEA e Transtorno do Espectro Autista	25
Quadro 3 – Repositório Scielo descritores TEA e Transtorno do Espectro Autista	26
Quadro 4 – Site BDTD descritor Adaptação curricular	29
Quadro 5 – Repositório de periódicos Capes descritor Adaptação curricular	30
Quadro 6 – Perfil dos participantes	69
Quadro 7 – Categorias e Subcategorias	74

LISTA DE SIGLAS

AEE	–	Atendimento Educacional Especializado
BDTD	–	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
BNCC	–	Base Nacional Comum Curricular
Capes	–	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEP	–	Comitê de Ética em Pesquisa
CNPq	–	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
HTPC	–	Hora de Trabalho Pedagógico Coletivo
IBGE	–	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	–	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
LBI	–	Lei Brasileira de Inclusão
LDBEN	–	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
PAEE	–	Público-alvo da Educação Especial
PDI	–	Plano de Desenvolvimento Individual
PEI	–	Plano de Ensino Individual
PCN	–	Parâmetro Curricular Nacional
PNEE	–	Política Nacional de Educação Especial
PPP	–	Projeto Político Pedagógico
OMS	–	Organização Mundial da Saúde
ONU	–	Organização das Nações Unidas
Scielo	–	Scientific Electronic Library Online
SEC	–	Secretaria de Educação e Cidadania
SRM	–	Sala de Recursos Multifuncionais
TCLE	–	Termo de Consentimento Livro Esclarecido
TEA	–	Transtorno do Espectro Autista
UNITAU	–	Universidade de Taubaté

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 Relevância do Estudo / Justificativa	18
1.2 Delimitação do Estudo	20
1.3 Problema	21
1.4 Objetivos	22
1.4.1 Objetivo Geral	22
1.4.2 Objetivos Específicos	22
2 REVISÃO DE LITERATURA	23
2.1 Panorama das pesquisas sobre o tema estudado	23
2.2 Sobre o Transtorno do Espectro Autista – TEA	32
2.3 Educação Inclusiva e Políticas Públicas	37
2.4 Adequação/Adaptação e flexibilização	45
2.5 Currículo escolar e o que se espera dos alunos	48
2.6 Formação docente contínua	51
3 METODOLOGIA	58
3.1 Participantes	59
3.2 Instrumentos de pesquisa	60
3.3 Procedimentos para Produção de Informações	62
3.4 Procedimentos para Análise de Informações	64
4 ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES PRODUZIDAS	68
4.1 Perfil dos participantes	68
4.2 Análise das entrevistas e discussões	72
4.3 Análise documental	92
5 CONCLUSÃO	95
REFERÊNCIAS	98
APÊNDICE A – Questionário do perfil sociodemográfico	102
APÊNDICE B – Roteiro da entrevista semiestruturada	109
APÊNDICE C – Questionários respondidos	110
APÊNDICE D – Transcrição das entrevistas	123
APÊNDICE E - E-book	150
ANEXO A – Ofício à instituição	170
ANEXO B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	171
ANEXO C – Termo de Compromisso do Pesquisador	173
ANEXO D – Autorização da Secretaria de Educação	174
ANEXO E – Parecer consubstanciado do CEP	175
ANEXO F – Memorial de um professor em construção	178

1 INTRODUÇÃO

O tema deste estudo insere-se na área de concentração das análises e pesquisas, desenvolvidas no grupo de Pesquisa intitulado Educação: desenvolvimento profissional, diversidade e metodologias. Vincula-se à linha de pesquisa Formação Docente e Desenvolvimento Profissional do Programa de Pós-graduação Mestrado Profissional em Educação da Universidade de Taubaté – MPE UNITAU, junto ao Projeto de pesquisa Processos e práticas de formação, cujo objetivo é estudar os processos de formação docente para a Educação Básica, e políticas de formação continuada, na perspectiva do desenvolvimento profissional.

É importante ressaltar que o título foi se modificando conforme os estudos foram avançando, devido às avaliações que foram realizadas em diversas etapas. Trata-se de uma adequação necessária sem interferência no teor e nos princípios éticos da pesquisa desde a sua aprovação pelo Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) da Universidade de Taubaté.

Como as pesquisas estão em constante evolução, neste texto há uso de terminologias diferenciadas em relação ao público em questão. Aqui, adotou-se mesclar as terminologias, Transtorno do Espectro Autista e crianças no Espectro Autista, que devem ser amplamente difundidas. Isso porque é preciso considerar a diversidade existente e a individualidade, para entender cada criança e suas necessidades escolares. É importante ressaltar, que, como o termo Transtorno do Espectro Autista é o mais difundido, sua utilização possibilita encontrar vários materiais, sejam acadêmicos ou com teor de leis.

A inclusão escolar de alunos no Espectro Autista é um assunto ainda muito impactante no cotidiano escolar e deve ser alvo de debates críticos e continuados. Sendo assim, o intuito desta pesquisa foi investigar quais são os desafios e as possibilidades de adaptação curricular para esse público. Considerando-se o constante aumento de matrículas de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nos Anos Iniciais, este estudo caracteriza-se como uma ação essencial e de relevância social.

Acredita-se que, para debruçar sobre algum tema, é necessário que ele provoque o pesquisador de alguma forma, e foi o que aconteceu. A pesquisa foi produzida com docentes que atuaram nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, em 2018 e 2019, diretamente com alunos com TEA. O intuito foi descobrir o que essas crianças aprenderam e como aprenderam, pois, ao recebê-las nos Anos Finais do Ensino Fundamental, os sentimentos deste pesquisador eram os mesmos dos professores que atendiam a esse público anteriormente, medo e insegurança.

A sensação de que não estava preparado para atender esses alunos e para responder aos questionamentos sobre o que eles já sabiam e aprendiam motivaram esta investigação e análise. O lócus da pesquisa foi uma unidade escolar pública municipal, na Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte.

De acordo com a Constituição Federal (1988), capítulo II, artigo 6, a Educação é um direito social. O capítulo III, Art. 205 estabelece que “[...] a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa”. Na perspectiva do desenvolvimento social, é que se faz este apontamento, uma vez que ao ter a garantia estabelecida na forma da lei, o indivíduo pode construir oportunidades.

O Art. 208 apresenta como dever do Estado:

[...] a garantia de educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009) (Vide Emenda Constitucional nº 59, de 2009) (BRASIL, 1988)

O artigo supracitado também estabelece “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”, o que acende um alerta sobre a especialização profissional adequada ao atendimento.

No capítulo VII, Art.227 dispõe que:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (Redação dada Pela Emenda Constitucional nº 65, de 2010) (BRASIL, 1988)

Negligenciar é uma ação grave, porém, a fiscalização para punir aqueles que negligenciam a educação não é vista com frequência. Muitas famílias não têm conhecimento pleno de seus direitos e não cobram os órgãos competentes. O fazer educacional deve ser coletivo, todos os atores sociais precisam unir-se para contribuir com quaisquer estudantes e valer-se da Lei municipal 9.425, em vigor desde outubro de 2016. Inclusive, na referida Lei, ao contrário do que diz a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), – que seria realizada em caso de comprovada necessidade, prevê tutor especializado em autismo para acompanhamento individual da criança em sala de aula.

Amparar-se na Carta Magna é um primeiro caminho, visto que, por abordar direitos e deveres gerais, deveria ser conhecida pela maioria da população.

No quesito educação, os alunos com TEA encontram amparo nos dispositivos apresentados na LDBEN (9394/96) e na Lei 12.764/2012. O artigo 59 da LDBEN, por exemplo, traz que “[...] os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação:”

- [...] I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;
- II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;
- III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;
- IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;
- V - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular. (BRASIL, 1996)

Diante do exposto, torna-se ainda mais plausível uma produção acadêmica que aborde a temática e, de certa forma, busque fazer valer aquilo que está preconizado em legislações. É importante lembrar que, no sentido da inclusão, o Decreto 10.502, de 30 de setembro de 2020, apresenta proposta divergente de tudo que já estava estabelecido em legislações anteriores.

As ações de pesquisa e de luta pelos direitos constituem prerrogativas que partem do pessoal e ganham o coletivo, tendo em vista que a Educação, na perspectiva inclusiva, acaba sendo ameaçada pelas ações políticas de pessoas que não estão em sala de aula. Por consequência, uma assinatura com a caneta da marca Bic, cor azul, pode mudar o futuro de muitos autistas.

O Decreto 10.502, de 30 de setembro de 2020, que institui a Política Nacional de Educação Especial: equitativa, inclusiva com aprendizado ao longo da vida, apresenta-se como algo que vai contra todas as lutas pelos direitos a esse modelo de Educação. O texto em questão prevê que as pessoas com deficiências deveriam ser atendidas em lugares específicos; entretanto, de fato, a preocupação parece ser colocar esse público em lugares que não são vistos. Uma agressão histórica velada.

Acredita-se que a investigação sobre os desafios e possibilidades da adequação curricular para esse público, possa contribuir com a prática docente. Isso porque ao se

conhecer novas práticas, as dificuldades enfrentadas e o modo como os professores lidam com elas, é possível que sejam realizadas partilhas e conhecimentos, trazendo a questão da adequação curricular, com foco nos alunos com Transtorno do Espectro Autista.

Há Leis importantes que foram resultados de muitas lutas e que não podem ser esquecidas ou simplesmente apagadas. Como exemplos, a Lei 12.764, de 27 de dezembro de 2012 – conhecida como Lei Berenice Piana – que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos das Pessoas com Transtorno do Espectro Autista, e a Lei 13.146, de 6 de julho de 2015 – Lei Brasileira de Inclusão, marcos históricos essenciais que merecem atenção e o respeito dos governantes. Entretanto, as pessoas que passam pelo poder acabam tomando decisões equivocadas e por vezes injustas, em razão de não conviverem verdadeiramente com tais situações e suas dificuldades cotidianamente.

A legislação existe e, para que os dispositivos legais coexistam, faz-se necessária, não apenas a ação docente mas também um trabalho coletivo, com a finalidade de auxiliar esse público a alcançar seu pleno desenvolvimento. Há questões histórico-culturais que precisam ser compreendidas e, na atualidade, há ações políticas que buscam tolher os direitos conquistados após décadas de lutas. Todos os atores sociais do processo precisam se unir para que a legislação seja cumprida e para que os direitos dos educandos prevaleçam.

Segundo Teixeira (2016. p. 19), “[...] os transtornos do espectro autista apresentam uma incidência estimada em 1% das crianças e adolescentes do mundo”. Compreende-se, portanto, que a escola deve receber esse público e oferecer-lhe atendimento adequado. O autor pontua que o percentual “[...] representa mais de seiscentos mil crianças e adolescentes brasileiros portadores do transtorno do espectro autista”, portanto, é possível afirmar que deparar-se com estes alunos é uma situação inquietante.

O cotidiano do professor é multifacetado, há inúmeras atividades que precisam ser desenvolvidas. Para estar em sala de aula, é necessário preparar o material a ser trabalhado, observar o currículo e contemplar o planejamento com ações que visem ao desenvolvimento da aprendizagem dos estudantes. A tarefa é árdua, pois, a sala de aula é o espaço que reúne diferentes individualidades e porque o professor precisa atender à demanda de toda a turma.

No contexto da perspectiva de escola inclusiva, o professor é um profissional que necessita ser incluído no grupo em que atua, pois, também apresenta necessidades e individualidades. Estar como professor não quer dizer que o indivíduo esteja apto para desenvolver seu trabalho, pois, nem todos os professores apresentam interesse ou sequer tiveram, em seus cursos de graduação, a disciplina Educação Especial. Há portanto,

necessidade da formação continuada, uma vez que esses profissionais precisam estar preparados para atender alunos com necessidades especiais.

Do universo de participantes desta pesquisa, 71,42% revelou que tiveram a disciplina Educação Especial, entretanto, 100% apontou que nunca recebeu nenhuma formação para realizar a adaptação curricular dos alunos com TEA. Conclui-se, portanto, que essa pesquisa é de suma relevância no contexto da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, porque esses profissionais trabalham em regime efetivo e porque a cada ano poderão receber, em suas turmas, alunos no Espectro Autista.

Como foi revelado na pesquisa, adentrar a sala de aula e deparar-se com alunos com Transtorno do Espectro Autista causa no professor alguns sentimentos, como medo, insegurança, incerteza, incapacidade, entre outros. Nesse sentido, no viés da busca pelo conhecimento, muitos se debruçam em teorias para fazer o melhor trabalho, com vistas ao desenvolvimento desses estudantes.

Sentir-se desafiado é também impulsionador, uma vez que, ao deparar realidades ainda não vivenciadas, o professor sente-se inquieto, e isso pode ser um despertar para a qualificação profissional, aprimoramento de práticas e ações que visem à inclusão de todos os estudantes matriculados em suas turmas.

Este gosto pelos estudos e por compreender o desenvolvimento de cada estudante, torna o professor um profissional diferenciado, porque olha o estudante pelo viés da individualidade. O indivíduo tenha necessidade especial ou não apresenta interesses variados.

O conteúdo escolar pode ser atraente para alguns e totalmente tedioso para outros. Não existe receita pronta, porém, tentativas para que o desenvolvimento aconteça e a criança se torne um cidadão pleno em direitos é primordial para a sociedade.

Encontrar o que cada professor fez ao sentir-se desafiado poderá mostrar-se como um verdadeiro leque de atividades pedagógicas. O essencial a ser feito é a oferta de um ensino equitativo, não igualitário, pois, as pessoas não são iguais. A busca pelo processo de inclusão não deve acontecer apenas no ambiente escolar, visto que toda a sociedade tem o dever de lutar pela garantia e preservação dos direitos conquistados.

1.1 Relevância do Estudo / Justificativa

O ser humano apresenta diversas necessidades, e o que é estritamente pessoal pode ser manifestado em questões coletivas. Essa reflexão é baseada na pirâmide das necessidades de Maslow (1954). Por exemplo, a necessidade de aprendizado de uns pode ganhar destaque no

ambiente de trabalho que é coletivo. O professor precisa estar preparado para atender os alunos matriculados em suas respectivas turmas, que são passíveis de receber estudantes com TEA.

Segundo o Portal G1, em publicação realizada no dia 2 de abril de 2019, data de conscientização em relação ao autista, o número de alunos com TEA matriculados em salas comuns no Brasil aumentou 37,27% em um ano. A reportagem considerou os dados do Censo Escolar. Em 2017, 77.102 crianças e adolescentes com autismo estudavam nas mesmas salas que pessoas sem deficiência. Esse índice subiu para 105.842 alunos, em 2018.

As produções de Beyer (2006) e Correia (2008), entre outros autores, revelam a existência de dificuldades e desafios na realização de um trabalho de fato inclusivo. Nesse sentido, o debate sobre a questão curricular é tema fundamental.

Assim, considerando a necessidade de conhecer, entre os professores da escola em estudo, os desafios enfrentados e as estratégias desenvolvidas na elaboração de adaptações que contribuíssem para o desenvolvimento de alunos com TEA, esta pesquisa mostra-se relevante. Além disso, acredita-se que a investigação é necessária, porque, apresenta como proposta a elaboração (a princípio, a partir das experiências dos docentes selecionados) de material que possa contribuir para o trabalho dos professores que venham a receber estudantes com TEA, em suas turmas.

O compartilhamento de práticas de adaptação pode vir a ser um ponto de partida para que os profissionais da educação, em especial professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental, sintam-se incentivados a compartilhar suas experiências e conquistas no atendimento aos alunos com TEA. Não se trata apenas de expor estratégias e material como se fosse um guia prático, mas de oferecer um subsídio que os docentes possam ler e refletir sobre o que os pares têm realizado.

Conforme a publicação da Organização das Nações Unidas, ONU News, em 2 de abril de 2017, a Organização Mundial de Saúde (OMS), “[...] calcula que a cada 160 crianças, uma tem TEA”. Justifica-se, portanto, a preocupação em realizar a adequação do currículo escolar para esse público. O ambiente escolar, ao receber os alunos com Transtorno do Espectro Autista, deve oferecer currículos que visem ao seu pleno desenvolvimento, o que está previsto em Lei.

É de conhecimento geral que cada estudante é único na diversidade; então, falar sobre o autismo e seu espectro significa abordar uma ampla variabilidade de características. Não se trata, portanto, de um processo de investigação que trará “receitas prontas”, o que é

impossível, mas de demonstrar as possibilidades e os desafios pedagógicos da ação docente na realização de adequações curriculares.

O produto técnico deste estudo é um e-book que mostra abordagens sobre o Transtorno do Espectro Autista, políticas públicas, práticas pedagógicas e uma breve explanação sobre a realização da pesquisa. Esse tipo de material justifica-se por ser acessível aos docentes, pois não demanda investimento financeiro.

1.2 Delimitação do estudo

O estudo concentrou-se em uma unidade escolar de um município da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, o qual projetava 729.737 habitantes para o ano de 2020. Os dados foram extraídos do site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e são do ano de 2010, quando foi realizado o último censo. Conforme o endereço eletrônico, a taxa de escolarização era de cerca 97,4% de estudantes entre 6 e 14 anos de idade matriculados no Ensino Fundamental.

O município conta com 174 escolas de Ensino Fundamental, 47 delas da rede municipal. Conforme os dados do Censo Escolar de 2018, o município contava com 80.864 alunos matriculados no Ensino Fundamental. Do número de matriculados, 3.021 estudantes eram público-alvo da Educação Especial (PAEE), porque são alunos que apresentam laudo médico, conforme as informações da Secretaria de Educação, e que recebem Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Em 2018, na cidade havia 175 alunos com Transtorno do Espectro Autista matriculados nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Em 2019 eram 253 estudantes, e em 2020 336.

A escolha da unidade escolar decorreu de informações da Secretaria de Educação do município de que a instituição era considerada referência no atendimento ao público-alvo da Educação Especial na região Leste da cidade.

Outro fator que definiu a seleção foi o fato de a escola ter recebido a nota 7.4 para os anos iniciais, conforme o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de 2019, segundo os dados publicados no site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Debruçar-se sobre os dados de determinada escola não é uma escolha aleatória, foram seguidos critérios pertinentes, para a tomada de decisão. O estudo sobre a temática considerou a realidade encontrada, a qual possibilitou interpretações/análises do contexto, com

fundamentos nos materiais teóricos. O foco foi a garantia dos direitos e a observação sobre o atendimento prático pedagógico.

1.3 Problema

O problema apresentado foi desenvolvido com reflexões sobre a análise de Gil (2002), que revela que o problema de pesquisa pode ser determinado por razões de ordem prática ou de ordem intelectual. Inúmeras razões de ordem prática podem conduzir à formulação de problemas. É possível formular um problema cuja resposta seja importante para subsidiar determinada ação.

Nesse caso, o problema de pesquisa partiu das inquietações pessoais do pesquisador em face dos desafios enfrentados no dia a dia, em companhia dos alunos com Transtorno do Espectro Autista que chegavam aos Anos Finais do Ensino Fundamental. Assim, o objetivo foi procurar saber como se dava esse atendimento nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

A falta de formação específica e a consciência do papel do professor no processo de desenvolvimento de seus alunos, configuraram-se como fatores propulsores da realização da pesquisa. O desejo por um aprendizado a respeito do tema partiu de hipóteses e gerou o problema a ser investigado, com proposição de ações pedagógicas inclusivas.

Beyer (2006) destaca que os professores se sentem despreparados para fazer a inclusão escolar, e que o ato de adaptar currículo é uma prática docente que exige preparo. Correia (2008), enfatiza que, com a educação inclusiva, surgiram maiores exigências e desafios para as escolas e para os professores. Ressalta ser necessário que, os intervenientes educativos programem um currículo que atenda às características dos alunos.

Considerando os apontamentos realizados pelos autores, foram levantados alguns questionamentos:

- Quais são os desafios enfrentados pelos professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental, na elaboração de adaptação/adequação curricular aos alunos com TEA matriculados em suas salas de aula?

Duas questões de pesquisa contribuíram pela busca de resposta ao problema central do estudo:

- Quais são as estratégias encontradas por esses professores para favorecer o desenvolvimento de seus alunos?

- Que fatores facilitam e dificultam suas ações em sala de aula?

Partindo da situação considerada problema foram definidos os objetivos e a busca das respostas para esses questionamentos.

1.4 Objetivos

1.4.1 Objetivo Geral

Investigar os desafios e as possibilidades de adaptação curriculares apontadas pelos professores de alunos com TEA, matriculados nos anos iniciais do Ensino Fundamental em 2018 e 2019.

1.4.2 Objetivos Específicos

Conhecer os fatores que dificultam ou que facilitam as ações dos professores para adequar o currículo de seus alunos com Transtorno do Espectro Autista.

Identificar as estratégias utilizadas para enfrentar os desafios que se apresentam.

Conhecer as possibilidades pedagógicas utilizadas pelos docentes no ensino de alunos com TEA, matriculados em sua sala de aula nos anos iniciais do Ensino Fundamental em 2018 e 2019.

Elaborar um e-book que revele as alternativas e estratégias pedagógicas produzidas no campo acadêmico, utilizando os resultados das entrevistas e imagens das atividades produzidas pelas professoras.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Nesta etapa foi possível fazer relações entre o que já foi produzido até o momento sobre o assunto tratado na pesquisa e entender a real pertinência da proposta. O objeto de pesquisa foi modificando-se, na medida em se conheceram outros autores e outros trabalhos sobre conteúdos próximos à temática abordada.

Aproximar-se de estudos que se debruçaram sobre conteúdos próximos a esta escolha foram momentos de alegria e ao mesmo tempo de angústia, afinal, identificar que a temática, embora bastante presente no cotidiano docente, ainda não havia sido abordada na Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, pelo menos no período 2015-2020.

Neste capítulo, há abordagens sobre o panorama das pesquisas correlatas, informações sobre cada uma delas e sobre os critérios para suas escolhas, dados sobre o Transtorno do Espectro Autista, considerando aspectos abordados no âmbito médico, com fins de conhecimento; reflexões sobre o fazer pedagógico frente ao público com TEA; Educação Inclusiva e políticas públicas, apontando ações desenvolvidas no âmbito nacional; políticas públicas do município pesquisado; adaptação/adequação e flexibilização; currículo escolar e o que se espera que os alunos aprendam, formação docente, apresentando reflexões de autores e paráfrases.

A construção deste capítulo consolida-se como a mais importante fase de estudos, quando o pesquisador tem a oportunidade de se debruçar diante de tantos materiais, ampliando seus conhecimentos e compartilhando-os com aqueles que se interessam pela educação, de modo geral.

2.1 Panorama das pesquisas correlatas

Para conhecer produções desenvolvidas que se aproximassem do objeto da pesquisa realizou-se levantamento de informações na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), no Portal de Periódicos Capes, na Scientific Electronic Library Online (SciELO) e no Repositório da Universidade de Taubaté (Unitau). Essa aproximação considerou aspectos como: palavras utilizadas, objetivos das pesquisas e o referencial bibliográfico.

Foram elencados como descritores para pesquisa “Adaptação curricular”, “TEA” e “Transtorno do Espectro Autista”, lançados nos respectivos locais citados pelos respectivos repositórios. Em seguida, realizou-se a leitura do título, do resumo, do sumário e das referências, para que então fossem separadas as produções para leitura.

Neste estudo, a proposta é utilizar o termo Adequação Curricular; entretanto, tendo em vista a existência de mais ocorrências com esta palavra, utilizou-se como descritor o item Adaptação.

Quadro 1 – Site BDTD descritores TEA e Transtorno do Espectro Autista

Ano	Autor	Título	Tipo	Instituição
2019	Luiza Pinheiro Leão Vicari	Escolarização de alunos com TEA: práticas educativas em uma rede pública de ensino	Dissertação	Universidade Federal de Minas Gerais
2018	Marily Oliveira Barbosa	Estudantes com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) na escola: desafios para a ação educativa compartilhada	Tese	Universidade Federal de São Carlos
2015	Joíse de Brum Bertazzo	Formação profissional para a atuação educacional com pessoas com Transtorno do Espectro do Autismo	Dissertação	Universidade Federal de Santa Maria

Quadro 1 - Elaborado pelo autor (2020).

Ao todo foram encontradas 33 produções com o descritor TEA, e para análise foram escolhidas uma tese e duas dissertações. A seleção levou em consideração o título, e a leitura do resumo e do sumário.

Vicari (2019) apresenta questões ligadas às políticas públicas, o que foi fator fundamental para seleção e leitura de sua dissertação. A abordagem é qualitativa, os instrumentos para a coleta de dados foram observação sistemática em duas salas de aula e entrevista semiestruturada. O resultado mostrou a insegurança que os profissionais têm em relação à prática pedagógica e as estratégias para desenvolver a aprendizagem do aluno com Transtorno do Espectro Autista. Tal produção contribuiu de modo ímpar, uma vez que mostrou caminhos a percorrer. Com a leitura foi possível buscar as políticas públicas apontadas, fazer a análise do material na íntegra e selecionar aspectos relevantes para este estudo.

Bertazzo (2015) desenvolveu sua dissertação com o objetivo de fazer um programa de formação de profissionais das áreas de saúde e educação para atuação com pessoas com TEA. Por meio de revisão de literatura, levantou saberes necessários para que os professores possam atuar junto a esse público. A pesquisa foi quanti-qualitativa. Houve análise de conteúdo e estatística descritiva. A escolha desse material foi pontual para explorar o referencial teórico.

A tese de Barbosa (2018) demonstrou que o ingresso de alunos com Transtorno do

Espectro Autista na escola regular é relativamente recente, e que apresenta desafios aos educadores. Devido ao seu arcabouço e sua relação com o tema desta dissertação, foi incorporada ao conjunto de pesquisas correlatas. A pesquisadora traz a visão de diversos autores e utiliza termos específicos, o que auxiliou no caminho da construção escrita, uma vez que foi possível conhecer quais teóricos tratavam da temática aqui estudada.

Quadro 2 – Repositório Periódicos Capes descritores TEA e Transtorno do Espectro Autista

Ano	Autor	Título	Tipo	Instituição
2018	Aline Roberta Tacon Dambros	Inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista: um estudo em contexto de escolarização no Estado de São Paulo	Tese	Universidade Estadual de Maringá
2017	Helen Malta Valladão	Trabalho docente na inclusão escolar de alunos com diagnóstico de transtorno do espectro autista/deficiência intelectual e síndrome de Edwards	Dissertação	Universidade Federal do Espírito Santo
2015	Michely Aguiar Rodrigues	O processo de inclusão da criança com autismo: mapeando práticas escolares e seus efeitos	Dissertação	Universidade Federal do Rio de Janeiro

Quadro 2 - Elaborado pelo autor (2020).

Apresentam-se no Quadro 2 as informações coletadas no portal de periódicos da Capes com o descritor TEA. No portal foram encontradas 48 produções: 40 dissertações e 8 teses. No Quadro 2 estão relacionadas duas dissertações e uma tese.

A tese de Dambros (2018) teve como objetivo geral a análise da importância do trabalho pedagógico que é feito nas salas regulares com os alunos com Transtorno do Espectro Autista. A autora revela ter feito estudos bibliográficos, análise documental e de dados, além de pesquisa de campo utilizando como metodologia a entrevista semiestruturada. A produção também permitiu concluir que a inclusão de alunos autistas ocorre de modo adverso, pois, mesmo com políticas públicas, há necessidade de capacitação docente. Devido a este viés esta pesquisa foi incluída no hall das correlatas, uma vez que a hipótese era de que os professores não se sentem preparados para fazer a inclusão de fato. O passo a passo da autora, o modo como foi feita a análise e o caminho metodológico seguido

foram fatores preponderantes para seleção desta pesquisa correlata. Suas descrições vão ao encontro do que se pensava fazer neste estudo e, de certa forma, possibilitaram a construção de um caminho de análise. Tornou possível conhecer autores que tratavam da análise de conteúdo e, ao fazer a leitura, entender o desenrolar das ações desenvolvidas pela autora.

Em sua dissertação, Valladão (2017) apresenta conceitos que vão ao encontro desta proposta de pesquisa. Um deles refere-se ao desenvolvimento da aprendizagem ancorada nos preceitos de Vigotski. A abordagem desenvolvida também abrange outras necessidades educativas especiais, trazendo dilemas, desafios e possibilidades do trabalho docente com o mesmo público-alvo. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa com uso de entrevista. Esse estudo foi considerado útil, porque a proposta apresentada aproximou-se daquilo que se pretendia desenvolver desde o início nesta pesquisa: identificar os desafios existentes para se fazer a adaptação/adequação curricular para alunos com TEA.

A dissertação de Rodrigues (2015) traz como objetivo analisar o processo de inclusão de aluno com Transtorno do Espectro Autista em uma escola regular, em um município do estado do Rio de Janeiro. Os objetivos específicos foram: explanar sobre políticas de inclusão, expor um panorama do TEA e verificar o processo de inclusão. Entre os procedimentos para coleta de dados, estão entrevistas semiestruturada e observação. Selecionou-se esse trabalho porque, além de discorrer sobre o TEA, traz reflexões sobre desafios, palavra citada por diversos autores que abordam o processo de inclusão escolar.

No Quadro 3 estão dispostas as coletas realizadas no portal Scielo. Foram encontradas 21 produções com os descritores Transtorno do Espectro Autista e TEA. Foram selecionados quatro artigos. Os artigos foram escolhidos seguindo o mesmo critério de seleção: apresentar proximidade ao objeto desta pesquisa.

Quadro 3 – Repositório *Scielo* descritores TEA e Transtorno do Espectro Autista

Ano	Autor	Título	Tipo	Instituição
2019	Cibele Shírley Agripino Ramos, Emellyne Lima de Medeiros Dias Lemos, Nádia Maria Ribeiro Salomão	Vivências Escolares e Transtorno do Espectro Autista: o que Dizem as Crianças?	Artigo	Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
2019	Roberta Caetano Fleira Solange Hassan Ahmad Ali Fernandes	Ensinando Seus Pares: a inclusão de um aluno autista nas aulas de Matemática	Artigo	Universidade Anhanguera de São Paulo (Unian)

2018	Ana Paula Aporta, Cristina Broglia Feitosa de Lacerda	Estudo de Caso sobre Atividades Desenvolvidas para um Aluno com Autismo no Ensino Fundamental I	Artigo	Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR)
2017	Viviane Rodrigues, Maria Amélia Almeida	Modelagem em Vídeo para o Ensino de Habilidades de Comunicação a Indivíduos com Autismo: Revisão de Estudos	Artigo	Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR)

Quadro 3 - Elaborado pelo autor (2020).

A pesquisa de Agripino-Ramos, Lemos e Salomão (2019) foi escolhida por trazer informações sobre questões terminológicas e porque se acreditou que todo o trabalho desenvolvido poderia vir ao encontro de muitas questões que poderiam ser abordadas nesta pesquisa. Como as autoras analisam a visão das crianças e o foco desta pesquisa está nos alunos dos anos iniciais, constatou-se semelhança entre os objetos de estudo. Sobre as educadoras, foi apontado o uso de adjetivos, o que se considerou relevante, uma vez que a análise se pauta na investigação de conteúdo. Enfim, vários aspectos são interessantes, além de um suporte rico nas referências bibliográficas.

O estudo de Fleira e Fernandes (2019) guarda relação direta com o objeto desta pesquisa, uma vez que seu interesse é a promoção da inclusão de alunos. A produção é sobre matemática para um aluno de 14 anos; entretanto, como a disciplina é retratada por alguns como de fácil adaptação, ou como desafiadora, para outros, o ponto de partida é a análise da proposta pedagógica. A sugestão seria o trabalho em duplas: dividir a sala em duplas e oferecer-lhes materiais para o desenvolvimento dos cálculos. O artigo também apresenta material que havia sido lido, no caso, “Saberes e práticas da inclusão infantil – Autismo”, publicado em 2004.

Aporta e Lacerda (2018) tratam as atividades pedagógicas especificamente, o que viabiliza o discurso de possibilidades para promover a inclusão. Apresentam uma abordagem partindo de propostas pedagógicas e observando as atividades apresentadas. Entre as atividades apresentadas, as autoras pontuam a necessidade de se conhecer o aluno. É possível fazer a conexão entre esta leitura e a presente pesquisa, uma vez que nas entrevistas foi revelado que o fato de conhecer o estudante faz toda a diferença na prática pedagógica. Em termos de atividades, as autoras observam que a professora entrevistada relatou que trabalhava a mesma atividade fazendo alterações das alternativas, figuras ou

palavras. Outra ação que a professora fazia era não trabalhar questões terminológicas, isto é, não explicar o que é um poema e sua estrutura, mas explorar a leitura apenas, alegando que outras o aluno terá acesso a essas questões com o passar do tempo. Trazer o estudante para perto de si é uma estratégia, assim como envolver toda a sala em um jogo, como foi o caso da proposta do jogo do 21. Enfim, o que a professora foi realizando chamou a atenção deste pesquisador, que considerou essas possibilidades e referiu a pesquisa dessas autores como contribuição correlata.

O estudo de Rodrigues e Almeida (2017) possibilita compreensão e reflexão sobre a proposta da modelagem em vídeo, que os docentes podem aplicar para a adaptação curricular ou para superar os desafios encontrados no cotidiano. Faz-se necessário conhecer as propostas disponíveis no âmbito da inclusão e utilizá-los para o aprendizado dos alunos. Foi interessante ver que este público responde melhor quando são utilizadas pistas visuais. A experiência docente tem revelado que alunos com TEA gostam bastante de apreciar vídeos. Não havia informações acadêmicas sobre o fato; portanto, encontrar essa produção, trouxe ao pesquisador uma espécie de conforto, visto que ratifica a hipótese que criou quando estava atuando com esse público. A hipótese partiu de dedução, mas ao ler que o vídeo é uma alternativa passível de contribuir para desenvolvimento do estudante, ele constatou a possibilidade de transformar ideias em práticas, para facilitar o aprendizado e garantir ao estudante o entendimento de determinados conteúdos. A modelagem em vídeo contribui para o desenvolvimento da habilidade de comunicação do estudante com TEA, ou seja, o professor pode utilizar vídeos que tragam conteúdos de todas as disciplinas. A leitura desse material permitiu conhecer o que é a modelagem e os tipos existentes. “Automodelagem em Vídeo (AV) é uma forma específica de modelagem em vídeo que utiliza o aprendiz como o modelo para oferecer oportunidades de aprendizagem, visto que ele visualiza a si próprio desempenhando uma tarefa”, (RODRIGUES, ALMEIDA, 2017, p. 597).

A leitura das pesquisas mostrou que há um bom conjunto de possibilidades de ações pedagógicas; entretanto, o docente precisa agir como um pesquisador da própria prática. Conhecer cada aluno permitirá a ele construir estratégias que venham ao encontro do desenvolvimento dos estudantes e atender as suas necessidades curriculares.

Reitera-se a propositura de que a intenção não é apresentar um “livro de receitas” com seus modos de preparo, mas debruçar-se sobre aquilo que é possível e eficaz no processo de ensino-aprendizagem das crianças com Transtorno do Espectro Autista matriculadas nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

No repositório da UNITAU, com o descritor TEA foram encontradas quatro

produções no período escolhido, mas nenhuma delas foi selecionada, pois, pertenciam ao campo da saúde, especificamente à área de odontologia.

Finalizada a busca pelos descritores anteriores, utilizou-se o descritor “adaptação curricular”. Foram encontradas 173 produções na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), no período 2015 e 2020. Fez-se a leitura do título, do resumo, do sumário e dos itens apontados no sumário para verificar se o texto guardava proximidade com a proposta desta pesquisa. Assim foram selecionadas quatro produções: duas teses e duas dissertações (ver Quadro 4).

Quadro 4 – Site BDTD – descritor Adaptação curricular

ANO	AUTOR	TÍTULO	TIPO	INSTITUIÇÃO
2019	Artur Carmello Neto	O olhar dos professores sobre adaptação curricular para alunos com deficiência intelectual: uma ação de formação continuada na escola	Tese	UNESP
2019	Larissa Guadagnini	Adaptação do currículo nas aulas de língua portuguesa para alunos com deficiência intelectual	Dissertação	Universidade Federal de São Carlos
2018	Maíra da Silva Xavier	Acessibilidade curricular: refletindo sobre conceitos e o trabalho pedagógico	Dissertação	Universidade Federal de Santa Maria
2016	Maria Cristina Dancham Simões	Formação do indivíduo, formação docente e educação especial: o lugar do sujeito e o compromisso com a adaptação	Tese	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Quadro 4 - Elaborado pelo autor (2020).

A tese de Carmelo Neto (2019) foi utilizada por trazer uma abordagem que apresenta a adaptação curricular, embora o estudo seja sobre pessoas com deficiência intelectual. A proximidade com a proposta desta pesquisa mostra a possibilidade de interpretar informações que venham corroborar o ponto de vista sobre a adaptação ou flexibilização de atividades destinadas aos alunos com Transtorno do Espectro Autista. Assim, foi selecionada para ampliar a leitura sobre o termo adaptação, conhecer os autores utilizados e as ponderações do autor.

A dissertação de Guadagnini (2019) foi selecionada por tratar a temática adaptação curricular. O público-alvo foi o aluno com deficiência intelectual; entretanto, por trazer uma abordagem inclusiva, aproxima-se do objeto estudado nesta pesquisa. Um de seus objetivos foi identificação de práticas. Com abordagem qualitativa, foi utilizado como método a

pesquisa participante. Realizaram-se observações e o resultado encontrado foi que, em atividades adaptadas, alunos com deficiência intelectual participam. Ao selecionar essa dissertação intencionou-se também conhecer abordagens sobre adaptação e buscar o material dos autores na íntegra.

A dissertação de Xavier (2018) foi selecionada porque traz uma abordagem qualitativa e porque apresenta questões referentes às problematizações sobre currículo e Educação Especial. A autora fez um panorama utilizando o mesmo descritor elencado nesta produção acadêmica, a “adaptação curricular”. A análise de dados seguiu Bardin (2011). Embora o objetivo fosse analisar a produção acadêmica sobre o acesso ao currículo escolar, apresentou vários itens próximos ao objeto desta pesquisa, por exemplo, a questão da categorização e sua visão de adaptação.

A produção de Simões (2016), que também apresenta abordagem qualitativa, foi selecionada porque se aproxima do tema desta pesquisa. Traz como elemento de informação a expressão de que é impossível afirmar que os futuros professores estejam preparados para atender o público da Educação Especial. Além disso, aponta a necessidade de qualificação.

A Biblioteca Digital de Teses e Dissertações apresenta ao leitor uma gama variada de produções desenvolvidas nas academias do país, trata-se de um rico repositório. Definir o período de pesquisa é primordial para não se perder e para focalizar o tema que se pretende estudar.

No Portal de Periódicos da Capes foram encontradas 23 produções, considerando o período 2015-2020; Como alguns títulos já constam do repositório descrito no Quadro 4, não foram repetidos no Quadro 5. Dentre as produções encontradas selecionaram-se 3, a partir dos títulos e da leitura dos resumos e dos sumários.

Quadro 5 – Capes descritor Adaptação curricular

Ano	Autor	Título	Tipo	Instituição
2018	Débora Tatiani Portilho Sanes	Adaptação curricular individualizada: (re) construindo caminhos em uma escola estadual do município de Jaguarão	Dissertação	Fundação Universidade Federal do Pampa
2016	Hulda Iza Gonçalves de Paula	Adaptações Curriculares e a Inclusão Educacional da pessoa em situação de deficiência: um estudo de caso em escolas públicas localizadas no Município de Belém/PA	Dissertação	Universidade Federal do Pará
2016	Francisca Maria Gomes Cabral	Efeitos de um programa colaborativo nas práticas	Tese	Universidade do Estado do Rio de

	Soares	pedagógicas de professoras de alunos com autismo		Janeiro
--	--------	--------------------------------------------------	--	---------

Quadro 5 - Elaborado pelo autor (2020).

Devido à proximidade com a proposta, essas produções acadêmicas servirão de contributo ao novo momento de pesquisa. Ler o resumo e o sumário destas pesquisas contribuiu para o conhecimento de novos autores utilizados pelas pesquisadoras.

Sanes (2018) desenvolveu uma pesquisa-ação e teve como produto ficha para adaptação curricular individual, material que este pesquisador considera relevante, pois é passível de facilitar a função docente de modo produtivo.

Paula (2016), que fez observação e entrevista, e que na análise de conteúdo utilizou Franco (2008), apresenta muitos elementos que se aproximam desta proposta de pesquisa.

Soares (2016) produziu uma pesquisa com abordagem quali-quantitativa e a aproximação com a proposta desenhada se faz pela falta de material que trate a inclusão do aluno com Transtorno do Espectro Autista.

Ao realizar a pesquisa na Scielo, com o descritor “adaptação curricular”, foi encontrada uma produção, a qual já está relacionada no Quadro 3. Trata-se da pesquisa de Aporta e Lacerda (2018).

No repositório da Universidade de Taubaté (Unitau), com o descritor “adaptação curricular” apareceram 65 produções. Com o objetivo de encontrar pesquisas que se aproximassem da temática desta pesquisa foram lidos todos os títulos disponíveis, mas nenhum deles se mostrou relevante. Alguns dos trabalhos encontrados abordam diretrizes curriculares, entretanto não guardam relação com o que se pretende. Portanto, não houve seleção de produções da referida instituição.

Ao realizar o levantamento das pesquisas correlatas, foi perceptível a falta de pesquisa sobre a temática na Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte. Adaptação curricular, revelação de desafios e possibilidades de atividades voltadas ao estudante com Transtorno do Espectro Autista na região constituem um campo aberto para discussão/investigação.

Ao fazer o aprofundamento da pesquisa, ficou evidente também que a sociedade deve posicionar-se e cobrar dos poderes a execução das políticas públicas já estabelecidas. Essas leis são resultados de lutas sociais e de grupos específicos, que, ao longo da história da Educação, buscam a consolidação dos direitos do cidadão.

O município pesquisado dispõe de legislação específica, no entanto falta fiscalização para que se cumpra o que está posto, embora, todo cidadão seja responsável pelo cumprimento das leis. A postura de um professor deve ser a de buscar conhecimento para que possa contribuir com os alunos matriculados nas salas em que são regentes. O discurso “não me formei para trabalhar com Educação Especial” não cabe, pois o trabalho inclusivo está previsto na Constituição Federal.

2.2 Sobre o Transtorno do Espectro Autista – TEA

Neste subitem há informações consideradas relevantes sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA). São utilizados termos médicos, pois o objetivo é trazer as informações, mas não se limitar a isso, pois o pedagogo precisa pensar no desenvolvimento da criança e saber que o autismo pode apresentar impactos no processo de escolarização.

Como embasamento teórico, foram consultadas as obras de Mello (2005), Teixeira (2013 e 2016), as publicações no site da Associação de Amigos do Autista (AMA) e da, Associação Brasileira de Autismo, e a legislação vigente no país referente ao atendimento dos alunos que apresentam Transtorno do Espectro Autista - TEA. De acordo com as publicações encontradas sobre o tema, os alunos que apresentam esse quadro clínico podem apresentar déficits de interação social e de comunicação, e vir a ter comportamentos repetitivos e restritos.

Pensar no espectro do autismo significa refletir sobre as necessidades de cada aprendiz e buscar meios para que a criança com TEA possa se desenvolver no ambiente escolar.

Conforme Mello (2005), o autismo foi descrito pela primeira vez em 1943, pelo Dr. Leo Kanner (médico austríaco residente em Baltimore - EUA), em seu histórico artigo escrito originalmente em inglês: Distúrbios Autísticos do Contato Afetivo. Em 1944, Hans Asperger, um médico também austríaco e formado na Universidade de Viena - a mesma em que estudou Leo Kanner -, escreve outro artigo com o título Psicopatologia Autística da Infância, descrevendo crianças bastante semelhantes às descritas por Kanner. Ao contrário do artigo de Kanner, o de Asperger levou muitos anos para ser amplamente lido. A razão mais comumente apontada para o desconhecimento do artigo de Asperger é o fato dele ter sido escrito originalmente em alemão.

A publicação de Mello (2005) traz a informação de que o autismo pode manifestar-se

desde os primeiros dias de vida, mas é comum pais relatarem que a criança passou por um período anterior em que não apresentava características do espectro. É comum também que esses pais relacionem a algum evento familiar o desencadeamento do quadro de autismo do filho. A partir desse evento (uma doença, uma cirurgia, uma mudança, ou a chegada de um membro novo na família), a criança passaria a apresentar regressão. Em muitos casos, constatou-se que, na verdade, a regressão não existiu e que o evento, na realidade, apenas despertou a atenção dos pais para o desenvolvimento anormal da criança. No entanto, suspeita de regressão é importante e merece uma investigação mais profunda por parte do médico.

Para Mello (2005), normalmente o que chama a atenção dos pais inicialmente é que a criança é excessivamente calma e sonolenta ou então que chora sem consolo durante prolongados períodos de tempos. Uma queixa frequente dos pais é que o bebê não gosta do colo ou que rejeita o aconchego. Mais tarde os pais notam que o bebê não imita, não aponta no sentido de compartilhar sentimentos ou sensações e não aprende a se comunicar com gestos comumente observados na maioria dos bebês, como acenar as mãos para cumprimentar ou despedir-se. Geralmente, essas crianças não procuram o contato ocular ou o mantêm por um tempo muito curto. É comum o aparecimento de movimentos repetidos, que são necessários para que a pessoa com TEA se concentre ou retorne a uma situação de calma, após exposição a muitos estímulos do ambiente. Problemas de alimentação são frequentes, podendo se manifestar pela recusa, que se explica pela seletividade alimentar, devido a dificuldades de processamento sensorial. Problemas de sono também são comuns.

As informações de Melo (2005) ajudam a compreender o que vem a ser o termo e como são esses alunos. Há várias estratégias para que o atendimento desse público seja eficaz, por meio de ações didático-pedagógicas que envolvam a comunicação alternativa. Ressalte-se que, por hábito, a população utiliza o termo autismo, mas a denominação reconhecida atualmente é Transtorno do Espectro Autista ou TEA.

Conforme Teixeira (2016, p. 19), “[...] os transtornos do espectro autista apresentam uma incidência estimada em 1% das crianças e adolescentes em todo o mundo”. As principais características são dificuldade de interação, comportamento impróprio, pobre contato visual, indiferença afetiva, comprometimento da atenção compartilhada (brincar e desenvolver atividade com os colegas). Para o autor, o autista prefere o isolamento, tem dificuldade para brincar e manifesta emoções desorganizadamente (muitas vezes não entende a emoção que está tendo, e isso gera uma crise comportamental).

Na concepção do déficit comunicacional, o aluno com TEA pode apresentar ausência de fala ou fala tardia, dificuldade para se expressar, linguagem imatura, com uso de jargões, ecolalia (fala que não é usual, pois o autista só reproduz o que já ouviu, muitas vezes fora do contexto), e uso da 3ª pessoa. Pode, também ter dificuldade para compreender linguagem figurada. O termo “pode” é utilizado, porque, por se tratar de um espectro há variedade de manifestações e não determinações. É essencial entender que cada autista apresenta um conjunto específico de características do espectro.

Na questão comportamental, pode haver resistência a mudanças de rotina, apego exagerado a objetos, fascínio por movimento, tendência ao alinhamento e categorização, (comum ver autistas que enfileiram tudo), alimentação seletiva, autoagressão. No espectro, essa questão da agressividade pode ser compreendida pelos pedagogos como uma busca por um equilíbrio do processamento sensorial (dos estímulos externos). Assim, eles podem ser hipo ou hipersensíveis. A autoagressão é uma forma de se autorregular.

Na concepção histórica da busca pela ajuda aos indivíduos que apresentam o Transtorno do Espectro Autista, há o registro da Associação de Amigos do Autista (AMA), na cidade de São Paulo, em 1983, e o da Associação Brasileira de Autismo (ABRA), em 1988. O conhecimento da existência dessas instituições serve para que, tanto o pesquisador quanto professor, verifiquem as ações pautadas no processo de inclusão desse público.

Em de 2007, a Organização das Nações Unidas (ONU) criou o dia da Conscientização do Autismo, 2 de abril, tendo como objetivo principal conscientizar a população quanto à necessidade de se respeitar as pessoas que apresentam TEA.

A cor azul representa o TEA, que ocorre majoritariamente no sexo masculino. Conforme os dados da Organização Mundial da Saúde - OMS, o autismo é representado por 80% de meninos.

Em termos de luta em defesa dos direitos das pessoas com TEA, cite-se a Lei 12.764, de 27 de dezembro de 2012, conhecida como Lei Berenice Piana, referência a uma mulher que lutou para que seu filho e demais pessoas com o transtorno pudessem ter a garantia de direitos. O Artigo 3º dessa lei apresenta os direitos da pessoa com TEA, como exemplos, acesso à educação e direito a acompanhante especializado. O fato de o IV inciso do Artigo 2º, que dispunha sobre professor especializado, ter sido vetado é intrigante, porque o apoio pedagógico vai além de questões de acompanhamento para locomoção, higiene e alimentação. As discussões sobre esse fato são recorrentes e necessárias, assim como reflexões sobre questões legais.

Em 2020 foi sancionada a Lei 13.977, de 8 de janeiro de 2020, conhecida como Lei Romeo Mion, a qual, em síntese, dispõe sobre a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Ciptea).

A busca de conhecimentos sobre aspectos relativos ao Transtorno do Espectro Autista é uma etapa de ação-reflexão que se faz necessária. Os participantes da pesquisa observam que o contato com a família é essencial para que se possa fazer a adaptação curricular. É preciso conhecer essas crianças, seus hábitos, o que nelas desencadeia crises, aquilo de que gostam, como se alimentam. A escola é uma etapa da vida do autista que, durante o período em que é atendido pelos pedagogos, precisa sentir-se acolhido em um ambiente que lhe dê segurança. Obter informações sobre as ações desenvolvidas permite reconhecer as possibilidades de uma adaptação pedagógica que seja eficaz, que contribua de fato para o desenvolvimento de cada estudante.

Ferreira (2009, p. 15) pondera que nem todos os autistas são iguais e que nem todos apresentam as mesmas características. Uns podem ser mais atentos, uns mais intelectuais e outros mais sociáveis. Além disso, cada criança com autismo tem sua individualidade, por conta de sua personalidade ou do próprio nível da deficiência que apresenta.

O autor também revela que o autismo está classificado no CID 10 da Organização Mundial de Saúde (OMS), juntamente com outras síndromes relacionadas ao ele, como: síndrome Rett e síndrome de Asperger. Embora a obra traga essa informação, houve atualização em relação ao CID, e atualmente utiliza-se o CID 11, o qual reuniu questões sobre o espectro autista, com exceção da síndrome de Rett, que tem origem específica. Além disso, em um espectro várias questões devem ser consideradas. O fato destacado tem o intuito de auxiliar o professor em seu processo pessoal de reflexão sobre o acolhimento de alguns alunos, tendo em vista que laudos não revelam exatamente o indivíduo.

Fazendo um link do parágrafo anterior com a obra de Teixeira (2013, p.76), é possível apontar que ele corrobora essa produção, pois, pondera que algumas crianças podem aprender a falar pequenas frases e seguir instruções simples. Desse modo, acredita-se que a adaptação curricular conseguirá apresentar avanços gradativos e que o saber experiencial fará a diferença na prática docente.

A busca pela compreensão do que vem a ser o autismo e de suas características é um passo importante para o aprofundamento dos estudos. Em sala de aula, o professor recebe alunos com diversos perfis e, quando um deles apresenta Transtorno do Espectro Autista, é essencial observá-lo e buscar informações, para que se possa realizar um trabalho que

contribua para o seu desenvolvimento.

A abordagem trazida até este momento é fundamental, devido à importância do professor nesse trabalho, em que o foco é compreender para agir. O pedagogo não precisa considerar a elaboração de um laudo para então promover ações inclusivas. A partir do momento em que se percebe uma necessidade, é possível buscar estratégias que possam contribuir para o desenvolvimento do educando.

Os professores ainda se veem obrigados a fazer as adaptações de currículo quando determinado estudante está com um laudo, porém, nos anos iniciais, os médicos também precisam fazer uma avaliação mais aprofundada, para então emitir tais documentos. Por tratar-se de um espectro, há variabilidade, não existe algo pronto. Cada indivíduo deve ser respeitado, e promover a inclusão passa pelo caminho também da aceitação do professor. O profissional que recebe essas crianças precisa preparar-se para lhes oferecer atividades que sejam atrativas e de fato significativas.

A pesquisa mostrou-se enriquecedora ao revelar que cada criança apresentava algumas percepções em relação às propostas pedagógicas. Conhecer as possibilidades e compartilhar com os demais é um ato de empatia, afinal, as inúmeras estratégias poderão ser úteis e benéficas quando aplicadas por outros professores e auxiliarem no desenvolvimento de outras crianças.

Fazendo um link com essas questões, é relevante refletir sobre o impacto escolar, pois esta pesquisa proposta tem como ponto de partida o lócus escola. As crianças com Transtorno do Espectro Autista podem desenvolver-se de diversas maneiras, portanto a diferença no processo inclusivo será a prática pedagógica.

Olhar o aluno como indivíduo e cidadão de direito, é essencial para desenvolver estratégias que venham ao encontro de suas reais necessidades. Afastar-se de laudos seria primordial para o sucesso do fazer pedagógico, mas, por outro lado, compreende-se que, ao receber um laudo, a criança será acompanhada, visto que a falta desse documento acaba não oportunizando a ela a presença de um profissional de apoio.

A proposta não é apresentar práticas que deram certo ou errado, do ponto de vista de cada professor, mas mostrar ações que contribuíram para o desenvolvimento das habilidades daquelas crianças. A partir do momento em que se faz uma adaptação, o trabalho pode ser produtivo para todas as crianças, não apenas para o público-alvo da Educação Especial.

A questão central é compreender o que cada criança que está no espectro autista consegue desenvolver, buscar alternativas e ir verificar quais métodos são eficazes. Na

atualidade, há cursos que ajudam o docente a atuar com esse público. Esse aprendizado pode contribuir para o desenvolvimento das crianças. Assim, no viés da formação contínua nascem as discussões para uma prática pedagógica que promova a inclusão das crianças com autismo.

A sala de aula torna-se um verdadeiro laboratório de experiências pedagógicas. Como no espectro há diversidade, os estudantes podem apresentar predileção por determinadas atividades e aversão por outras. Ouvir as orientações dos profissionais que atuam no Atendimento Educacional Especializado (AEE) também é uma atitude que pode contribuir para o desenvolvimento do trabalho.

2.3 Educação inclusiva e Políticas Públicas

Ao refletir sobre a temática, fica nítida a necessidade de partir do micro, investigar as políticas do município que venham ao encontro da proposta inclusiva. Em 2022, na fase de conclusão desta pesquisa, apurou-se que a cidade lançou um chamamento público para organização social, com a finalidade de colocar pessoas à disposição das crianças com necessidades especiais, profissionais para acompanhamento de seu percurso escolar.

Neste capítulo, demonstra-se que é preciso voltar no tempo para fazer reflexões sobre algumas políticas públicas conquistadas por meio de lutas que não devem ser proteladas.

Antes dessa ação, o que acontecia era colocar estagiárias de pedagogia para ficarem com as crianças que apresentavam laudos médicos. Essa atitude não promovia de fato a inclusão, pois essas profissionais eram transitórias nas escolas e não passavam por qualificações específicas para atender o público-alvo da Educação Especial. Essa prática também pode ser interpretada por vários prismas. Se esse acompanhante fosse um profissional especializado, o desenvolvimento do trabalho poderia ocorrer de maneira diferente. É preciso salientar que o interesse e a dedicação das estagiárias também foram essenciais, durante os anos em que essas crianças contavam com elas em sala de aula.

A proposta desta pesquisa no início estava pautada em fazer a incursão, ver o macro até chegar ao micro, verificar se aquilo que está exposto em leis e que deve ser seguido nos municípios é observado e cumprido. Esta pesquisa não se caracteriza como ação fiscalizadora, mas como um meio de saber o que o município tem proposto para promover a inclusão das crianças com Transtorno do Espectro Autista.

Com o intuito de verificar o que o município pesquisado vinha desenvolvendo para

atender esse público, estudou-se a Lei 9.425, de outubro de 2016, que dispõe sobre a política municipal de atendimento às pessoas com Transtorno do Espectro Autista. O Art. 2º dessa Lei apresenta diretrizes da Política de Ação para promover o reconhecimento do Autismo como uma especialidade. Essas diretrizes estão apresentadas em onze incisos:

Art. 2º São diretrizes da Política de Ação para promover o reconhecimento do Autismo como uma especialidade:

I - Promover a conscientização de que o autismo é uma síndrome, com sinais e sintomas bem definidos, causados por uma desordem orgânica, com perfil psicológico e educacional diferenciado de todas as outras necessidades especiais, que não afeta a capacidade intelectual;

II - Oferecer suporte devido a esse Transtorno, garantindo que estas pessoas recebam o atendimento adequado às suas necessidades clínicas e educacionais;

III - Reconhecer que o Autismo é de natureza específica e que cada autista é único, assim oferecer os recursos necessários de adaptação destas pessoas, nos vários âmbitos da sociedade;

IV - Ação para promover o reconhecimento do Autismo como uma especialidade única e a ensino regular público do Município. Criar um serviço clínico-educacional especializado em Transtorno Espectro do Autismo, Clínica Escola;

V - Garantir transporte para deslocamento para fins escolares e terapêuticos;

VI - O reconhecimento do Transtorno do Espectro do Autismo como uma especialidade específica, com perfil psico-educacional diferenciado de todas as outras necessidades especiais e oferecer formação específica a todos os profissionais envolvidos no processo de inclusão, por meio de cursos ministrados por instituições educacionais e organizações de reconhecimento público de excelência em qualidade, e ainda garantir atualização anual aos profissionais já especializados. ,

VII - Garantir que pacientes portadores do espectro do autismo tenham direito a exames e consultas com especialistas quando não houver no município, agendando os mesmos pedidos referidos pelo médico em locais públicos ou particulares conveniados ou não, na cidade ou cidades vizinhas;

VIII - Garantir o direito do transporte para o deslocamento destes pacientes e acompanhantes e o prover de alimentação;

IX - Adaptar os playgrounds públicos para que crianças com autismo possam ter acesso ao direito de brincar em parques públicos;

X - Reconhecer em todas as repartições de saúde públicas e privadas, a prioridade no atendimento, bem como em todos os processos administrativos que envolvem o sistema de saúde municipal;

XI - Garantir o acompanhamento mensal ao paciente portador de autismo com especialista neuropediatra, principalmente quando em exploração de diagnóstico. (Lei 9.425, de 21 de outubro de 2016).

Embora a seja de 2016 e destinada aos profissionais que atuam na rede, servidores que trabalham na Prefeitura há mais de cinco anos afirmaram, nas entrevistas, que cursos voltados para o trabalho com esses alunos ou mesmo qualificações nunca foram oferecidas. O que houve foram palestras que abordaram apenas os aspectos da legislação vigente.

O fato é que, se os profissionais que atuam com essas crianças não exigirem uma formação específica, a política pública ficará apenas no papel. A Lei também refere incentivo à pesquisa; portanto, cabe aos pesquisadores buscar meios para que esse incentivo seja posto em prática.

Outro item que chama a atenção na legislação municipal voltada ao público em questão, é que os estudantes terão os seus Planos de Ensino Individual (PEI) elaborados por profissionais especialistas. Isso não acontece na unidade escolar pesquisada, em que esse documento é elaborado pelo professor regente da sala. Quando os estudantes chegam aos Anos Finais do Ensino Fundamental, o PEI passa a ser feito pelos professores especialistas.

Os professores não se pautam na legislação, pois o foco é o desenvolvimento da criança, e para isso realizam o que as orientadoras pedagógicas solicitam. A adaptação é uma prática inúmeras vezes solitária, como a pesquisa revelou.

A Lei 9.812/18 aprimorou a legislação citada, abordando a triagem e o rastreamento precoce do autismo nas unidades públicas. Também há a Lei 9.690/18, que estabelece a inserção de placas de atendimento prioritário em estabelecimentos públicos e privados. Posteriormente, a Lei 9.884/19 dispõe sobre o cadastro dos moradores com transtorno e a preferência de uso dos assentos no transporte coletivo.

A Lei 10.083/20 é sobre a luminosidade e som adequado para não causar desconforto, possibilidade de entrar e sair da sessão e identificação da sala de cinema com símbolo do espectro autista. Avaliando o contexto, entende-se que a cidade tem buscado criar meios para que os autistas sejam atendidos.

É importante ressaltar a necessidades de políticas públicas que favoreçam a formação de professores de forma contínua. A publicação no portal do Ministério da Educação e Cultura (MEC), em 2018, cita alguns programas, tais como: Sala de Recursos Multifuncionais, Escola Acessível, Programa Caminho da Escola – Transporte Escolar Acessível e o Programa de Formação de Professores. O órgão também afirma que os dados do censo escolar apontam para o crescimento do número de matrículas desses estudantes na educação básica. Segundo a publicação de 2018, foram registradas quase 180 mil matrículas de estudantes com TEA na educação básica. Buscou-se verificar a oferta de cursos disponíveis, mas não houve localização de oportunidades.

O Plano Municipal de Educação da cidade pesquisada, publicado em outubro de 2015, estabelece como diretriz, em seu artigo segundo: superar as desigualdades educacionais, tendo como ênfase a promoção da cidadania e a erradicação de todas as formas de discriminação. No parágrafo único traz, como estratégias “[...] assegurar a articulação das políticas educacionais com as demais políticas sociais e garantir o atendimento das necessidades específicas dos estudantes público-alvo da Educação Especial”.

Para garantir o atendimento inclusivo, existem políticas públicas preconizadas em legislação pertinente à temática. Em 2008, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (PNEEPI) trouxe informações sobre os marcos legais educacionais. O material possibilita compreender a trajetória da educação destinada às pessoas com necessidades especiais.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva tem como objetivo assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade [...] (BRASIL, 2008, p. 14)

Política é uma forma de organização social imprescindível à vida. Todos têm a obrigação de agir em prol do próximo, pois é dever do ser humano, ser empático e contribuir para o bem-estar do outro.

Em 2015, foi promulgada a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), número 13.146, e, caminhando mais na história, em 2020 houve a elaboração da Política Nacional de Educação Especial, que é controversa em alguns aspectos. Por esse motivo, apenas algumas informações foram utilizadas na pesquisa, tais como dados estatísticos sobre formação docente. O seu teor aparenta aspectos políticos e o essencial é considerar todas as lutas em prol dos direitos das pessoas com deficiência.

Mantoan (2015) define que a inclusão é uma ação necessária para que haja melhoria das condições da escola, de modo que nela seja possível preparar melhor os alunos, para que venham a ter vida em sua plenitude. A autora ressalta o fato de que os professores devem retomar o poder da escola, que deve ser exercido pelas mãos dos que de fato fazem a educação acontecer.

Apropriar-se e apoderar-se são atitudes que os profissionais da educação devem ter, para que seja possível seguir as determinações legais. O artigo 27 da Lei 13.146, de 6 de julho de 2015, conhecida como LBI, dispõe que a educação constitui direito da pessoa com deficiência. A esse público deve ser assegurado sistema educacional inclusivo em todos os níveis de aprendizado, ao longo de toda a vida, para que tenha o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas.

A LBI, um marco na legislação, tem como pressuposto assegurar e promover os

direitos e liberdades fundamentais das pessoas com deficiência. Trata também do rompimento de barreiras. Em análise primária, pode-se dizer que uma das piores barreiras que existem são as atitudinais. Nesta lei há abordagem sobre adequações necessárias. Assim, o currículo para as crianças com TEA não precisaria necessariamente de adaptação, porque este termo prevê mudanças, transformações, e o ideal é adequar, tornar possível.

O artigo 4º trata da discriminação e da recusa de adaptações razoáveis e de fornecimento de tecnologias assistivas, o que constitui uma questão que merece reflexão dos docentes. A falta de preparo talvez seja o fator que gera insegurança, quando o professor recebe crianças com TEA; no entanto, o fato de não se fazer as adaptações necessárias pode configurar um ato discriminatório.

Os docentes devem utilizar a LBI também para fazer as cobranças, uma vez que estão previstos, no artigo 28 do Capítulo IV, programas de formação inicial e continuada de professores e oferta de formação continuada.

Mazzillo (2008, p. 17) pondera que “[...] a inclusão é um processo inacabado que ainda precisa ser frequentemente revisado”. Além disso, afirma que alguns professores ouvidos em sua tese expuseram que a educação deveria valorizar a diversidade das manifestações humanas. A sociedade contemporânea exige que todos os profissionais tenham um olhar atento em relação ao ato inclusivo; portanto, não é somente o professor que deve refletir sobre isso.

Para Delou (2008, p. 15), discutir as questões da Educação Especial e da Educação Inclusiva no cenário brasileiro atual é tarefa complexa, mas necessária. Essa ação reflexiva considera diversas vertentes que a temática tem assumido nos variados contextos.

Autores como Mazzillo (2008) destacam a relevância do tema inclusão escolar que não deve ser limitado apenas à população dos “portadores de necessidades educacionais especiais”, termo que na atualidade deve ser substituído por *pessoas com deficiência*. Os que precisam de atendimento especializado necessitam de apoio.

A inclusão educacional não é somente um fator que envolve essas pessoas, mas também as famílias, os professores e a comunidade, na medida em que o objetivo é construir uma sociedade mais justa e, conseqüentemente, mais humana. Estudar autores clássicos que abordam a questão inclusiva é uma necessidade, para que seja possível fazer conexões de suas ideias com a realidade atual. As correlações são relevantes porque abrem o leque de possíveis compreensões acerca do fazer inclusivo.

O primeiro se deu em março de 1990, quando foi realizada em Jomtien, na Tailândia, a Conferência Mundial de Educação para Todos, com a proposta da CEPAL/UNESCO: educação e conhecimento, em que o objetivo foi examinar o encaminhamento e enfrentamento da exclusão escolar. O segundo, se deu no ano de 1994, na ocasião em que foi realizada uma conferência na Espanha, em Salamanca, em que foi elaborada a Declaração de Salamanca, sobre as necessidades educativas especiais: acesso e qualidade. Tal documento enfatiza, entre outras questões, o desenvolvimento de uma orientação escolar inclusiva. (MAZZILO, 2008, p.18)

A Declaração de Salamanca, realizada em 1994, é o resultado da Conferência Mundial sobre Educação Especial, da qual o Brasil é signatário. A Declaração traz princípios sobre as políticas e práticas na área de necessidades educativas especiais e assegura que a educação de pessoas com deficiência seja parte integrante do sistema educacional. Esse documento também serviu para dar apoio aos cidadãos que apresentavam alguma necessidade especial, considerada na época como deficiência.

O processo educativo inclusivo apresenta registros históricos e o conhecimento deles serve para que a sociedade compreenda que a luta pelo direito à educação tem sido travada há muito tempo. Infelizmente é necessário que textos legais sejam criados, para que os direitos civis sejam atendidos.

O acesso à Educação está garantido na Constituição Federal de 1988. No Artigo 8º há explanação sobre o acesso à Educação de forma igualitária. O debate sobre a inclusão é uma questão recorrente e está previsto em lei. Para que os cidadãos com necessidades especiais, enfatizando a intelectual, tenham seus direitos garantidos é necessário que a sociedade se mobilize.

A Lei de Diretrizes e Bases – LDB – 9.394/96, por exemplo, traz informações sobre a Educação Especial, e seu artigo 58 dispõe que o atendimento educacional deve se dar, preferencialmente, na rede regular de ensino, determinando a existência, quando necessário, de serviços de apoio especializado (parágrafo primeiro).

Segundo a LDB, as unidades escolares devem oferecer professores preparados para atendimento especializado, assim como professores do ensino regular capacitados para integrar os educandos portadores de necessidades especiais nas classes comuns. O fato de ocorrer atualizações é extremamente essencial, visto que alguns termos utilizados passaram a ser considerados como errôneos e devem cair em desuso, como é o caso da palavra *portador*.

Existem entraves em termos jurídicos, uma vez que a Lei Berenice Piana tem veto e, conforme a LBI, o apoio pode ser realizado por pessoas com Ensino Médio, sem profissão

estabelecida. Logo, há muitas discussões a serem feitas e as famílias das crianças com TEA precisam batalhar pela garantia de seus direitos. Além da família, todos os setores da sociedade têm o dever de zelar pelos direitos das crianças, como está estabelecido no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 1990.

Apesar de garantida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1996, a filosofia da inclusão não se consolidou na forma desejada. É preciso, antes de qualquer ponto, que os professores se adaptem a este novo processo, entendendo que há necessidade de um novo olhar para os portadores de necessidades educacionais especiais. É importante que sejam revistos os conceitos e preconceitos existentes, para que seja possível a elaboração de um trabalho educativo de qualidade. (MAZZILO, 2008, p. 19)

A revisão de conceitos é imprescindível, pois, embora exista uma legislação, faz-se necessária a preparação dos professores e de todos os atores que atuam em ambientes escolares, uma vez que o processo educativo é contínuo.

Conforme Brasil (2020, p. 24), apenas 5,8% dos professores que atuam na educação básica em todo o país fizeram cursos destinados à formação para atuar na educação especial. É neste viés da qualificação do preparo e formação contínua docente que a pesquisa em questão se torna relevante.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência, instituído pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Lei número 13.146, de 6 de julho de 2015, é um documento base para a discussão deste tema. Nele, encontram-se observações que consideram ser de total relevância: fazer com que as famílias, professores e toda sociedade civil respeitem esses cidadãos e se disponham a apoiá-los. O artigo 4º desse documento dispõe que toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades e que não sofrerá qualquer espécie de discriminação. Para que a lei seja efetiva, a sociedade deve cumprir suas obrigações sociais e humanas.

O artigo 27 da LBI aponta que a educação constitui direito da pessoa com deficiência, que deve ter acesso ao sistema educacional inclusivo em todos os níveis de aprendizado, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas.

Além desse respaldo, o capítulo II da Lei 13.146, de julho de 2015, trata de igualdade e de não discriminação, e o artigo 8º prevê que “[...] é dever do Estado, da sociedade e da família assegurar à pessoa com deficiência a efetivação de direitos, entre eles, a educação”. Em síntese, é totalmente compreensível que a Educação Especial seja um

tema que deve ser tratado com respeito, profissionalismo e dignidade.

A Lei Nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

[...] é considerada pessoa com transtorno do espectro autista aquela portadora de síndrome clínica caracterizada na forma dos incisos I ou II: o Inciso I diz ser deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento; e o Inciso II considera padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos.

O Art. 2º traz como diretrizes da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista:

[...] intersetorialidade no desenvolvimento das ações e das políticas e no atendimento à pessoa com transtorno do espectro autista; a participação da comunidade na formulação de políticas públicas voltadas para as pessoas com transtorno do espectro autista e o controle social da sua implantação, acompanhamento e avaliação; a atenção integral às necessidades de saúde da pessoa com transtorno do espectro autista, objetivando o diagnóstico precoce, o atendimento multiprofissional [...]

Já o Art. 3º dispõe que são direitos da pessoa com transtorno do espectro autista: “[...] a vida digna, a integridade física e moral, o livre desenvolvimento da personalidade, a segurança e o lazer; a proteção contra qualquer forma de abuso e exploração”.

O Art. 7º garante ao aluno com diagnóstico TEA que o gestor escolar, ou autoridade competente que recusar a matrícula de aluno com transtorno do espectro autista, ou qualquer outro tipo de deficiência, será punido com multa de 3 (três) a 20 (vinte) salários-mínimos. Em caso de reincidência apurada por processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, haverá a perda do cargo.

É de suma relevância o contato com todas as informações legais com foco no desenvolvimento dos estudantes considerados público-alvo da Educação Especial/Inclusiva. Trata-se aqui como barra (/) inclusiva porque o objetivo é um só, a garantia dos direitos educacionais.

Por ora, é pontual afirmar que a sociedade precisa ficar atenta para que a Educação se torne de fato inclusiva e zelar para que os direitos desse público sejam garantidos. A legislação não garante a prática inclusiva, portanto é necessário que todos os atores do

processo educacional abracem a causa. A ampliação de pesquisas sobre a prática da inclusão se faz muito relevante, tendo em vista o aumento crescente desse público.

As políticas públicas criadas em decorrência das necessidades, são postas em prática somente após muitas cobranças. Há necessidade de investir em formação e qualificação profissional, o que envolve recursos e esforços dos poderes legislativo e executivo. A formação contínua está prevista no Projeto Político Pedagógico da unidade, porém a escola segue o que vem determinado pela Secretaria, e a cobrança por parte dos professores, o público-alvo dessas qualificações, deve coexistir, caso o contrário o exercício inclusivo não ocorrerá.

2.4 Adequação/Adaptação e flexibilização

A adaptação é um assunto que tem ganhado espaço no cenário nacional. Há legislação que prevê atendimento aos alunos com necessidades especiais. Outra terminologia que caminha com a proposta de atendimento educacional é a flexibilização das atividades. Por isso, um dos objetivos desta pesquisa é identificar os desafios e possibilidades dos professores na realização de um trabalho que atenda os alunos com Transtorno do Espectro Autista.

Adequação ou adaptação são termos próximos, e em vários textos ambos são utilizados. No título desta pesquisa foi utilizado o termo adequação, porque, durante as entrevistas, pôde-se compreender que o entendimento da maioria é que, ao fazer uma adaptação, o professor está tornando as propostas adequadas aos estudantes que apresentam determinadas necessidades educacionais.

Na maioria dos materiais já produzidos, sejam livros, sejam pesquisas de mestrado e doutorado, emprega-se o termo adaptação. Por esse motivo, nesta pesquisa optou-se pela utilização deste vocábulo.

A flexibilização favorece um caráter flexível e dinâmico do currículo que a escola deve ter, para que possa desenvolver uma prática educativa. Isto implica, segundo Brasil (1999), interatividade entre aluno e professor. A interação é uma prática que contribui para a aprendizagem de todos os estudantes matriculados, visto que, por meio do processo de socialização, o conhecimento se consolida.

O objetivo de se propor flexibilização é proporcionar aprendizagem, visto que ela está diretamente ligada ao currículo construído a partir do projeto político pedagógico da

escola, que por sua vez tem como objetivo viabilizar e orientar ações que contemplem os fundamentos filosóficos, sociais e políticos da educação. Assim, o currículo deve estar em concordância com a teoria e a prática, o planejamento e a ação. Desse modo, por ser um recurso que promove a aprendizagem, adaptação e flexibilização curricular devem fazer parte de sua proposição (BRASIL, 1999).

Conforme as Orientações Pedagógicas do Ensino Especial (2010), as adequações curriculares são compreendidas como medidas pedagógicas que se destinam ao atendimento dos estudantes com necessidades educacionais, para favorecer sua escolarização.

Realizar adequações curriculares implica, portanto, numa postura de disponibilidade dos agentes educacionais em atuar de forma diversificada e eficaz frente às dificuldades de aprendizagem dos estudantes. Essa atuação manifesta-se em níveis e formas diversas, por isso serão observadas desde pequenas e diárias adequações a grandes e mais profundas reorganizações no currículo. (BRASÍLIA, 2010, p. 40)

No documento em questão, também há orientações sobre o currículo funcional, o que é voltado ao desenvolvimento de habilidades.

Carvalho (2010) considera que as adaptações curriculares consistem em modificações realizadas pelos professores, no que se refere a estratégias de ensino, organizadas com base nas necessidades de cada aluno. Minetto (2008, p. 55) corrobora esse discurso, pois afirma que as “[...] adaptações são únicas para cada aluno. Não poderemos apresentar algo que venha a ser ‘receita’ que possa ser aplicada em todos os casos”. Também pondera que as adaptações curriculares necessitam, como base para sua organização, de flexibilidade e de estruturação da escola, para que seja possível oferecer reais condições de aprendizagem.

As afirmações dos autores citados evidenciam que o processo de adaptação ou adequação curricular é uma tarefa que se desenvolve no dia a dia. O objetivo é fazer com que todas as crianças possam desenvolver habilidades essenciais.

Adaptar ou adequar, independentemente do termo, tem como objetivo oferecer aos alunos com Transtorno do Espectro Autista atividades com o mesmo conteúdo que é trabalhado com seus colegas. Se o professor buscar o desenvolvimento das habilidades essenciais de seus alunos, sentir-se-á fortalecido, confiante.

Em termos documentais, desde 1999 já se falava em adaptação. Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs Adaptações Curriculares, Estratégias para a Educação de Alunos com Necessidades Educacionais:

As adaptações curriculares constituem, pois, possibilidades educacionais de atuar frente às dificuldades de aprendizagem dos alunos. Pressupõem que se realize a adaptação do currículo regular, quando necessário, para torná-lo apropriado às peculiaridades dos alunos com necessidades especiais. (BRASIL, 1998, p. 33).

O processo de promoção do desenvolvimento dos estudantes com necessidades especiais é histórico. Na atualidade, o que traz como normas à ação pedagógica é a Base Nacional Comum Curricular, oficializada em 2017. Por outro lado, entender que anteriormente já existia a tentativa da promoção da inclusão educacional é um fator relevante para este estudo. Portanto, é necessário dar créditos a todos os atores do processo educacional no país.

[...] as demandas escolares precisam ser ajustadas para favorecer a inclusão do aluno observando, as adaptações que focalizam as capacidades, o potencial, a zona de desenvolvimento proximal (nos termos de Vigotski) que não centralizam na deficiência como tradicionalmente ocorria. (BRASIL, 1998, p. 38)

Ao fazer a adaptação curricular, o professor promove sua ação pedagógica de modo a atender um público que necessita de atenção especial. Existem vários tipos de adaptações, e as considerações clássicas abordam a de pequeno e a de grande porte. Adaptar significa oferecer ao estudante oportunidade de desenvolver-se cognitivamente.

Ao tratar o tema adaptação, vê-se que a intenção é trazer possibilidades que estão previstas também nos Parâmetros Curriculares Nacionais. Conforme BRASIL (1998, p. 39), “[...] foram definidas como a possibilidade de: introdução de novos conteúdos não previstos para os demais alunos, mas essenciais para alguns, em particular; eliminação de conteúdos que, embora essenciais no currículo, sejam inviáveis de aquisição por parte do aluno”. Sendo assim, o fato de o planejamento contemplar atividades possíveis traz a constatação de que a estratégia pedagógica é um fator preponderante no processo de escolarização.

O entendimento entre os termos está em desenvolvimento, e o importante é que as habilidades necessárias para determinado conhecimento possam ser desenvolvidas por meio das ações docentes. Atualmente, os termos utilizados têm sido adaptação, adequação e flexibilização.

A compreensão não deveria depender apenas da busca incessante do docente. Muitos não tiveram a disciplina Educação Especial durante a graduação, por isso atualmente é necessário atualização profissional. De outro modo, acredita-se que determinadas formações devam ser oferecidas pela municipalidade, em cumprimento das legislações vigentes.

Há profissionais que dizem não ter feito curso e que não se sentem preparados para fazer as adaptações; no entanto, estão com o aprendiz na sala, e esse cidadão tem direito à aprendizagem.

2.5 Currículo escolar e o que se espera dos alunos

O currículo escolar é essencial para que o professor compreenda o que é esperado de cada estudante, e as habilidades e competências que precisam ser desenvolvidas em cada ano/série. Entender o que é primordial consiste em uma das etapas do trabalho docente.

Moreira e Candau (2007, p. 17) salientam que o termo “[...] currículo é associado a diversas concepções e estas são derivadas dos diversos modos de como a educação é concebida historicamente”. Acrescentam que há influências teóricas que o afetam e que se fazem hegemônicas em um dado momento. Ponderam que há diferentes fatores socioeconômicos, políticos e culturais que contribuem para que currículo venha a ser entendido. Os autores apontam os elementos do currículo que devem ser criteriosamente observados: os conteúdos a serem ensinados e aprendidos; as experiências de aprendizagem escolares a serem vividas pelos alunos; os planos pedagógicos elaborados por professores, escolas e sistemas educacionais; os objetivos a serem alcançados por meio do processo de ensino; e os processos de avaliação que terminam por influir nos conteúdos e nos procedimentos selecionados nos diferentes graus da escolarização.

Currículo é um documento e há orientações legais referentes a ele. É necessário buscar constantemente sua atualização. Sobre as concepções, Moreira e Candau (2007, p. 18) observam que não são certas ou erradas, e explicam que entendem o currículo:

[...] como as experiências escolares que se desdobram em torno do conhecimento, em meio a relações sociais, e que contribuem para a construção das identidades de nossos/as estudantes. Currículo associa-se, assim, ao conjunto de esforços pedagógicos desenvolvidos com intenções educativas.

A investigação proposta parte do que os autores supracitados afirmam. Deve-se conhecer as experiências dos professores, ou melhor, trazer à tona as vivências e práticas que eles consideram exitosas no âmbito da adaptação curricular para os alunos com Transtorno do Espectro Autista.

Emmel (2015, p. 99) cita McKernan (2009), o qual diz que dar aos professores o papel do desenvolvimento e da pesquisa curricular é um ato supremo de educação

democrática, pois permite que os educadores operem conforme uma pesquisa reflexiva e uma síntese de desenvolvimento profissional. A autora salienta que o referido autor defende que não pode haver desenvolvimento de currículo sem o desenvolvimento de professores. Esse apontamento é intrigante, pois, ao pensar nos processos de aprendizagem, os professores que recebem alunos com Transtorno do Espectro Autista também precisam buscar desenvolvimento, isto é, qualificar-se para realizar a ação pedagógica.

Silva (1995) diz que o currículo não é estabelecido em algum ponto privilegiado do passado. Ele está em constante fluxo e transformação, em contínuo aperfeiçoamento em direção a formas melhores e mais adequadas.

Sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC - 2017) é importante salientar que se trata de um documento norteador, porém não é o currículo propriamente dito. Nesse documento é possível encontrar o que se espera que os alunos precisam aprender/desenvolver.

Postas as abordagens sobre currículo, há que se considerar o que cada criança precisa aprender. Conforme a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), nos dois primeiros anos do Ensino Fundamental a ação pedagógica deve ter como foco a alfabetização, a fim de garantir amplas oportunidades para que os alunos se apropriem do sistema de escrita alfabética de modo articulado com o desenvolvimento de outras habilidades de leitura e de escrita e com seu envolvimento em práticas diversificadas de letramentos.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) também considera que, além dos aspectos relativos à aprendizagem e ao desenvolvimento, na elaboração dos currículos e das propostas pedagógicas devem ainda ser consideradas medidas para assegurar aos alunos um percurso contínuo de aprendizagens entre as duas fases do Ensino Fundamental, de modo a promover maior integração entre elas.

Sobre currículo, Emmel (2015) acrescenta que Lopes e Macedo (2011, p. 19) afirmam que, desde o século XX, os estudos curriculares o têm definido de maneiras muito diversas, e que “[...] não é possível responder à pergunta ‘o que é currículo’ apontando para algo que lhe é intrinsecamente característico, mas apenas para acordos sobre os sentidos de tal termo, sempre parciais e localizados historicamente”.

Santos e Paraíso (1996, p. 82), “[...] desde a sua inserção no campo pedagógico, o termo currículo ganhou várias definições”.

No começo era compreendido como um arranjo sistemático de matérias, ou um elenco de disciplinas e conteúdos, passou a ser entendido como um conjunto de estratégias para preparar o jovem para a vida adulta. Também já fora definido

como conjunto de experiências trabalhadas pela escola ou conjunto das atividades e dos meios para se alcançarem os fins da educação (*Idem*).

Para Santos e Paraíso (1996), os currículos apresentam faces. Assim, tem-se Currículo Formal, plano e propostas que são executadas no fazer acontecer escolar. Há o Currículo em ação, atividades que acontecem nas escolas e dentro das salas de aulas, e o Currículo oculto, que são regras, normas e experiências que são estabelecidas em salas de aula.

As autoras salientam que o currículo formal escolar está pautado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, nº 9394/96), nas Diretrizes Curriculares Nacionais, Parâmetros Curriculares Nacionais e nas resoluções que regulamentam a Educação Básica. A carga horária dos componentes curriculares é flexível e inovadora. Não é fechada e rígida, o que permite sua integração com as demais áreas do conhecimento.

Quando se fala da questão curricular, é preciso considerar as políticas públicas, que tratam a temática de uma forma que apresenta a inclusão como ação pedagógica. Machado (2000), por exemplo, diz que a Política Pública Educacional é o conjunto de princípios, definições e decisões sobre as formas e condições pelas quais a educação, um bem individual e social, deve ser distribuída aos diversos setores da sociedade, em face das prescrições estabelecidas nas leis educacionais, das necessidades de reprodução da força de trabalho e das demandas sociais. O autor não trata especificamente do currículo para atendimento dos autistas, porém fala sobre expansão do atendimento. Pode-se compreender, portanto, que a expansão deve promover a inclusão.

Debater e investigar a adaptação curricular é uma situação emergente, tendo em vista o que prevê o artigo 59 da LDB: “[...] os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação: currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades. O parágrafo 1º, do artigo 58, ressalta que “[...] haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial”.

Oliveira (2008) diz que, “[...] embora não exista um ‘modelo de currículo ideal’, aplicável a todas as condutas típicas, podemos destacar algumas características curriculares, presentes no cotidiano da escola, que podem facilitar a inclusão dos alunos”. O que é ideal é a compreensão da individualidade e a oferta de diversas propostas, até encontrar as mais adequadas aos estudantes tidos como pessoas com deficiências.

As características curriculares destacadas pela autora envolvem:

Buscar o desenvolvimento da atenção do aluno para as atividades, explorando o atendimento às suas motivações. Aprimorar o clima favorecedor da estabilidade emocional dos alunos. Estimular ao máximo as interações dos alunos com o meio externo. Mapear as competências desejáveis, a serem desenvolvidas com os alunos portadores de condutas típicas. Evitar as atividades muito complexas, que levem a muitas tentativas para a sua execução, pois o erro causa geralmente acentuada frustração neste tipo de aluno. Desenvolver as atividades com instruções simples, curtas e claras, pois a atenção dispersa dificulta a memorização das mesmas. (OLIVEIRA, 2008, p. 83).

Essas características podem contribuir para a ação docente no cotidiano, considerando-se que o artigo 26 da Declaração de Salamanca dispõe que o currículo deve ser adaptado às necessidades da criança. O essencial a ser feito é desenvolver as atividades observando a criança, pois somente assim é possível afirmar que a adaptação tem seguido padrões que estejam de acordo com o desenvolvimento do estudante. Não se deve simplesmente observar um currículo que seja mais cômodo para o professor, mas, primordialmente, pensar nos avanços da criança.

Por inúmeras vezes, os professores sentem-se pressionados quanto ao cumprimento de um currículo, que vem pronto, formatado por pessoas que não estão em sala de aula. O desconhecimento de realidades escolares faz com que os políticos determinem currículos e os professores sejam cobrados para apresentar resultados, como se a criança fosse uma máquina e os índices a serem alcançados tivessem total importância.

A compreensão de que habilidades e competências podem se desenvolver ao longo do tempo é um caminho ideal para que o docente não fique frustrado diante das ações que empreende junto a seus alunos com Transtorno do Espectro Autista.

2.6 Formação docente continuada

A formação docente continuada é uma ação prevista em Lei que deve ocorrer de forma pontual. Nóvoa (2017, p. 4) aponta que “[...] o período de 1987-1992 coincide com a consagração de uma nova abordagem marcada pela ‘universalização’ da formação docente, nesse paradigma, a concepção de professor é a de um profissional ativo”. Portanto, o professor reflete, é capaz de analisar e interpretar a prática, tendo em vista que tem autonomia para tais ações.

Refletir sobre a formação docente é um processo que deve existir de forma sistemática por todos aqueles que lutam pela educação e que se dedicam ao fazer

educacional cotidianamente.

A formação inicial docente no que tange à inclusão de alunos com deficiência, bem como em relação à diversidade em geral, vem ganhando pequenos espaços nos documentos legais de Educação, mas ainda intencionalmente de forma generalizada e relegada a segundo plano. (MAGALHÃES, 2021, p. 130)

O aspecto da formação docente destinada à inclusão é um tema da contemporaneidade, conforme aponta Magalhães (2021), em sua tese. Seria ideal que as formações realizadas não contemplassem apenas conteúdo, mas que abordassem estratégias passíveis de contribuir para o desenvolvimento de todas as crianças. Considerar a diversidade na aprendizagem é primordial. Alunos considerados autistas apresentam características que não são fixas, logo, não há uma prescrição para ensino.

[...] Acho extremamente importante, uma das coisas que deveria ter em nossa escola é exatamente esse tipo de formação, por exemplo, eu tenho na sala um aluno autista, a escola tem, então pegar esses professores e levá-los para ter uma formação específica, não ficar batendo cabeça todo ano, onde fica no debate de pegar o currículo de cada disciplina e ver o que dá pra fazer, o que pode e não pode. Falta isso na rede. (Participante 1)

O que a participante 1 aponta é justamente que a formação específica precisa ganhar robustez, ser ofertada para atender às necessidades e focar em ações práticas para o exercício docente.

As concepções de formação docente vão se modificando e atendendo às necessidades emergentes. Na atualidade, houve até mesmo, a ampliação da carga horária na disciplina Educação Especial e Inclusiva, em alguns cursos de pedagogia.

[...] Para mim, a formação continuada é algo que atende a nossa necessidade naquele momento, naquele ano, então ela vai nortear o que a gente precisa priorizar, o que está bom, nos dar dicas de coisas para fazermos, entendo que formação continuada é atender às necessidades, além de trazer novas opções. (Participante 3)

A Universidade Virtual do Estado de São Paulo, por exemplo, aborda a disciplina com foco em políticas públicas. Apresenta atos legislativos e abarca a Língua Brasileira de Sinais (Libras). Compreende-se que o ato educacional vai atendendo às reais necessidades contemporâneas; por outro lado, voltar na história é essencial para que toda a luta seja reconhecida e valorizada.

Este período, 1987-1992, coincide com a consagração de uma nova abordagem marcada pela “universitarização” da formação docente e pelas ideias de “professor reflexivo” e de “professor pesquisador”. As escolas normais, instituições com uma história de grande significado, foram sendo progressivamente substituídas pelas universidades. Esta transição trouxe avanços significativos para o campo da formação docente, sobretudo na ligação à pesquisa e na aproximação dos professores ao espaço acadêmico das outras profissões do conhecimento. Mas, nos últimos anos, tem vindo a crescer um sentimento de insatisfação, que resulta da existência de uma distância profunda entre as nossas ambições teóricas e a realidade concreta das escolas e dos professores, como se houvesse um fosso intransponível entre a universidade e as escolas, como se a nossa elaboração académica pouco tivesse contribuído para transformar a condição socioprofissional dos professores (NÓVOA, 2017, p. 4).

Tendo em vista o apontamento do autor, fica evidente que o processo de formação tem relação direta também com os propósitos de desenvolvimento pessoal. A partir do momento em que os docentes procuram novas formações, passam a receber contribuições assertivas no desenvolvimento da aprendizagem discente, uma vez que estão num fluxo constante de busca de novas estratégias de ensino. Por outro lado, é importante ressaltar que muitas vezes o docente se vê como uma ilha e precisa buscar alternativas, uma vez que não são cumpridas as determinações legais.

A participante 4 afirma que a formação continuada é “[...] Essencial. Eu faço a formação continuada, só que não é de forma académica. Estou sempre lendo, estudando por conta própria”. A iniciativa desta profissional é louvável, porém, pode ser um sinal de alerta para a necessidade de reflexão em relação às políticas públicas voltadas às ações de formação docente.

Na esteira dos anos 2000, a formação docente proposta por pesquisadores e pesquisadoras que seguem nesse campo de rupturas pretende interrogar os saberes teóricos que os (as) docentes precisam ter numa perspectiva curricular que intencionalmente aponte para a diversidade formativa. Os estudos culturais invocam, assim, as questões sobre identidades e subjetividades, constituindo-se e constituindo sujeitos nos diversos espaços institucionais de caráter educativo e no trabalho docente. Passa-se a considerar como o educador e a educadora são influenciados profundamente pelas identidades étnicas, sexuais, etárias, religiosas e de gênero ao construírem saberes sobre suas práticas. (DINIZ, 2011, p. 48)

Para refletir e desenvolver a formação com base na diversidade, na inclusão e nas práticas que contemplam a pluralidade do sujeito, é primordial conectar as teorias necessárias e os campos de saber à subjetividade dos sujeitos envolvidos no processo ensino

aprendizagem.

Considerar as relações é também uma estratégia apontada pelas participantes, uma vez que essa conexão com as crianças se revela como ação benéfica ao desenvolvimento dos estudantes.

Na atualidade, as condições gerais em que se encontra o país, e, especificamente, a situação da educação e da formação de professores e professoras se encontra sob risco mediante um quadro de ameaças ultraneoliberais, no intuito de vulnerabilizar toda a categoria docente e promover mudanças rumo à precarização da profissão (MAGALHÃES, p. 122, 2021).

Ser docente significa tomar para si uma grande responsabilidade e ter consciência da relevância do trabalho; portanto, é necessário que, diante das adversidades, esse profissional se mantenha firme em suas ações e busque meios de se qualificar, com a finalidade de oferecer o melhor ao estudante. Além disso, deve cobrar dos órgãos competentes o cumprimento das legislações.

A formação de professores tem amparo legal, conforme a Lei de Diretrizes e Bases, Lei 9.394/96, com as suas revisões. Destacam-se aqui o Art. 65, que define que “[...] a formação docente, exceto para a educação superior, incluirá prática de ensino de, no mínimo trezentas horas” e o Art. 67 que garante que “[...] os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público”.

Os docentes também contam com o Decreto nº 8.752, de 9 de maio de 2016, que dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica. Os objetivos previstos são apresentados no Art. 3º: “[...] I - instituir o Programa Nacional de Formação de Profissionais da Educação Básica, V - apoiar a oferta e a expansão de cursos de formação inicial e continuada em exercício para profissionais da educação básica pelas instituições de ensino superior em diferentes redes e sistemas de ensino, conforme estabelecido pela Meta 15 do PNE”; entre outros.

[...] Eu acho que ela é extremamente necessária, tem que acontecer, porque nem todo professor tem essa busca individual, tanto por questões financeiras, questão de tempo, só que tem que ouvir os professores. Uma formação continuada que vem sem ouvir os professores não atende as necessidades. O que a gente vê é que essa formação vem fechada, pronta. Mas e a necessidade que a gente tem no dia a dia? Que nos dá medo, nos preocupa, dá a sensação de trabalho não realizado. Penso que precisa ouvir os professores, quem está no chão da sala de aula. (Participante 5)

Para atender realmente os professores é preciso considerar as falas e acontecer o processo de escuta-ativa, sem o qual a formação adequada será inexistente.

A Resolução CNE/CP Nº 1, de 27 de outubro de 2020, dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica. Segundo o Capítulo I, Artigo 3º dessa Resolução:

As competências profissionais indicadas na BNCC-Formação Continuada, considerando que é exigido do professor sólido conhecimento dos saberes constituídos, das metodologias de ensino, dos processos de aprendizagem e da produção cultural local e global, objetivando propiciar o pleno desenvolvimento dos educandos, têm três dimensões que são fundamentais e, de modo interdependente, se integram e se complementam na ação docente no âmbito da Educação Básica.

As dimensões envolvem conhecimento profissional, prática profissional e engajamento profissional. Percebe-se que há um conjunto de ações para serem tomadas, portanto não basta apenas uma dimensão para que o desenvolvimento coexista. Quando se tem o conhecimento aliado à experiência e a vontade de ajudar o estudante, o docente será diferenciado e certamente poderá contribuir com aqueles que estão matriculados regularmente em suas turmas.

Conhecer os documentos normativos sobre a profissão docente é de suma relevância, assim como, compreender o que se espera dos profissionais que se dedicam ao exercício da prática de ensino. Conhecer historicamente as ações pode colaborar para o processo reflexivo do ato do exercício profissional.

O capítulo II da Resolução 1, em seu Artigo 4º, apresenta que “[...] a formação continuada de professores da Educação Básica é entendida como componente essencial da sua profissionalização de agentes formativos de conhecimentos e culturas”. Desse modo, o processo de formação é garantido e deve ser desenvolvido em todas as esferas.

O artigo 7º dispõe que:

A Formação Continuada, para que tenha impacto positivo quanto à sua eficácia na melhoria da prática docente, deve atender as características de: foco no conhecimento pedagógico do conteúdo; uso de metodologias ativas de aprendizagem; trabalho colaborativo entre pares; duração prolongada da formação e coerência sistêmica.

A formação é inerente à profissão, considerando-se a importância da aquisição de conhecimentos. Ribeiro (2003, p. 111) destaca que a variável pessoa envolve três categorias

de conhecimento: intraindividual, interindividual e universal. A variável estratégia inclui informações sobre os meios, processos ou ações que permitem ao sujeito atingir os objetivos com maior eficácia, numa determinada tarefa.

Outro apontamento sobre esse processo formativo é indicado por Prestes (2015, p. 34), que sugere quatro dimensões permanentes para a formação docente: interatividade, coerência, responsividade e executável. A interatividade está na relação professor-aluno, que se atualiza e se constitui em sala de aula; a coerência é revelada na atitude e na prática docente, que viabilizam o aprender do aluno; a responsividade é quando o docente está em comunhão com as propostas da instituição, e a dimensão executável é a viabilidade das condições de trabalho proporcionada pela instituição ao professor, para que execute a sua prática pedagógica.

Ao fazer todo o levantamento de obras sobre a formação docente e das legislações vigentes, foi possível verificar que a temática em questão encontra amparo legal e que os professores precisam valer-se também dos direitos garantidos, como é o caso da formação contínua, prevista em lei. A exigibilidade do cumprimento das obrigações, por meio das instituições, pode ser uma alternativa para que os docentes busquem conhecimento.

Ao entrar em sala de aula, o professor penetra em um ambiente de trabalho constituído de interações humanas. As interações com os alunos não representam, portanto, um aspecto secundário ou periférico do trabalho dos professores: elas constituem o núcleo e, por essa razão, determinam, a nosso ver, a própria natureza dos procedimentos e, portanto, da pedagogia (TARDIF, 2012, p. 118).

Neste ambiente múltiplo de interações, o docente precisa estar apto para atender a todas as necessidades. Não é basta que domine o conteúdo a ser trabalhado, por isso retomase aqui a questão das dimensões do trabalho.

Tardif (2012) considera que, como os professores trabalham com seres humanos, sua relação com o seu objeto de trabalho é fundamentalmente constituída de relações sociais. Em grande parte, o trabalho pedagógico dos professores consiste precisamente em gerir relações sociais com seus alunos.

[...] A formação continuada é essencial para um profissional da Educação, não só professor, porque abre novas possibilidades, novos aprendizados, novos saberes e faz com que você mude. A cada vez que você tem uma formação, que é oferecida para ti novas propostas, novas metodologias de trabalho, você vai procurar desenvolver dentro da sua competência o que conseguiu tirar de melhor dessa formação. Ela é essencial para qualquer profissional que esteja dentro da área da Educação, porque está formando o cidadão, e ela deve ser oferecida de fato (Participante 7).

A formação docente é tema que ganha debates constantes, inclusive, pessoas que não são ligadas à área educacional emitem opiniões e adotam posturas que podem alterar os processos educativos no país. Com professores cada vez mais qualificados e cientes da profissão, será possível que sociedade caminhe rumo ao sucesso da aprendizagem, do desenvolvimento cidadão e da real inclusão escolar.

3 METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa do tipo exploratória, segundo Gil (2002), com caráter qualitativo. Essa concepção considera o que os participantes revelam e os aspectos verbais expostos, os quais são organizados e categorizados para interpretações pessoais.

A proposta foi utilizar várias metodologias para consecução dos objetivos propostos. Entendem-se como questões metodológicas a pesquisa bibliográfica, os contatos diretos e a pesquisa documental (LAKATOS, 2003). Segundo Gil (1999), a pesquisa bibliográfica proporciona contato maior com o caso escolhido e aprimoramento e construção das hipóteses de maneira mais palpável, em virtude do conhecimento de leitura de pesquisas correlatas. Para este estudo, buscaram-se estudos correlatos, produzidos no período 2015-2020.

Para Minayo (2001, p. 16), a metodologia inclui as concepções teóricas de abordagem, e o conjunto de técnicas que possibilitam a construção da realidade e o sopro divino do potencial criativo do investigador. Como abrangência de concepções teóricas de abordagem, a teoria e a metodologia caminham juntas, inseparáveis, e como conjunto de técnicas, deve dispor de um instrumental claro, coerente, elaborado, passível de encaminhar os impasses teóricos para o desafio da prática.

Sobre a pesquisa de caráter qualitativo, a autora afirma que:

[...] ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2001, p. 22).

Com vistas à exploração sobre as percepções, o que os docentes acreditam ser desafiador é o que se utiliza como proposta metodológica da pesquisa exploratória. O universo de significados frente ao trabalho com alunos com Transtorno do Espectro Autista contribuiu de modo ímpar para produção do e-book, que traz informações sobre as políticas públicas, essenciais para o conhecimento de qualquer docente, algumas práticas desenvolvidas e reflexões sobre o processo de inclusão.

A ênfase deste estudo está na abordagem qualitativa, em que prevalece a coleta de dados e sua análise com utilização de parâmetros de aproximação lexical, proposta como análise de conteúdo.

3.1 Participantes

Um dos fatores que levou à pesquisa sobre os Anos Iniciais do Ensino Fundamental foi conhecer como era desenvolvido o trabalho com as crianças no Espectro Autista nos Anos Iniciais. Ao receber esse público nos Anos Finais do Ensino Fundamental o desafio estava posto, entretanto, perguntava-se: o que será que essa criança já sabe? Como uma sondagem no início do ano não bastava, diante do conflito interno houve essa postura de investigação.

O critério de seleção para investigação partiu da procura por uma unidade em que houvesse abertura da equipe de direção e aceitação dos profissionais que atuassem naquele ambiente. A investigação com professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental de uma unidade educacional de um município localizado na Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVPLN) tornou-se relevante, considerando-se o desenvolvimento do município e o aumento de crianças no Espectro Autista, matriculadas na Rede Municipal.

A cidade em questão conta com 47 unidades escolares que atendem o ciclo I do Ensino Fundamental. Na unidade escolar investigada, havia 14 turmas, assim distribuídas: três turmas do 1º ano, três do 2º ano, três do 3º ano, três do 4º ano e duas do 5º ano.

Em 2018, a unidade contava com quatrocentos alunos matriculados nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, dentre os quais três apresentavam TEA. Em 2019 o número passou para cinco e, em 2020, para oito.

A princípio, foram convidados todos os docentes da unidade escolar, pois a qualquer momento eles poderiam receber alunos com TEA. No entanto, como para desenvolver a pesquisa foi definido o período 2018-2019, foram selecionados para fazer parte da pesquisa somente os professores que tiveram estudantes com TEA nesse período.

Passaram a integrar a pesquisa sete professores efetivos (quatro regentes de sala, e professores do primeiro, terceiro e quinto ano, um especialista em Educação Artística, um especialista em Educação Física e um professor do Atendimento Educacional Especializado).

Não integraram a pesquisa professores que tiveram alunos com Transtorno do Espectro Autista somente em 2020, pois, considerando o contexto pandêmico, acreditou-se não ser possível ter elementos suficientes que pudessem contribuir para a pesquisa, uma vez que, como os alunos estiveram afastados da unidade escolar, não seria possível fazer a verificação de sua aprendizagem.

3.2 Instrumentos de Pesquisa

Para realizar o levantamento dos dados para investigação, foram utilizados como instrumentos o questionário de perfil sociodemográfico, entrevistas e análise documental. O questionário foi relevante para que se pudesse elaborar o perfil dos colaboradores: idade, tempo de serviço docente, tempo de serviço com aluno com TEA, especializações, entre outros dados.

Rampazzo (1998, p. 120) salienta que o questionário economiza tempo e viagens. Além disso, possibilita a obtenção de grande número de dados, maior liberdade nas respostas, em razão do anonimato, menos risco de distorção, em virtude da não influência do pesquisador, e mais tempo para o participante responder em hora que lhe seja mais favorável.

Marconi e Lakatos (1999) destacam que, junto com o questionário, deve-se enviar uma nota ou carta explicando a natureza da pesquisa, sua importância e a necessidade de se obter respostas, tentando despertar o interesse do recebedor para que ele preencha e devolva o questionário em um tempo razoável. A presente pesquisa seguiu os critérios fundamentados pelos autores aludidos.

Com o questionário foi possível conhecer os participantes e seguir o critério de exclusão, pois o professor que não havia trabalhado na unidade escolar nos anos propostos para investigação ou não houvesse atendido nenhum aluno com TEA não seria selecionado. Esses professores receberam explicações sobre a impossibilidade de sua participação e também os devidos agradecimentos do pesquisador, por seu interesse.

Também se escolheu como instrumento para produção de informações a entrevista semiestruturada, considerando-se os apontamentos de Lüdke e André (1986, p. 34).

A grande vantagem da entrevista sobre outras técnicas é que ela permite a captação imediata e corrente da informação desejada, praticamente com qualquer tipo de informante e sobre os mais variados tópicos. Uma entrevista bem feita pode permitir o tratamento de assuntos de natureza estritamente pessoal e íntima, assim como temas de natureza complexa e de escolhas nitidamente individuais.

Rampazzo (1998) salienta que a entrevista “[...] é importante em vários campos do conhecimento e as informações obtidas podem ser de tipos diferentes, sendo motivos conscientes para opiniões, sentimentos, sistemas ou condutas, conduta atual ou do passado”. É nesta última classificação que esta pesquisa se enquadra, pois seu foco é o levantamento de informações referentes ao processo de adaptação curricular para alunos com Transtorno

do Espectro Autista.

O autor também sugere que as entrevistas sejam gravadas, caso haja autorização de todos os participantes. O clima de cordialidade recomendado permaneceu do início ao fim das entrevistas.

Segundo Szymanski (2002), a entrevista é utilizada em pesquisas qualitativas porque possibilita a investigação de fatos, opiniões e sentimentos. Por ser uma pesquisa de caráter qualitativo, vê-se que o uso da entrevista permite acessar informações sobre fatos e opiniões.

Ainda sobre o instrumento entrevista, Lüdke e André (1986, p. 36) pontuam:

Há toda uma gama e gestos, expressões, entonações, sinais não-verbais, hesitações, alterações de ritmo, enfim, toda uma comunicação não verbal cuja captação é muito importante para a compreensão e a validação do que foi efetivamente dito. Não é possível aceitar plena e simplesmente o discurso verbalizado como expressão da verdade ou mesmo do que pensa ou sente o entrevistado. É preciso analisar e interpretar esse discurso à luz de toda aquela linguagem mais geral e depois confrontá-lo com outras informações da pesquisa e dados sobre o informante.

Considerando-se a citação acima, é que se fez a gravação em vídeo das entrevistas, afinal, os elementos não verbais constituem importante contribuição para análise dos dados coletados.

Em termos de pesquisa documental, considera-se aqui a exploração de dispositivos legais, tais como a Lei de Diretrizes e Base (LDB), a Constituição Brasileira de 1988, a Declaração de Salamanca, a Lei Berenice Piana, e os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Projeto Político Pedagógico da unidade escolar investigada e o regimento escolar.

Rampazzo (1998, p. 53) afirma que a pesquisa é um procedimento reflexivo, sistemático, controlado e crítico que permite descobrir novos fatos ou dados, soluções ou leis, em qualquer área do conhecimento. O autor revela que a pesquisa documental procura os dados de fonte primária em fontes estatísticas, em arquivos e fontes não escritas.

A pesquisa documental apresenta algumas vantagens. De fato, os documentos constituem uma fonte rica e estável de dados. E, como os documentos subsistem ao longo do tempo, tornam-se mais importante fonte de dados em qualquer pesquisa de natureza histórica. Além disso, em muitos casos, a análise dos documentos exige apenas disponibilidade de tempo, tornando significativamente baixo o custo da pesquisa, comparado com o de outros tipos de pesquisa. (RAMPAZZO, 1998, p. 57).

A pesquisa por meio de documentos permite conhecer os objetivos da unidade

escolar, e o Projeto Político Pedagógico traz informações de grande relevância, principalmente sobre o desenvolvimento da aprendizagem de todos os estudantes.

Bardin (1977, p. 46) afirma que a análise documental é um conjunto de operações que são realizadas com o intuito de representar o conteúdo de um documento sob uma forma diferente da original. Nesta pesquisa, a leitura dos documentos mencionados permitiu sua interpretação. Considerando-se as visões dos participantes; por exemplo, todos citam que a formação contínua é importante, e esse tema é previsto em legislação vigente.

3.3 Procedimentos para Produção de Informações

O procedimento para a produção de informações seguiu padrões estabelecidos pelos princípios éticos. Por utilizar seres humanos, a pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Taubaté (CEP-UNITAU), que tem a finalidade maior de defender os interesses dos sujeitos da pesquisa em sua integridade e dignidade, contribuindo assim para o desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.

Após aprovação do CEP, por meio do parecer número 4.541.199, encaminhou-se solicitação para realização da pesquisa junto à Secretaria de Educação e Cidadania (SEC) do município. A entrega da solicitação em papel timbrado foi realizada pessoalmente, conforme às medidas de segurança e proteção contra o Coronavírus.

Depois da etapa de aprovação da SEC, houve contato com a direção da unidade escolar via telefone, para explicar como seria a pesquisa e solicitar o contato dos professores. Com o parecer favorável da direção, o pesquisador foi até o local para fazer o levantamento das informações documentais. O pesquisador anotou os dados em um caderno, pois não teve autorização para fazer cópias e fotografias. Foram fornecidos os Projetos Político Pedagógicos de dois quadriênios (2016-2019 e 2020-2023), o regimento escolar, os números de whatsapp e e-mail pessoal dos professores. Na ocasião, também houve uma conversa informal com todos os professores, 14 ao todo, para explicar-lhes os objetivos da pesquisa e a metodologia de coleta de dados adotada. Apenas sete professores que tiveram alunos com TEA em 2018 e 2019 integraram a pesquisa, respondendo ao questionário do perfil sociodemográfico e participando das entrevistas.

A próxima etapa foi o envio de convites, individualmente, para cada professor dos anos iniciais da unidade escolar. Considerando a segurança em relação à pandemia da Covid-19, o convite não foi impresso. Com a confirmação de aceite dos participantes, enviou-se a eles o questionário do perfil sociodemográfico via Google Forms. Acompanhou

o questionário o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), o qual foi impresso, assinado e reenviado ao pesquisador. O questionário utilizado está disponível nos anexos desta dissertação.

Com as respostas de cada participante, criaram-se os links das entrevistas, via Google Meet, que foram gravadas em áudio e vídeo. Entretanto, o material em vídeo não será utilizado para análise. Cada entrevista com os participantes teve duração de aproximadamente uma hora. Para finalizar todas as entrevistas, foi utilizado o período de um mês e uma semana, pois um dos participantes teve imprevistos.

Durante as entrevistas, houve questionamento sobre o aceite e iniciou-se com o roteiro. É importante ressaltar que o roteiro não foi enviado anteriormente, pois a finalidade era captar as impressões e informações sem filtro prévio dos participantes. Todas as entrevistas ocorreram de forma on-line, e o problema de conexão atrapalhou duas delas. Por essa razão, essas entrevistas precisaram ser interrompidas logo no início, para troca do equipamento de gravação. Nesse sentido, é importante salientar que o endereço de e-mail utilizado para o envio dos links do Meet foi o institucional. O pesquisador fez uso do contato de trabalho, pois, o pessoal não estava permitindo as gravações.

As entrevistas ocorreram em finais de semana, nos períodos da manhã e tarde, algumas durante a semana, no horário noturno, seguindo a disponibilidade de cada participante. Foi preciso reagendar três vezes a entrevista com uma participante, por questões pessoais.

As entrevistas foram iniciadas com a leitura dos objetivos da pesquisa e, na sequência, foi explorado o roteiro da entrevista semiestruturada, o qual está disponível no Apêndice B para que se possa ter compreensão de como se deu a busca das informações que contribuíram para a produção da dissertação. Os questionamentos foram produzidos considerando-se os objetivos geral e específicos da pesquisa. Como o roteiro não é engessado e foi possível fazer o levantamento de informações adicionais sobre as percepções do ensino-aprendizagem voltado às crianças com TEA.

Lüdke e André (1986, p. 13) afirmam que “[...] os dados coletados são predominantemente descritivos. O material obtido nessas pesquisas é rico em descrição de situações”. A busca de momentos sobre o processo da adaptação curricular para crianças com TEA pautou a elaboração do questionário para entrevistas.

As entrevistas foram transcritas em sua íntegra, sem utilização de softwares. O processo de transcrição, que durou aproximadamente duas semanas, foi realizado apenas aos sábados e domingos. O pesquisador ouviu cada uma das entrevistas e fez as respectivas

transcrições, utilizando-se de fone de ouvido e notebook. Todas as entrevistas estão disponíveis nos anexos desta pesquisa, para que o leitor tenha acesso às contribuições dos participantes.

Após a produção das informações, houve aprofundamento em relação às leituras sobre análise de dados, para então organizar todo o material produzido. Como não houve utilização de software para a organização e categorização dos dados, o trabalho demandou mais tempo, em média dois meses. Assim, foi possível adensar mais a pesquisa, debruçando-se sobre os dados coletados e fazendo a correlação das informações lidas.

Consideraram-se, durante o processo de estudos desta pesquisa, todas as orientações e sugestões dos professores que participaram dos seminários I e II e da qualificação. Ao decorrer da escrita e reconstrução dos itens, houve a supressão de informações e acréscimo de outras, o que possibilitou inter-relação entre os itens revelados durante a produção das informações.

3.4 Procedimentos para Análise de Informações

Para realizar a análise de dados, consultou-se Bardin (1977), que aborda a análise de conteúdo como um conjunto de técnicas. No âmbito da pesquisa, foram explorados diversos materiais. Por se tratar de pesquisa com seres humanos, foram observados os aspectos éticos, os participantes foram classificados em números e as contribuições receberam as enumerações necessárias. A escolha por números não seguiu princípios teóricos, mas uma necessidade de organização. Caso o leitor considere relevante, poderá verificar, nos apêndices, as contribuições de cada participante.

Os materiais utilizados pelo pesquisador foram: os Projetos Político Pedagógicos e o regimento da unidade, que constituíram itens para a análise documental, os dados do perfil sociodemográfico e, os dados coletados nas sete entrevistas, feitas on-line.

A análise de dados começou com a leitura e anotações das informações dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) de dois quadriênios, 2016-2019 e 2020-2023, e do regimento escolar, de 2016. As anotações foram necessárias, uma vez que o documento em si não é liberado. Parte descritiva desse material está na análise documental. A solicitação desses materiais teve como objetivo a verificação das propostas delineadas e das informações sobre a educação inclusiva na unidade escolar.

Também foi solicitado o Plano de Desenvolvimento Individual (PEI) dos estudantes com Transtorno do Espectro Autista; entretanto, esse documento não pôde ser fornecido. A

equipe alegou não ter autorização para torná-lo público. A leitura e coleta das informações deste documento permitiria fazer a triangulação entre: os documentos normativos da unidade, as legislações e as informações obtidas por meio das entrevistas.

Outro material de coleta foi o questionário do perfil sociodemográfico. Para sua análise foram observadas as respostas mais próximas, ou seja, foi realizada a leitura dos dados e uma quantificação dos elementos que se repetiram. Esse procedimento, possibilitou realizar a categorização para interpretação e reflexão sobre os dados levantados. As categorias elencadas foram: desafios, formação, estratégias e possibilidades. O questionário foi enviado para cada participante. Devido ao fato de não ter havido contato direto com as pessoas, o único elemento analisado foi o textual.

O levantamento das informações por meio do PPP e do questionário do perfil sociodemográfico constituiu um caminho para que se pudesse identificar quais professores já tinham experiência com alunos com Transtorno do Espectro Autista e quais tinham especializações, entre outras informações.

As informações coletadas por meio dos documentos PPP e regimento permitiram entender a proposta pedagógica da unidade e fazer aproximações com a formação dos docentes, tendo em vista que esses profissionais são os responsáveis pelo desenvolvimento da aprendizagem do estudante, em parceria com as ações do profissional que atua no Atendimento Educacional Especializado.

Após a digitação e análise dos dados do PPP e do regimento, deu-se início à análise das entrevistas. Desde o início da pesquisa, houve a confirmação de sete participantes, não ocorreu nenhuma desistência.

Todas as sete entrevistas foram transcritas em sua íntegra, eliminando-se apenas os vícios de linguagem. A transcrição ocorreu de modo manual, sem utilização de softwares. Em um notebook as entrevistas foram rodando, e em outro fez-se a digitação dos dados fornecidos.

Para a pré-análise das entrevistas consideraram-se apenas elementos textuais revelados na transcrição, os quais foram categorizados conforme os objetivos da pesquisa.

Para chegar às categorias, observou-se o aspecto da frequência relativa. Os léxicos repetidos foram observados e categorias foram criadas conforme os objetivos propostos.

Para a análise, todos os dados foram organizados. Para desenvolver a leitura fluente, foi feita a impressão dos questionários do perfil sociodemográfico e das entrevistas, houve releitura de todos os dados do PPP e do regimento anotados em caderno pautado.

Após a transcrição das entrevistas, também houve a escuta ativa de todos os materiais coletados. As repetições evidenciadas levaram à criação de uma tabela para organizar os dados, e, então, à realização de correlações entre conteúdos revelados e conteúdo teórico levantado.

Para interpretar os dados coletados nas entrevistas, a análise utilizou as produções de Franco (2008) e Bardin (1977), em uma abordagem qualitativa, de caráter interpretativo. Houve o entrelaçamento das informações obtidas por meio do questionário com os dados oriundos das entrevistas, para análise do objeto de pesquisa.

O trabalho de pesquisa utilizou a análise de conteúdo, considerando o esquema desenvolvido por Bardin (1977), que enfatiza que para fazer análise é preciso seguir três fases: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados e interpretações. Nessas fases, há subdivisões, as quais foram seguidas passo a passo.

A análise de conteúdo é definida por Bardin (1977, p. 42) como:

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Franco (2008, p. 13) diz que “[...] a mensagem pode ser verbal (oral ou escrita), gestual, silenciosa, figurativa, documental ou diretamente provocada”. Daí a importância de se contar com a gravação das entrevistas, material que, pode ser transcrito e possibilitar ao pesquisador informações preciosas sobre o emissor do discurso, tais como suas expressões e entonações.

A obra de Franco (2008) é uma análise da produção de Bardin (1977), e ambas foram consideradas nesta pesquisa, porque se acredita que a complementariedade de informações constituiu um processo enriquecedor que facilita o entendimento sobre as percepções produzidas. A linguagem utilizada na produção mais recente permitiu compreender melhor o que era determinada ação e como proceder para chegar aos resultados.

Todos os procedimentos para análise respeitaram as orientações previstas em obras de análise de conteúdo. Portanto, as etapas seguidas permitiram interpretações e criação de relações entre as unidades.

O estabelecimento das categorias e subcategorias possibilitou uma organização mais fluída dos dados coletados, uma vez que o teor lexical foi levado em consideração relacionando-o ao contexto dos questionamentos. A proximidade não esteve apenas

amparada no significado das expressões, mas também em sua relação com o todo, formando assim as bases para interpretação. Trata-se de arranjos que atendem aos objetivos da pesquisa. A produção do roteiro considerou as possíveis conexões e as respostas mais próximas formaram as unidades para análise. Constituindo o todo interpretativo da pesquisa.

4 ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES PRODUZIDAS

A etapa de análise das informações produzidas levou aproximadamente quatro meses, considerando o seminário II e a qualificação da pesquisa. Neste capítulo há informações sobre o perfil dos participantes, análise documental, análise das entrevistas e discussões. Buscou-se construir um texto que possibilitasse a relação entre as informações levantadas.

4.1 O perfil dos participantes

A primeira etapa da pesquisa pautou-se em buscar meios para conhecer o perfil dos participantes. O instrumento utilizado foi o questionário do perfil sociodemográfico. O perfil dos participantes pode ser observado nas tabelas que seguem, as quais trazem informações sobre idade, sexo, formação, tempo de atuação como professor, experiência com estudantes com TEA, tempo de rede e de unidade escolar. Os dados foram levantados por meio do questionário do perfil sociodemográfico.

A unidade em questão conta com 14 professores que atuam nos anos iniciais. Todos eles receberam convite para participar da pesquisa, e houve recusa de apenas um profissional, que alegou falta de tempo. Os 13 que aceitaram participar ouviram atentamente a proposta e informaram verbalmente se tiveram alunos com TEA em 2018 e 2019. Como o critério de seleção foi que docentes tivessem experiência com esse público, no período citado, chegou-se ao número de 7 participantes.

As docentes selecionadas, todas do sexo feminino, estavam entre 29 e 56 anos de idade, algumas em fase de estabilização na carreira, como ponderam Tardif e Raymond (2000, p. 228), ou seja, com mais de cinco anos de profissão. A presença de estudantes com Transtorno do Espectro Autista nas salas dessas professoras as coloca em situação de entusiasmo, curiosidade e medo, sentimentos estes apontados, como característicos, no início da carreira docente.

O questionário apresentou 13 questões, e a entrevista semiestruturada 15 questões, número este que poderia ser ampliado conforme as respostas apresentadas pelas participantes.

Uma das características da unidade escolar em escopo é a predominância de profissionais do sexo feminino nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Essas profissionais iniciaram suas carreiras em faixas etárias diversificadas. Há professoras que começaram a

trabalhar na área da Educação há mais de vinte anos e algumas que iniciaram há menos de dez anos. O tempo no magistério oferece percepções diferentes sobre a prática docente, uma vez que as experiências são variadas.

As perguntas do questionário do perfil sociodemográfico foram desenvolvidas com o objetivo de obter estes dados das participantes: idade; sexo; formação inicial; ano de formação; outras graduações; se é professor contratado ou efetivo; há quanto tempo trabalha como docente; se teve a disciplina Educação Especial na graduação; se tem especializações; como se sente ao receber alunos com Transtorno do Espectro Autista; se teve alunos com TEA em 2018 e 2019; há quanto tempo trabalha com alunos que têm TEA; e há quanto tempo atua na rede e na escola pesquisada.

Quadro 6 – Perfis das participantes.

Participante 1	41 anos, sexo feminino, cursou Pedagogia Plena. Trabalha há 6 anos como professora, teve a disciplina Educação Especial na graduação (100 horas). Tem especialização em Educação Especial, concluída em 2018. Sente-se apreensiva e com medo quando recebe algum aluno com transtorno do Espectro Autista. Teve um aluno com TEA em 2019. Trabalha na rede da cidade há quatro anos, e, na unidade pesquisada, há três anos.
Participante 2	33 anos, sexo feminino, tem graduação em Pedagogia. Trabalha há 13 anos como professora, teve a disciplina Educação Especial na graduação (170 horas). Tem especialização em Pedagogia Empresarial e dinâmica de grupo, concluída em 2018. Sente-se desafiada ao receber estudante com Transtorno do Espectro Autista. Teve um aluno com TEA em 2019. Trabalha na rede da cidade há cinco anos e, na unidade escolar pesquisada, há três anos.
Participante 3	29 anos, sexo feminino, tem graduação em Pedagogia. Trabalha há 9 anos como professora. Teve a disciplina de Educação Especial nos três anos do curso. Não realizou cursos de especialização. Sente-se ansiosa ao receber aluno com Transtorno do Espectro Autista. Teve um aluno com TEA no ano de 2019. Trabalha na rede da cidade há seis anos e, na unidade pesquisada, há cinco anos.
Participante 4	46 anos, sexo feminino, tem graduação em Pedagogia. Trabalha há 20 anos como professora. Afirma não ter tido a disciplina Educação Especial em sua graduação. Não realizou cursos de especialização. Sente-se desafiada ao receber estudante com Transtorno do Espectro Autista. Teve um aluno com TEA em 2019. Trabalha na rede do município há 20 anos e, na escola pesquisada, há oito anos.

Participante 5	44 anos, sexo feminino, tem graduação em Pedagogia. Trabalha há 25 anos como professora. Afirma não ter tido a disciplina Educação Especial em sua graduação. Tem especialização em Psicopedagogia, concluída em 2004, e em Atendimento Educacional Especializado, concluída em 2019. Sente-se desafiada ao receber estudante com Transtorno do Espectro Autista. Teve sete alunos com TEA em 2018 e 2019. Trabalha há 18 anos na rede, na escola pesquisada, há cinco anos.
Participante 6	56 anos, sexo feminino, tem. Trabalha há 20 anos como professora. Teve a disciplina Educação Especial em um semestre na graduação de Pedagogia. É especialista em Psicopedagogia (2000), e em Violência Doméstica (2014). Mestre em Desenvolvimento Humano (2014), e Doutora em Ciência da Educação (2018). Teve três alunos com TEA em 2018 e 2019. Trabalha há 20 anos na rede do município e, na escola pesquisada, há doze anos.
Participante 7	52 anos, sexo feminino, tem licenciatura em Educação física e graduação em Pedagogia. Trabalha há 29 anos como professora. Teve a disciplina Educação Especial no curso de Educação Física (60 horas). Tem especialização em Psicomotricidade, concluída em 2018. Sente-se desafiada ao receber estudante com Transtorno do Espectro Autista. Teve um aluno com TEA em 2019. Trabalha na rede há 29 anos, na escola pesquisada, há treze anos.

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Há convivência de profissionais de variadas faixas etárias: um na faixa 20 a 30 anos; um na faixa 30 a 40 anos; três na faixa 40 a 50 anos e dois na faixa 50 a 60 anos. Essa heterogeneidade etária pode ser um elemento com potencial de enriquecer a convivência entre as docentes, em virtude de suas experiências de vida, tanto no aspecto social, quanto no profissional.

Sobre a presença predominante de mulheres como professoras buscou-se compreensão em termos históricos e foi encontrada esta afirmação:

Examinando a evolução histórica do trabalho docente, especialmente quando se trata da professora primária, percebe-se que a constituição dessa profissão em trabalho assalariado, o processo de funcionarização e sua transformação numa profissão exercida por mulheres são fenômenos que se apresentam como partes de um mesmo processo. (HYPÓLITO, 2020, p. 60)

Na história da Educação, a profissão foi considerada um ofício em que as mulheres tinham condições para conciliar os afazeres domésticos com o trabalho. Hypólito (2020, p. 68) diz que: “O fenômeno da feminização do magistério acompanhou o desenvolvimento da industrialização e urbanização próprias da formação social e econômica capitalista”.

Mais de 70% do universo pesquisado apresenta como formação inicial o curso de

Pedagogia. Quem não tinha esta graduação, buscou-a posteriormente. Assim, todas as participantes desta pesquisa obtiveram título de pedagoga.

Em termos de atuação no magistério, há duas profissionais entre 5 e 10 anos, três entre 11 e 20 anos e duas com mais de 20 anos de carreira. Ao ter os dados levantados fez-se conexão com a produção de Huberman (2000), que aborda o ciclo de vida dos docentes. Profissionais que se encontram em fases distintas apresentam ações próximas apontadas pelo autor. Alguns buscam experimentações, outros se lamentam do período de ativismo e alguns agem com serenidade, e cada perfil compõe um lócus de trabalho.

No sentido de especialização acadêmica, apenas dois participantes não fizeram nenhum curso. Nos demais casos, há buscas de aperfeiçoamento profissional e pessoal, como pode ser observado no quadro das “Revelações do questionário do perfil sociodemográfico”.

Ao serem questionados sobre como se sentem quando recebem alunos com Transtorno do Espectro Autista, as respostas foram: apreensiva, com medo, desafiada, ansiosa, insegura. Afirmam também que passam a buscar novos conhecimentos. Nesse aspecto, é como se todos estivessem na primeira fase, destacada por Huberman (2000), de descoberta e exploração.

Considerando a produção de Huberman (2000, p. 39), os participantes desta pesquisa encontram-se em fases distintas: uma delas está na fase de estabilização, em que o docente vai sentindo-se seguro e criando confiança em sua competência; e quatro estão na fase de diversificação, aquela em que “[...] as pessoas lançam-se, então, numa série de experiências pessoais, diversificando o material didático, os modos de avaliação, a forma de agrupar os alunos”. A pesquisa revelou que as participantes desta fase mostraram certa segurança em suas práticas pedagógicas para promover a inclusão real dos alunos com TEA.

De acordo com as fases apresentadas por Huberman (2000, p. 38), observou-se que duas participantes enquadram-se no que é considerado serenidade e distanciamento afetivo. Essa fase diz respeito aos questionamentos e lamentações sobre o período de ativismo: que “[...] estes professores evocam uma ‘grande serenidade’ em situação de sala de aula. Apresentam-se menos sensíveis ou vulneráveis, à avaliação do outro”.

O entendimento sobre as fases em que cada um se encontra é essencial, visto que o autor vai delineando as ações praticadas por elas. Durante a realização das entrevistas semiestruturadas, foi possível perceber que em cada momento havia um determinado comportamento, conforme a evolução das questões. Entender uma resposta e relacioná-la ao momento da profissão docente foi enriquecedor, pois, para o pesquisador, ficou nítida a

necessidade da relação teoria e prática. Caso não fossem feitas as leituras que deram o embasamento teórico, as respostas produzidas pelas participantes, seriam um conjunto de frases soltas, e não um conjunto de significações passíveis de análises e interpretações.

O fator idade é irrelevante, pois pessoas com idades próximas vivenciam experiências diferenciadas, conforme o tempo como docente. Há profissionais que iniciaram a carreira docente na faixa etária dos 20 anos, e outras, na dos 30, ou seja, têm percepções distintas e vivenciaram momentos históricos divergentes. Além disso, algumas tiveram a disciplina Educação Especial e Inclusiva, e outras não: algumas fizeram outras graduações, e outras têm somente a graduação em pedagogia.

Compreender o tempo de serviço e as percepções sobre o fazer docente foi uma ação de extrema relevância, pois tudo o que o professor faz em seu ambiente de trabalho irá impactar a vida de todos os que são “regidos” pelo “mestre”.

4.2 Análise das entrevistas e discussões

As informações produzidas permitiram fazer conexões com o referencial de literatura consultado, com a intenção de relacionar o conteúdo encontrado com as respostas emanadas nas entrevistas e promover inter-relação entre teoria e prática, valorizando os aspectos linguísticos.

Sete entrevistas semiestruturadas possibilitaram proceder a uma pesquisa de caráter qualitativo, considerando aspectos como pertinência e exatidão. As perguntas produzidas foram se complementando, e os questionamentos sobre disciplinas fáceis ou difíceis para adaptar puderam ser classificados conforme as categorizações. O que é difícil entra como desafio e o fácil torna-se possibilidade pedagógica para aplicação prática.

As perguntas feitas aos participantes foram sobre: o que entendem por currículo; o que é adaptação, na visão deles; quais foram os desafios na hora de fazer adaptações; o que já realizaram e deu certo ou o que fizeram e não atingiu os objetivos propostos; disciplinas mais fáceis e difíceis; se costumam adaptar ou flexibilizar as propostas pedagógicas; se existe apoio para fazer a adaptação de currículo para alunos com Transtorno do Espectro Autista; se na rede teve algum curso para trabalhar com esse público, opinião sobre formação continuada, frequência com que fazem atualização profissional.

Reconhecer que no cotidiano escolar há vários desafios a serem enfrentados pode servir como elemento propulsor do conhecimento, permitindo ao profissional da educação buscar meios que o auxiliem no desenvolvimento da aprendizagem daqueles que necessitam

da adaptação curricular. O processo de formação contínua é apontado como elemento que vem a corroborar com o desenvolvimento de práticas inclusivas nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

A interpretação dos dados considerou hipóteses, criadas de modo intuitivo, entretanto consolidando-se ao se fazer as leituras e as análises dos dados coletados. Franco (2008, p. 44), pautada em Bardin (1977), revela que “[...] a fase da pré-análise inclui leitura flutuante e escolha de documentos”. As autoras apontam que, ao ter um corpus, é necessário seguir regras, de exaustividade e de representatividade.

Para fazer a análise, foi considerada a leitura de todas as entrevistas e, quando se observaram termos próximos, foram desenvolvidas as etapas para avaliação. Cada entrevista teve o seu tratamento adequado e foi interpretada de forma individual. A interpretação e a ponderação sobre cada entrevista estão disponíveis logo após as explicações gerais.

Para chegar a cada uma das categorias, o critério no qual o pesquisador se pautou foi o da exaustividade. Houve a observação quanto a pertinência, aproximação lexical e repetições, não apenas a quantas vezes a palavra foi dita, mas também quanto ao contexto em que se insere, fazendo-se então o conjunto de análise.

O caminho analítico foi desenvolvido de forma manual, devido a fragilidade em questões de informática. Por esse motivo, preferiu-se adotar a leitura para a produção de análise. Segue adiante o quadro de categorias e subcategorias, considerando-se os objetivos específicos propostos. Foram pinçadas as palavras que se repetiram nas questões desenvolvidas nas entrevistas. Essas palavras formaram os núcleos de significação.

A análise é parte de um corpus. Conforme Bardin (1977, p. 96/97), o corpus é:

[...] o conjunto dos documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos. A sua constituição implica, muitas vezes, escolhas, seleções e regras. A regra seguida é da exaustividade, termos repetiram-se, trazendo desta forma o olhar para a relevância temática, a qual compõe as subcategorias.

Num processo de leitura e releitura de material, desenharam-se as relações, considerando-se os aspectos revelados na entrevista. Questões como sentimentos puderam ser observadas em muitas falas. Franco (2003, p. 10) pontua que “[...] o ponto de partida da análise de conteúdo é a mensagem, seja ela verbal, gestual, silenciosa”. Portanto, as condições de produção dessas mensagens estão nos contextos relacionais. Ainda segundo Franco (2003, p. 23):

[...] a fala humana é tão rica que permite infinitas extrapolações e valiosas interpretações. Os resultados da análise de conteúdo devem refletir os objetivos da pesquisa e ter como apoio indícios manifestos e capturáveis no âmbito das comunicações emitidas.

A entrega de cada participante e a segurança em dar as contribuições para a pesquisa, em virtude da garantia do sigilo, fizeram com que a gama coletada fosse de grande valia, e possibilitasse novos desdobramentos. As informações permitiram fazer inferências, que apresentam significados explícitos, e houve a realização de comparações.

As categorias puderam ser classificadas considerando-se as unidades de registro que Bardin (1977) e Franco (2003) pontuam. A unidade é apenas uma palavra, pois o foco está no tema, que é visto como mais útil como unidade de registro.

Dentre as regras para se fazer análise de conteúdo, a da homogeneidade, conforme Bardin (1977, p. 101), é utilizada quando se deseja obter resultados globais e/ou comparar resultados individuais. Assim, escolheu-se justamente essa regra. Ao realizar a leitura das obras citadas, foi possível delinear o caminho a percorrer.

A produção de informações por meio das entrevistas permitiu fazer correlações com os objetivos propostos. Foi possível conhecer os desafios e fazer interpretações partindo de termos que se repetiram em todas as entrevistas. A classificação categórica seguiu critérios pessoais, considerando-se os objetivos geral e específicos da pesquisa.

Quadro 7 – Categorias e subcategorias.

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS
ADAPTAÇÃO	Adequar as atividades Tornar possível o aprendizado Atender as necessidades
CURRÍCULO	Guia/Norte para o trabalho
DESAFIOS	Ansiedade e é um trabalho desafiador
POSSIBILIDADES	Atividades personalizadas Conhecer a família e o aluno Explorar a tecnologia
FORMAÇÃO DOCENTE	Essencial e muito importante Necessária para a prática docente

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Adaptação

As adaptações curriculares são previstas e há respaldo na legislação, basta observar a LDB. As crianças precisam ser respeitadas, e reconhecer as diferenças e necessidades é um ato inerente ao exercício pedagógico. A legislação existe também para que os direitos sejam garantidos. Durante a entrevista ouviu-se de uma participante que a educação especial/inclusiva não era o seu foco, por isso não havia feito curso e nem buscado informações na área. Diante desse relato, fica nítida a emergência da mudança da postura de professores e a disposição para aprender. Esta afirmativa encontra apoio nas competências socioemocionais previstas na BNCC, dentre elas, a abertura ao novo.

Os professores encontram realidades distintas e, como os dados do Censo Escolar apontam que, o número de crianças com autismo nas escolas tem aumentado gradativamente e, a escola precisa atender esse público. Em vista disso, houve a questão sobre o que cada uma considerava: adaptação ou adequação curricular?

Seria eu adequar, propor meios que eu consiga levar o aluno a esse resultado final. É uma ação em que eu busque a melhor forma de tocar esse aluno. Oferecer para ele a oportunidade de atingir os seus objetivos, o foco é a aprendizagem (Participante 4).

Na Lei Municipal destinada aos autistas há informações de que eles têm o Plano de Ensino Individualizado (PEI), elaborado por profissionais especialistas: no entanto, conforme as revelações nas entrevistas não existe esse apoio, ou, quando ele acontece, não é de forma rotineira.

Na categoria Adaptação foram elencadas as subcategorias “Adequar as atividades”, “Tornar possível o aprendizado” e “Atender as necessidades”. O caminho para chegar a essas classificações foi observar as respostas e fazer aproximações conforme o critério da exaustividade. Considerou-se como critério o contexto do uso do termo. Foi considerado o contexto de fala, no aspecto da predominância revelada nas entrevistas. A menor unidade revelada, no caso, foi o verbo adaptar. Essa unidade temática permitiu estabelecer conexões em relação àquilo que cada uma pensa ser o necessário em determinadas circunstâncias.

As ideias aproximam-se do pensamento de Minetto (2008): o currículo precisa estar a favor do discente e o docente tem papel preponderante, uma vez que é o responsável pelo processo de ensino-aprendizagem. No viés da garantia do aprendizado é que as palavras ganham força em sua unidade, afinal, é a relevância social.

Seria dar condições ao estudante de estudar os mesmos conteúdos, só que

atendendo as suas necessidades, particularidades, isso que é adaptar para mim. Não é fazer um conteúdo diferenciado, mas sim o mesmo e torná-lo possível para que a criança possa realizar (Participante 2).

Na perspectiva da educação inclusiva, concebe-se que os participantes entendem e buscam cumprir as propostas previstas na legislação. Trata-se de uma visão holística, com foco na aprendizagem.

O uso de verbos indica ações a serem desenvolvidas ao longo do percurso, de modo a contribuir para o desenvolvimento do estudante, tendo em conta as necessidades educacionais especiais ou não. O entendimento da obrigatoriedade de tornar o aprendizado possível pode ser uma estratégia pedagógica de sucesso. É imprescindível ter o conhecimento do conteúdo e de estratégias que contribuam para sua assimilação.

Na questão que aborda adaptação ou flexibilização, a maioria das participantes garante ter feito adaptações, respeitando as dificuldades e habilidades de cada criança. A categorização considerou mais uma vez o verbo, mas neste caso na flexão “faço”. A utilização do verbo no tempo presente indica que se trata de uma ação pontual que todas desenvolvem como rotina.

O termo adaptação é considerado como uma ação para facilitar a aprendizagem, criar maneiras diferentes para atender às necessidades, do estudante e oferecer-lhe condições para que possa entender os conteúdos. Adequar, portanto, é uma proposição de meios para que o aluno atinja os objetivos relativos à sua aprendizagem.

Consideram-se como adaptações as ações pedagógicas. As que podem ser classificadas como adaptação de pequeno porte não são relativas ao mobiliário, mas a meios para realização de atividades de sistematização. Nas disciplinas que envolvem questões de linguagens explora-se o apoio de imagens.

A adaptação na minha visão seria atender as necessidades daquele estudante com deficiência, no caso com TEA, essa seria adaptação de fato, mas na verdade, a adaptação que a gente tem autonomia para fazer é muito limitada, porque não pode fugir do currículo daquele ano/série e muitas vezes o estudante que a gente recebe tem uma necessidade ainda muito diferente daquele currículo da série que ele está (Participante 5).

Para fazer a adequação curricular, o professor deve observar o seu planejamento e focar nas habilidades. Pode observar os verbos e, a partir do que está previsto, buscar estratégias para que as crianças com necessidades especiais, no caso as com Transtorno do Espectro Autista, consigam se desenvolver. Como se sabe, o espectro apresenta variados perfis pessoais, logo, ninguém é igual. A adequação está mais próxima do que podemos chamar de ensino personalizado.

Há também quem entenda que adaptar seja personalizar as atividades, desenvolvê-las conforme os interesses da criança, e que a flexibilização seja mais simples. O entendimento de cada docente varia, visto que alguns, em virtude do fato de buscarem conhecimentos na literatura, sentem mais segurança para fazer as adaptações ou adequações necessárias.

Particularmente, dos que eu trabalho, é mais a flexibilização mesmo, não há necessidade de uma adaptação geral, é mais flexibilizar, mas pelas características dos meus alunos, adaptação mesmo é mais para Português, por isso que eu falei que é mais difícil, ciências, história, geografia, matemática, usando o apoio de imagem já é suficiente (Participante 3).

Segundo as Orientações Pedagógicas do Ensino Especial (2010), as adequações curriculares são consideradas muito significativas quando modificam o planejamento geral da turma. O importante é saber que a adequação curricular, quando resultado de reflexões, é passível de contribuir para a aprendizagem de todos, e não somente daqueles com necessidades especiais. O que precisa ser sempre observado é o verbo que indica o objetivo da habilidade e propor atividades que qualquer estudante consiga executar.

A diferença, relativa ao aluno com necessidades especiais é que, em alguns casos, há necessidade de apoio. Nesse caso, o olhar pedagógico é um grande diferencial. As entrevistas permitiram compreender que, quanto mais tempo de sala de aula e quanto maior o número de experiências com crianças com TEA, o professor organiza e desenvolve várias opções, as quais foram observadas nesta pesquisa.

O documento de orientação também deixa claro que, quanto mais se conhece a criança, mais se amplia a possibilidade de definir ações, estratégias e, além disso, observar as necessidades de apoio. O conhecimento desse documento é apontado como essencial pelas participantes e, além disso, os dados coletados nas entrevistas vieram ao encontro do que está previsto em orientações técnicas.

Brasil (2003) aponta que os apoios podem ser intermitentes, limitados, extensivos e pervasivos. Esse apontamento é relevante, pois as participantes alegam que nem sempre têm apoio. Na rede, apenas crianças com laudo contam com a presença de um profissional na sala e, quando há um auxiliar na sala, normalmente é estagiário de pedagogia. A questão do estagiário não é o ponto a ser discutido, porém é um fator que deve ser analisado com rigor em novos estudos sobre o acompanhamento das crianças com necessidades especiais.

As adequações curriculares previstas devem seguir as Orientações Pedagógicas do Ensino Especial (2010), e no currículo são organizativas, objetivas quanto aos conteúdos, avaliativas, didáticas e preconizam atividades de ensino-aprendizagem e adequação na temporalidade. O último item é o que ficou conhecido como flexibilização do tempo, dar um

tempo diferenciado para que a criança realize determinada atividade proposta.

[...] Outra adaptação que é muito comum e que a gente mais tem facilidade em fazer é nas estratégias, então se para a turma o professor utilizou uma estratégia expositiva para o estudante com TEA pode colocar uma estratégia mais concreta, de manuseio de um material mais concreto, acrescentar um material audiovisual, essas são as adaptações mais comuns (Participante 5).

Quando o professor se preocupa com o desenvolvimento de estratégias que atinjam determinadas crianças, o resultado será consolidado e verificado por meio da observação do desenvolvimento da aprendizagem. A aprendizagem significativa não precisa ser mirabolante, pois o simples e útil à vida é o que de fato deve ter relevância.

A análise sobre o item adaptação tornou possível a verificação das hipóteses que contemplam os desafios a serem vencidos a cada dia. A prática docente não está a serviço de cumprimento de ordem documental e não pode focar apenas na elaboração de documento formal, pois somente isso não significa que existe a inclusão. O ato inclusivo coexiste a partir do momento em que todas as crianças da turma conseguem realizar as propostas pedagógicas.

Devido ao uso do léxico, a palavra *adequar* foi o empregada no título da pesquisa, uma vez que o processo da adaptação busca oferecer ao estudante condições para o seu desenvolvimento. No intuito de fazer com que as pessoas reflitam sobre as necessidades das crianças é que se faz o uso do verbo adequar.

Como a adaptação curricular está prevista na legislação, esse termo aparece em diversas páginas desta pesquisa; entretanto, partindo do viés da prática pedagógica, foi escolhido o termo adequação curricular, desde o título da pesquisa, pois refere-se ao que a maioria dos docentes afirmam realizar.

Entende-se que as terminologias vão se modificando conforme as necessidades que se apresentam, o que sugere estudos que versem sobre o termo “[...] adequação curricular” como um parâmetro de trabalho pedagógico. O objetivo é sempre atender a todos que estão matriculados na unidade escolar e considerar, não apenas os aspectos médicos, mas também o estudante e sua unicidade, para que cada um receba as melhores estratégias e consiga se desenvolver.

[...] as demandas escolares precisam ser ajustadas para favorecer a inclusão do aluno observando, as adaptações que focalizam as capacidades, o potencial, a zona de desenvolvimento proximal (nos termos de Vigotski) que não centralizam na deficiência como tradicionalmente ocorria (BRASIL, 1998, p. 38).

Conhecendo a realidade escolar, sabe-se que todas as instituições educacionais

precisam atender ao que está na citação acima, para que vivências sejam mais enriquecedoras e contribuam para o desenvolvimento de todos os educandos.

A adaptação curricular, em termos de disciplinas, torna-se mais fácil ou difícil conforme o apreço de cada um por determinados assuntos. Aponta-se como mais fácil a adaptação de atividades do campo matemático, que exploram muito o visual e trabalham com questões concretas. No campo da linguagem, há facilidades em alguns momentos, mas conforme os anos vão progredindo surgem dificuldades. Foi apontado que ensinar as questões de Ciências é difícil, porque há necessidade de explicar conceitos para os alunos.

As informações fornecidas pelos participantes vão ao encontro do que Carvalho (2010) considera: as adaptações curriculares consistem em modificações realizadas pelos professores, e suas estratégias de ensino são organizadas segundo as necessidades de cada aluno. Neste sentido, compreende-se que estas as participantes deste estudo agem conforme o autor e também conforme as legislações vigentes.

Currículo

Como o foco é a adaptação/adequação curricular para alunos com Transtorno do Espectro Autista, é necessário compreender o que cada participante entende sobre o termo currículo. Ao serem questionadas o léxico norte foi predominante e, na sequência, foi informado que é o conjunto de conteúdos a ser trabalhado com determinada turma. Sendo o currículo um documento que estabelece as ações pedagógicas, faz-se necessário interpretá-lo como análise documental.

Moreira e Candau (2007, p. 17) salientam que o termo “[...] currículo é associado à diversas concepções” e isso foi percebido nesta pesquisa, considerando-se o ano de graduação e as demais formações das participantes.

Para análise, nesta categoria, foi considerado o núcleo da oração, tratado como o substantivo norte, pois se mostra determinante quando se fala em processos de adaptação de currículo.

Por ser considerado um norte, esse documento faz com que as professoras o cumpram de modo exemplar, não se desviando dos objetivos a serem alcançados; logo, a compreensão do que é currículo e saber aonde o aluno deve chegar é uma atitude que corrobora o trabalho docente.

Enfatiza-se aqui a necessidade de reflexão sobre as necessidades de cada um, uma vez que determinadas habilidades podem ser impactadas, devido a algumas características

específicas de crianças com Transtorno do Espectro Autista. Em outras palavras, é essencial o entendimento de que nem todas as habilidades serão contempladas, e é primordial a realização de diversas estratégias para que os estudantes, sendo ou não indivíduos com TEA.

Os estudantes dos anos iniciais precisam pelo menos estar alfabetizados até o terceiro ano, por exemplo, além de desenvolver habilidades e compreender as relações matemáticas. As atividades consideradas mais fáceis para adaptar pertencem ao campo da Língua Portuguesa, oscilando com Matemática.

Seria um norteador do meu trabalho, no qual eu tenho que estar adaptando, não só para o aluno da Educação Especial, mas para todos. [...] No dia a dia, na nossa rotina, a gente tem o planejamento, cada aula é uma aula, às vezes acontece ali totalmente fora do que você planejou, o norteador me traz de volta para que eu reflita sobre a prática, sobre o resultado, então eu sempre sei assim onde eu quero chegar e como eu preciso chegar. [...] no dia a dia os desafios são muitos, o currículo te lembra onde precisa chegar (Participante 4).

A concepção de currículo na rede pesquisada esteve centrada na matriz curricular. As participantes apontam como sendo a base, o planejamento em si, conteúdos organizados que precisam ser trabalhados no decorrer do ano letivo, um rumo, com vistas ao alcance do objetivo final.

A participante 5 revelou que currículo é um norte:

O currículo, na rede em que eu trabalho, é um norte a ser seguido pelos professores. Ele vem pronto, de uma maneira muito calculada, pelo tempo geral da turma, considera o tempo, é o que se espera que os alunos aprendam meio que de uma forma homogênea, que todos caminhem aprendendo as mesmas habilidades.

Aqui se encontra o que é determinismo, pois há de se considerar que o currículo apontado é o formal. Aquilo que está posto e instrumentalizado acaba sendo visto como um rumo a ser seguido, com objetivos estabelecidos. Sabe-se que nenhuma sala é homogênea, que a heterogeneidade está presente no cotidiano e que os docentes precisam considerar a diversidade. Não é o professor que a desconsidera; o fato é que ele atua numa rede que tem uma visão igualitária de um processo que não é idêntico.

O aspecto cultural também considerado em termos de currículo, é apontado na entrevista. O currículo é considerado como um documento importante, porém jamais pode ser visto como amarra pedagógica, pois o professor precisa ter autonomia para criar, a partir do seu contexto, o ideal para o aprendizado.

Considerando a experiência, os conhecimentos prévios e o contexto, tanto da criança

como do professor, percebem-se nas palavras de Libâneo (2004, p. 172), as influências e suas relações com a aprendizagem.

As influências que afetam a aprendizagem dos alunos e o trabalho dos professores são provenientes da experiência cultural, dos valores e significados trazidos pelas pessoas de seu meio social e vivenciado na própria escola, ou seja, das práticas e experiências compartilhadas em escola e na sala de aula.

O currículo é um produto produzido culturalmente, e o PPP da unidade pesquisada prevê que serão desenvolvidas as ações nele previstas, respeitando-se os aspectos culturais. A escola em questão é tida como referência em inclusão. As famílias sentem-se acolhidas, pois os profissionais que ali atuam estão dispostos a realizar o planejamento, atendendo às necessidades que se apresentam.

Como o PPP também tem como meta o desenvolvimento das habilidades previstas no currículo, há exigência de garantia do oferecimento de propostas que venham ao encontro dos estudantes e atendam a todas as necessidades daqueles que precisam de um currículo adequado para que seja possível desenvolver a aprendizagem.

O currículo é vivo e cada criança precisa experimentar todas as propostas pedagógicas. Sabe-se que determinadas crianças conseguem realizar determinada proposta e que outras propostas precisam ser coerentes com o perfil de cada um. O importante é que o professor proporcione ao estudante a possibilidade de conseguir desenvolver-se, evitando frustrações que possam desencadear crises no ambiente escolar.

O currículo pode ser um guia, como revelam as participantes, porém não deve engessar o trabalho. Uma contação de histórias, por exemplo, pode ser feita explorando imagens, o que contribuirá para o desenvolvimento não apenas do autista, mas de todos que estão no contexto de desenvolvimento da aprendizagem.

Neste aspecto curricular é preciso atenção sobre possíveis imposições. Quem elabora o currículo decide que as crianças de determinados anos devem ter desenvolvido X ou Y habilidades e competências. No entanto, o que os docentes precisam fazer é valorizar aquilo que é conhecido como currículo oculto, muitas vezes desprezado por uma lógica mercadológica determinista e capitalista. A educação é um processo e os professores são responsabilizados pelo sucesso ou fracasso da aplicação da proposta curricular.

Desafios

Conforme a revisão de literatura os professores, em geral, encontram inúmeros

desafios, porém, esses não estavam descritos, possibilitando saber quais são. A investigação permitiu conhecer o que este grupo pesquisado considera como desafios. Dentre eles está entender a criança com Transtorno do Espectro Autista, não possuir formação específica e ter de elaborar as atividades adaptadas. Esses desafios foram os que se repetiram. As participantes opinaram sobre o que vem a ser desafiador.

Na esfera do desafio está promover atividades que contribuam para a interação. Algumas atividades foram desenvolvidas e não atingiram o objetivo esperado, tais como jogos coletivos, oferecer atividades sem apoio de imagens e trabalho com tintas.

O termo *ansiedade* apareceu no levantamento de dados, e sua ocorrência, compreende-se é decorrente da falta de preparo. Nenhuma das participantes teve a oportunidade de participar de algum curso/formação que a capacitasse adequadamente a fazer adaptação curricular para esse público. A ansiedade revela a insegurança.

Um fator que torna o trabalho pedagógico ainda mais difícil está a falta de apoio para a realização da adaptação curricular, seguido de falta de auxílio para o desenvolvimento de atividades adaptadas. Observou-se que nenhuma das participantes tinha curso específico que as auxiliasse a trabalhar com alunos com Transtorno do Espectro Autista.

Quando questionada sobre o tema desafios, a participante 1 revelou que o principal e mais difícil foi entender a criança que estava recebendo, porque faltou uma conversa com a família e com a professora da educação especial. Essa relação é relatada como fundamental para o desenvolvimento do trabalho em sala de aula.

A criança chegou e nem verbal era, nem estava adaptada ao ambiente. Por coincidência na época, na minha primeira experiência com aluno com Transtorno do Espectro Autista, eu estava fazendo uma pós a distância e fui buscar, entender o que era, assisti muitos vídeos, fui atrás da professora especialista para entender melhor. Eu tive que buscar muitas coisas sozinha. (Participante 1)

A discussão de práticas pedagógicas está prevista no PPP; no entanto, segundo as entrevistadas, não se trata de uma prática, mesmo porque os HTPCs são realizados de modo formatado pela Secretaria de Educação. Além disso, nesses encontros não ocorre discussão sobre práticas docentes com foco na inclusão.

Outra revelação da pesquisa é que, quando não se sabe o que fazer, a solução é a busca por material teórico e por formação profissional. Esse tipo de atitude, segundo as participantes, é o que tem garantido aos docentes meios para atender esses estudantes. Em termos de ações que deram certo, ou seja, que atingiram o objetivo proposto, uma das participantes diz ter sido trabalhar com recorte e colagem na alfabetização.

Na época eu também peguei um tablet, buscava jogos de alfabetização e deu muito certo, porque eles gostam muito de tecnologia. A mãe da primeira aluna tinha uma boa parceria, já com o segundo aluno, que chegou ao final do ano, foi um pouco mais difícil, porque não tinha muita parceria da família. Fui perguntar se a escola tinha informações e não me interpretaram bem. Essa questão de falta de apoio dificulta o trabalho. (Participante 1)

Devido à revelação da falta de parceria com os familiares fica nítida a relevância da tríade escola, família e aluno. O processo educativo acontece de forma profícua e atinge os objetivos previstos quando ocorre essa ação conjunta. O estudante precisa encontrar segurança e apoio por parte de todos os atores que estão em seu convívio.

É também preciso colocar-se no lugar da criança que chega, afinal, para ela tudo é novo. Se a professora não a compreende, a criança a compreende menos ainda. Pode-se dizer que nessa fase do “namoro” o ideal é abrir-se ao novo, que é um item da atualidade previsto na Base Nacional Comum Curricular.

O primeiro desafio é entender essa criança, conhecer suas reais necessidades, o que torna um pouco mais leve e menos temeroso quando o grau do autismo é considerado leve pelos médicos. Por outro lado, deve-se compreender que o papel do pedagogo está intrinsecamente ligado ao desenvolvimento, e não ao que consta nos laudos.

Elaborar uma sequência curricular para criança que você não conhece direito. Depois de um certo tempo que você consegue sentir como ela se comporta e interage a dificuldade maior é fazer com que ela se integre com as demais. A criança autista tem um mundo próprio, particular, é difícil para ela sair daquela rotina, se deixar influenciar pelas atividades com outras crianças, e em trabalho de sala de aula fica complicado você conseguir fazer com que naturalmente as demais crianças se aproximem dela, porque as demais crianças não têm o amadurecimento, discernimento para entender porque o coleguinha, que é autista, se comporta de um jeito diferente, então isso é uma dificuldade muito grande, fazer esse trabalho de interação, fazer com que brinquem juntos, façam as atividades juntos, conversem, as conversas próprias da criança (Participante 7).

Quando a criança não utiliza a fala, a apreensão é maior, pois não se sabe se as atividades adaptadas irão “funcionar” ao serem aplicadas. Além disso, há salas em que não há profissionais de apoio, tendo em vista que os casos em que a criança apresenta apenas hipótese não é laudada. Portanto, não há garantia de profissional de apoio na sala, o que inviabiliza uma série de ações que a professora poderia desenvolver.

Aí a gente senta e chora né, é muito difícil, porque a gente não recebe orientação sobre especificidades sobre cada síndrome. Dentro da escola em que eu atuo, existe um grande número de crianças com necessidades especiais, você não conhece as particularidades e o professor especialista tem pouco tempo com eles (Participante 6).

São apresentados como dificultadores do trabalho docente a falta de formação

específica e o fato de não se ter oportunidade para troca de informações com os pares. Os grupos de estudo podem se tornar excelentes ferramentas de apoio pedagógico em unidades escolares e a troca de saberes entre escolas da rede pode ser profícua.

Há uma queixa referente ao fato de que somente as professoras das salas de recursos multifuncionais realizam cursos oferecidos sobre Educação Especial, para repassar o que absorvem. Todavia, essa troca não ocorre pontualmente, pois essas profissionais têm uma série de afazeres, e as orientações acabam ocorrendo no começo do ano e na continuidade. Por conseguinte, o trabalho é estabelecido por via de mão única, ou seja, a professora sozinha vai descobrindo as estratégias e aplicando-as.

[...] o desafio é encontrar estratégias para verificar se o aluno compreendeu e a medida em que os anos vão aumentando os textos vão ficando mais complexos, então fica mais difícil para esse estudante que tem TEA mostrar para gente o que compreendeu e não compreendeu (Participante 5).

As participantes revelam que não fizeram cursos específicos para lidar com crianças com autismo. O que buscam são inúmeras informações, e a troca de informações com a família da criança também se torna uma ferramenta de grande valia.

Os desafios são os mais variados possíveis. Há quem considere que eles vão se apresentando conforme o ano em que a criança está matriculada, e no 3º e o 4º ano aparecem mais, em diversos campos. Uma das participantes revelou que vai se criando um vácuo muito grande entre o que o aluno com TEA já sabe e tem autonomia e o que a turma dele já tem. Os desafios maiores são do terceiro em diante, principalmente com aqueles que não concretizaram os processos de alfabetização e de letramento matemático.

A disciplina Matemática é um grande desafio, porque envolve um raciocínio interno sobre o qual a professora não tem controle, porque o aluno autista nem sempre se comunica. Esse problema faz com que a docente tenha dificuldades para saber até que ponto o aluno está conseguindo fazer um determinado raciocínio matemático. Nem tudo na matemática as professoras conseguem transformar em imagens, por exemplo, é muito difícil conseguir imagens para demonstrar as operações.

Diante de tantas questões, o maior desafio revelado é a necessidade de apoio para adaptar a atividade e para preparar os materiais, porque o aluno com TEA precisa de um material preparado especificamente para ele. A professora revela que a elaboração de uma atividade leva muito tempo, por exemplo, para trabalhar com um vídeo é necessário que o professor assista na íntegra.

Conhecimento sobre a criança é apontado como essencial, e a falta dele constitui um

obstáculo no cotidiano. Os professores das salas de recursos, que são especialistas, realizam atendimentos semanais, o que acaba sendo considerado pouco tempo, para que se possa consubstanciar um bom conhecimento sobre a criança e sobre suas necessidades.

Por ocasião da chegada de crianças com TEA aos anos iniciais do Ensino Fundamental, seria primordial contatar os profissionais de creches, que são as primeiras instituições a ter contato com elas.

A criança autista tem um mundo próprio, particular, é difícil para ela sair daquela rotina, se deixar influenciar pelas atividades com outras crianças, e em trabalho de sala de aula fica complicado você conseguir fazer com que naturalmente as demais crianças se aproximem dela, porque as demais crianças não têm o amadurecimento, discernimento para entender porque o coleguinha, que é autista, se comporta de um jeito diferente, então isso é uma dificuldade muito grande, fazer esse trabalho de interação, fazer com que brinquem juntos, façam as atividades juntos, conversem, as conversas próprias da criança. Muitas crianças autistas têm um vocabulário bem restrito, eu trabalhei com crianças que falavam pouquíssimo, ou então criança seletiva, que falava com a estagiária, mas não falava comigo, com um coleguinha só da sala, mas não falava com o restante. Essa questão da interação da criança eu vejo que é uma dificuldade para gente que não tem uma preparação específica, um conhecimento bem detalhado, aprofundado sobre o TEA (Participante 5).

O termo rotina está presente em todos os níveis educacionais, quando abrigam indivíduos com TEA. É preciso entender também que, mesmo que se estabeleça determinada rotina, não há garantia de sucesso e desenvolvimento da aprendizagem. Compreende-se que, ao estabelecê-la, o objetivo é propiciar condições aos estudantes. Como o espectro tem sua variabilidade, muitas vezes alguns se acostumam com a rotina e outros se cansam das questões rotineiras. Também foi apontado como desafio a realização de atividades que precisam de agrupamentos, como é o caso de propostas em algumas disciplinas específicas. O espectro é visto desde o grau leve ao severo, portanto há ocasiões em que um aluno autista participa das atividades em grupo e que um outro aluno na mesma condição não participa. Nem todos os autistas apresentam características consideradas como típicas, portanto os estereótipos precisam ser vencidos e os tabus eliminados.

Possibilidades

Refletir sobre o que é possível é uma prática que deveria ser cotidiana. A atualização profissional não tem se realizado apenas de forma acadêmica, pois há revelações de que são desenvolvidas leitura e buscas de materiais que tragam informações, que são transformadas em ferramentas para o desenvolvimento de atividades que contribuam para o

desenvolvimento dos estudantes com Transtorno do Espectro Autista.

O primeiro aspecto da abordagem pedagógica é o estabelecimento de rotina para os estudantes que apresentem o Transtorno do Espectro Autista. Adotar a rotina é uma ação possível, visto que pode ser desenvolvida sem necessidade de apoios exteriores, ou seja, não demanda os serviços de profissionais especializados.

Algumas possibilidades a seguir foram apontadas por profissionais que atuam na Educação há pelo menos mais de três anos. A primeira delas seria observar muito os estudantes para que seja possível fazer a adaptação da melhor forma e contribuir para o desenvolvimento da aprendizagem desses estudantes.

É necessário analisar e fazer o que for possível para que o aluno aprenda, visto que é evidente que o uso da tecnologia é uma possibilidade, a qual foi revelada como potencializadora devido ao momento pandêmico. Pondera-se que não se consegue ver mais um ensino que não utilize recursos tecnológicos, porque, no caso do aluno especial, é possível trabalhar o som, o visual e o tátil, por meio de vários recursos.

Existem várias orientações que funcionaram, como falar baixo, olhar no olho, perguntar se quer ajuda, conversar com os demais alunos da sala sobre a existência de um aluno especial na sala que necessita do apoio, compreensão e incentivo de todos.

Foi revelado, no processo de pesquisa, que às vezes as dicas não são eficazes, e que a melhor opção é prestar atenção na necessidade que se apresenta em determinado momento. *De repente, agora ele não vai conseguir fazer mesmo, então o que eu tenho que fazer? Ah! eu tenho que sair da sala, levar ele para tomar uma água. Tem hora para parar de insistir e hora para tirar da sala. Essas ações têm dado certo e os alunos avançaram muito.*

Em termos de atividades de Língua Portuguesa, por exemplo, em uma reescrita de conto pode-se pegar imagens, mostrar a sequência de maneira resumida, depois fazer a leitura, mostrar vídeo e perguntar se o aluno quer ouvir a leitura ou assistir ao vídeo. Recomenda-se que as atividades sejam exploradas com o apoio de imagens.

Uma atividade que eu gostei muito foi, quando estava trabalhando com uma atividade articuladora, então escolhi o quadro O grito, os alunos gostam muito por causa da expressividade. Nisso, trabalhei a expressão facial, a emoção do artista, mostrei o trabalho do Munch, claro, que não trouxe o contexto histórico e fui fazer a fotografia deles. Montei um fundo colorido e eles podiam pensar numa emoção. Achei que ele estava completamente disperso, achava que ele não iria participar, por ser muito subjetivo, porém, deixei para ver até onde iria, para ver como iria interagir e, quando foi o momento dele fotografar, ele foi correndo até o painel e, por incrível que pareça, ele fez as expressões e eu fiz as fotos, fiquei encantada, porque ele entendeu o que eu estava propondo, isso foi muito bacana. (Participante 6)

A participante 5 disse que é possível oferecer o acesso ao conhecimento de forma adaptada e isso, segundo ela, exige do professor grande demanda de trabalho. Além de fazer com quem o estudante tenha rotina, é necessário fazer com que ele tenha postura. A criança com autismo precisa de uma rotina, e na atividade de um jogo a rotina é quebrada o tempo todo. Quando se elabora uma atividade rítmica, por exemplo, uma simples coreografia, a criança fica naquele movimento.

Foi traçado também como meta conhecer as possibilidades pedagógicas para o desenvolvimento de um trabalho profícuo com esse público. Em termos de possibilidades, entende-se que podem ser repetidas ações já realizadas em determinadas situações e que foram significativas aos estudantes.

Foram apontados como possíveis estratégias o trabalho explorando questões tecnológicas, personalização das atividades – buscando o interesse da criança, organização e estabelecimento de rotina.

São sugestões dos participantes da pesquisa: solicitar conversas com a família do estudante; estabelecer trocas com os profissionais do Atendimento Educacional Especializado de forma mais pontual; usar tecnologia; falar baixo; ouvir o aluno e envolver-se. A aproximação faz com que a criança ganhe confiança e que o trabalho pedagógico seja mais produtivo no cotidiano.

As orientações pedagógicas ocorrem durante os HTPCs, ocasiões em que os professores podem tirar suas dúvidas junto à responsável.

Ao entrar em sala de aula, o professor penetra em um ambiente de trabalho constituído de interações humanas. As interações com os alunos não representam, portanto, um aspecto secundário ou periférico do trabalho dos professores: elas constituem o núcleo e, por essa razão, determinam, a nosso ver, a própria natureza dos procedimentos e, portanto, da pedagogia (TARDIF, 2012, p. 118).

Sem conhecer a criança, a interação não coexistirá de fato, pois o conhecimento sobre cada um deve ser buscado junto a outras professoras. É por esse motivo também que os momentos de partilha são essenciais. A professora do ano anterior pode contribuir com o seu conhecimento sobre determinada criança que apresenta TEA.

A primeira questão apontada como possibilidades para o desenvolvimento do aluno com TEA é a parceria com a família.

São possíveis atividades para os estudantes com TEA: agrupamento produtivo; recorte e colagem; jogos lúdicos; realização de intervenção pontual; oferecimento de apoio de materiais diversificados; exploração de tecnologia, o som, o visual, o tátil, as

possibilidades de recursos existentes, músicas, e o texto fatiado em Língua Portuguesa; falar baixo; olhar nos olhos; perguntar se o aluno quer ajuda; personalizar; fazer tudo conforme os gostos da criança e atender às suas necessidades.

Em termos de atendimento à criança, há um apontamento revelado nas entrevistas que chamou bastante a atenção:

É fundamental a reunião entre família, professora da sala de recursos e professor da turma, olhar para esse aluno com empatia, enxergar o potencial, acreditar no aluno, não ter pré-conceito, tratar igual os demais. Jamais desistir dessas crianças e abraçar a causa (Participante 1).

Compreender que todo currículo pode e deve ser adequado à criança é fundamental. O professor que tem esse entendimento busca alternativas. As entrevistas revelaram que as docentes vão oferecendo atividades numa sequência de tentativas, com vistas ao desenvolvimento de determinadas habilidades.

As intervenções podem ser pontuais, pois o olhar pedagógico sobre o desenrolar da proposta faz diferença no cotidiano da criança com TEA. O professor precisa estar aberto e conversar com as crianças, oferecer-lhes ajuda ou perguntar se precisam de auxílio. O olhar cuidadoso faz diferença.

Quando deixei ele ler sozinho e propus as perguntas ele não atingiu os objetivos, no outro dia, eu repeti a história, fiz mediação e ele atingiu os objetivos, já com o outro estudante ele não atingiu. É um exemplo de uma mesma estratégia desenvolvida que com um funcionou e com outro não. [...] Para o que não se comunica, eu preciso utilizar imagens, questões muito objetivas, e apenas duas opções de respostas (Participante 5).

Para adaptação/adequação citam as disciplinas Língua Portuguesa, História e Geografia como as mais fáceis, porque podem utilizar como apoio o texto escrito, a imagem e recursos audiovisuais.

Para que todas as propostas sejam desenvolvidas de forma a contemplar os objetivos, as entrevistas apontaram que os professores precisam entender o autismo, saber quais são suas principais características, conhecer o próprio aluno, não se prender ao laudo dele e tentar entender como ele se comunica e aprende. Em outros termos, tentar atendê-lo da melhor forma possível. Como não existe receita, é também imprescindível que os professores tenham muita disposição para atender esses estudantes.

As experiências pedagógicas também dizem muito, na categoria possibilidades. A participante 7 revela que atividades que envolviam música eram muito atrativas. Como exemplo, citou uma vez que levou materiais de ginástica rítmica para trabalhar com a turma.

O aluno com TEA interessou-se pelo elemento fita e não o largava por nada, tanto que ela levou esse elemento outras vezes para a aula.

Atividades rítmicas e expressivas, no caso das crianças com o autismo, são atividades que você consegue um desenvolvimento melhor, porque são atividades que na maioria das vezes o desenrolar da atividade é individual, cada criança faz a atividade no seu ritmo, no seu tempo, faz o seu movimento, com ou sem música (Participante 7).

Esta análise esteve pautada em itens que se repetiram como possibilidades e nas experiências desenvolvidas, visto que as professoras conseguiram verificar o desenvolvimento das crianças com TEA. Percebe-se que a realização de diversas propostas pode atingir os objetivos propostos e que as crianças podem ter um currículo que seja realmente útil. As adaptações desenvolvidas são aquelas que estão dispostas no documento de orientação (BRASÍLIA, 2010). São adequações organizativas, em que há agrupamento, organização didática, organizativas de materiais, como é o caso da utilização de palitinhos na matemática, uso de colagens, enfim, que estão seguindo as orientações previstas e buscando extrair o melhor de cada estudante.

Formação docente

A formação docente continuada está prevista em documentos legais, como no Plano Nacional de Educação. Todas as participantes elencam a categoria como essencial e ponderam que as formações devem vir ao encontro das necessidades que se apresentam.

Indagada sobre a formação continuada, a participante 1 assim se manifestou: “Acho extremamente importante, uma das coisas que deveria ter em nossa escola é exatamente esse tipo de formação”.

[...] eu tenho na sala um aluno autista, a escola tem, então que pegar esses professores e levá-los para ter uma formação específica, não ficar batendo cabeça todo ano, onde fica no debate de pegar o currículo de cada disciplina e ver o que dá pra fazer, o que pode e não pode. Falta isso na rede.

Pelo fato de dar importância à formação continuada, todo ano faz cursinhos rápidos pela rede pedagógica e diz aprender bastante. Afirma que gostaria de fazer uma pós-graduação; entretanto, não dispõe de tempo para isso, pois leciona em duas escolas, e tem muitas demandas com a confecção de materiais pedagógicos, e afirma que o professor de primeiro ano tem muito material para recortar.

Huberman (2000) diz que o aspecto da descoberta traduz o entusiasmo inicial, a experimentação e a exaltação por estar finalmente em situação de responsabilidade, por se sentir colega num determinado corpo profissional.

Nóvoa (2000) diz que a vida do profissional é, antes de tudo, a vida da pessoa que trabalha como professor. Refletindo sobre a vida do pedagogo, encontramos nas palavras de Libâneo (2005) um determinado aconchego, pois ele compreende esse profissional e seu contexto.

Um profissional capacitado para atuar em vários campos educativos para atender demandas educativas de tipo formal e não formal decorrente de novas realidades – novas tecnologias, novos atores sociais, ampliação das formas de lazer, mudanças no ritmo de vida, presença dos meios de comunicação e informação, mudanças profissionais, desenvolvimento sustentado, preservação ambiental – não apenas na gestão, supervisão e coordenação pedagógica, como também na pesquisa, na administração dos sistemas de ensino. (LIBÂNEO, 2005, p. 38 - 39).

A escola dita regular tornou-se um espaço múltiplo para o fazer educacional, e os profissionais que nela atuam precisam estar atentos às transformações e preparar-se para as realidades, para os contextos que se constroem. Não existe um curso específico que irá tornar o professor um melhor profissional para atender às necessidades das crianças com TEA, até porque é sabido que não existe receita mágica.

A formação contínua é entendida como essencial, para superação dos desafios enfrentados na prática docente, no entanto, não se deve acreditar que poderá suprir todas as necessidades profissionais emergentes. Por outro lado, é preciso considerar que, com conhecimento sobre o TEA, as ações poderão ter outros rumos.

As atualizações profissionais por parte do grupo entrevistado geralmente acontecem semestralmente e anualmente. Em alguns casos, isso acontece porque há necessidade de apresentar certificados para o processo de atribuição de aula, mas nem todas as participantes revelam ter interesse pelo campo da Educação Inclusiva.

A formação continuada é vista como essencial, porque nem todos os professores têm a oportunidade de se qualificar, seja em cursos de pós-graduação, seja em novas graduações ou cursos específicos.

Para mim, a formação continuada é algo que atende a nossa necessidade naquele momento, naquele ano, então ela vai nortear o que a gente precisa priorizar, o que está bom, nos dar dicas de coisas para fazermos, entendendo que formação continuada é atender as necessidades, além de trazer novas opções (Participante 3).

Os momentos de HTPC são considerados propícios para as formações que atendam às necessidades pontuais. Embora a unidade faça parte de uma rede, é preciso considerar o

território e o fato de que não existe receita e textos instrucionais. Assim, o que ocorre é a busca contínua de meios para alcançar todos os objetivos traçados.

Eu acho que ela é extremamente necessária, tem que acontecer, porque nem todo professor tem essa busca individual, tanto por questões financeiras, questão de tempo, só que tem que ouvir os professores. Uma formação continuada que vem sem ouvir os professores não atende as necessidades. O que a gente vê é que essa formação vem fechada, pronta. Mas e a necessidade que a gente tem no dia a dia? Que nos dá medo, nos preocupa, dá a sensação de trabalho não realizado. Penso que precisa ouvir os professores, quem está no chão da sala de aula (Participante 5).

Há também quem não consiga imaginar nenhum profissional sem estudar, sem fazer esse exercício de atualização constante, como é o caso da participante 6. Ela pondera que não tem como o professor não estudar: ou ele gosta de estudar e se empenha para buscar as formações que possam suprir suas demandas profissionais, ou só será um “passador de conteúdo”.

O que a participante 7 revela é passível de reflexão.

A formação continuada é essencial para um profissional da Educação, não só professor, porque abre novas possibilidades, novos aprendizados, novos saberes e faz com que você mude. A cada vez que você tem uma formação, que é oferecida para ti, novas propostas, novas metodologias de trabalho, você vai procurar desenvolver dentro da sua competência o que conseguiu tirar de melhor dessa formação. Ela é essencial para qualquer profissional que esteja dentro da área da Educação porque está formando o cidadão e ela deve ser oferecida de fato.

Aproveitando as ideias de aproximação, a formação docente corrobora as ações que são tomadas nas escolas, e os currículos são adaptados/adequados respeitando-se o contexto e o tempo de cada indivíduo aprendiz.

As escolas podem traçar seu próprio caminho envolvendo professores, alunos, funcionários, pais e comunidade próxima que, se tornam corresponsáveis pelo êxito da instituição. É assim que a organização da escola se transforma em instância educadora espaço de trabalho coletivo e aprendizagem. (LIBÂNEO, 2001, p. 115).

As participantes da pesquisa assemelham-se, como se estivessem na primeira fase da carreira. Sentem-se felizes, porque, ao perceberem que a dedicação faz diferença na vida dos alunos, o sentimento de não conseguir fazer algo efetivo e frustrante modifica-se.

O professor deve estar em processo de formação constante, hoje está em alta o aumento de crianças com TEA nas escolas, mas nos próximos anos não se sabe qual situação poderá surgir, pois houve um momento em que as crianças com síndrome de Down se tornaram presentes, posteriormente vieram os surdos, e assim por diante.

A ideia de formação continuada como desenvolvimento profissional é a base de dois modelos amplamente aceitos e defendidos na literatura educacional mais recente: as oficinas de reflexão sobre a prática e a formação centrada no fortalecimento institucional (GATTI, 2009, p. 203).

Os HTPCs, que ocorrem na escola pesquisada às terças e quintas-feiras, enquadram-se como oficinas de reflexão e como oportunidade de partilha entre os pares.

O pedagogo é um profissional polivalente que precisa também do apoio de outros profissionais, pois, com a consolidação de parcerias, o aprendiz será o maior beneficiado. O investimento em formação docente contínua está previsto em lei e deve ocorrer de fato. Sindicatos, grupos de mães, de professores, devem estar cada vez mais unidos para exigir dos responsáveis a oferta de formação, e a busca incessante por parte do professor é imprescindível para que a Educação pública venha ser de fato inclusiva.

4.3 A análise documental

Trata-se de uma das etapas de pesquisa que tem grande valia no âmbito da Educação. Lüdke e André (1986, p. 38) pontuam que a análise documental “[...] pode se constituir numa técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, seja completando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema”. Aqui foram reproduzidas informações consideradas relevantes e os documentos fornecidos pela equipe gestora foram interpretados.

Os documentos constituem também uma fonte poderosa de onde pode ser retirada evidências que fundamentem afirmações e declarações do pesquisador. Representam ainda uma fonte “natural” de informações. Não são apenas uma fonte de informação contextualizada, mas surgem num determinado contexto e fornecem informações sobre esse mesmo contexto (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 39).

Como os documentos são tidos como fontes poderosas, debruçou-se sobre eles para entender o contexto de estudo. Os documentos disponibilizados pela direção da unidade escolar serviram de base para compreender o contexto. O Projeto Político Pedagógico e o Regimento Escolar não ofereceram subsídios suficientes para compreensão de questões pontuais.

Conforme o PPP, a unidade educacional foi criada em 22 de novembro de 2000. Na página 11 consta que a meta A é desenvolver as habilidades previstas no currículo, e para isso, as ações previstas são articular as atividades planejadas ao currículo e observar as

necessidades dos alunos. Como o que está descrito vai diretamente ao encontro do que está previsto na LDB, as unidades educacionais precisam atender às necessidades que se apresentam.

Sobre a questão formação continuada, o PPP traz em seu teor que o Horário de Trabalho Coletivo (HTC) seguirá o que está estabelecido no artigo 67 da LDBEN, e a normativa deve ser cumprida conforme o que estabelece a Portaria nº 4 da Secretaria Municipal de Educação. As comunidades de aprendizagem tornam-se ferramentas potentes no exercício docente.

Huberman (2000) trata das fases do ciclo de vida docente e a unidade conta com profissionais que segundo o autor encontram-se em fases distintas. Desse modo, todos podem contribuir uns com os outros. São fases como a de “diversificação” e a “fase do questionamento”, a qual se apresenta geralmente entre 7 e 25 anos de carreira. A diversificação é caracterizada pela quebra da rigidez pedagógica (quando o professor começa a fazer experimentações). Já a fase do questionamento é marcada pelas dúvidas quanto à carreira e quanto à profissão. Segundo o autor, nesta fase os professores são os mais motivados, mais dinâmicos e mais empenhados nas equipes pedagógicas. É a fase da “serenidade” e do “distanciamento afetivo”, que acontece dos 25 anos aos 30 anos de profissão.

No PPP está posto que o HTC serve para planejamento coletivo, discussão de prática pedagógica, estudos em grupo, troca de experiências, palestras, cursos e oficinas. Embora haja o estabelecimento da “função e serventia” dos momentos de HTC, o grupo de participantes revela que a troca de experiências não ocorre nesses encontros. A troca de conhecimento entre os pares poderia ser uma ação de desenvolvimento profissional que potencializasse os processos educativos.

Segundo o parágrafo 3º do Regimento Escolar, “[...] alunos da Educação Especial que necessitam de adaptação de currículo devem ser atendidos por meio do Plano de Desenvolvimento Individualizado (PDI)”. Além disso, o documento também aponta a especificidade dos planos de ensino. Conforme o parágrafo único, p. 32, o Plano de Ensino Individual é feito anualmente pelo professor e avaliado com a colaboração do professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Esse contato com o profissional que atua na Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) é ideal, pois, com as estratégias orientadas pela especialista, o professor pode desenvolver ações mais produtivas.

Como na pesquisa houve a análise documental, o interesse era também ter acesso aos

PEIs; entretanto, a não disponibilização deles acabou abrindo uma lacuna na pesquisa. Com a possibilidade de fazer a leitura desses documentos, ter-se-ia conhecimento das adaptações neles citadas.

O fato revelado é que os PEIs são elaborados pelos regentes de sala, o que contradiz o que está na Lei municipal referente aos autistas. Constatou-se no momento da pesquisa que muitas das informações legais não são condizentes com a realidade.

Entende-se que, ao ter a pesquisa aprovada pela Secretaria de Educação e tendo seguido princípios éticos, os documentos poderiam ter sido fornecidos e os estudantes jamais seriam expostos. Outra problemática foi o não fornecimento de alguns materiais, como atividades adaptadas e fotografias, sob a alegação de que teriam que ter autorização da direção. Alguns fatores acabam por prejudicar o desenvolvimento e a conclusão de pesquisas relevantes.

5 CONCLUSÃO

O caminho da pesquisa foi revelando informações muito ricas, no sentido de conhecer as reais dificuldades e as estratégias dos docentes diante da realidade, e a postura que adotaram para vencer os obstáculos. Entender como é o processo de inclusão nos anos iniciais foi uma fonte de conhecimento enriquecedora para o pesquisador, considerando-se que ele trabalha em período contrário ao das pedagogas, e que, por esse motivo, desconhecia a realidade e as estratégias que elas desenvolviam.

Investigar quais eram os desafios enfrentados pelos professores foi uma oportunidade de desvendar o que aflige o fazer docente nos anos iniciais e descobrir quais eram os medos, as questões tidas por eles como “insucessos pedagógicos”. A investigação oportunizou também a compreensão dos questionamentos sobre a prática inclusiva na unidade escolar.

Receber as crianças com TEA nos anos finais do Ensino Fundamental era, antes da pesquisa, uma prática de sondagem, tentativas e aplicação de atividades por meio de estratégias lúdicas, e contava-se com o apoio de estagiária e da professora da Sala de Recursos Multifuncionais. Ao analisar a legislação municipal, constatou-se que essas ações eram errôneas, pois desde 2017 é possível exigir a presença de um tutor especializado para auxiliar a prática pedagógica. Assim, o tutor poderia ter dado sugestões sobre as atividades produzidas por todas as participantes da pesquisa.

O desenvolvimento do PEI deveria ser feito de modo colaborativo, seguindo a legislação, e não por uma única mão. Algo que ficasse como responsabilidade exclusiva do docente. É uma situação complicada, pois, é preciso considerar que há professores na rede com experiência na realização de adaptações e há aqueles que nunca tiveram essa experiência.

A falta deste apoio foi revelada como “dificultador” do trabalho, na questão inclusiva. Com alguém específico para ajudar a criança com TEA, a professora pode desenvolver a sequência didática com certa segurança, visto que o especialista pode indicar quais são as melhores intervenções.

A percepção de que todos os atos realizados eram parecidos com aquilo que os estudantes encontravam nos anos iniciais aponta para a compreensão de que o caminho do sucesso do discente estava sendo trilhado de modo a contemplar todas as habilidades, respeitando-se o tempo de cada um, e suas necessidades.

Para fazer todas as análises, houve um processo um tanto quanto demorado, considerando-se as necessárias leituras e releituras para entender como organizar todas as

informações, e criar categorias e subcategorias. O encontro das análises ocorreu de forma natural, uma vez que considerou todas as informações recebidas nas sete entrevistas.

Após toda a transcrição das entrevistas, e da leitura das obras de Bardin (1977) e Franco (2008), foi possível esquematizar as categorias adaptação, currículo, desafios, possibilidades e formação docente. As respostas dadas aos questionamentos forneceram subsídios para o entendimento e classificação das subcategorias, possibilitando a compreensão do conteúdo e as inter-relações entre todos os participantes.

Na categorização desafios, por exemplo, foi elencada uma série de questões. Por outro lado, aponta-se que o fator mais desafiante é a falta de conhecimento sobre determinado estudante. Ter contato e estabelecer relação com esse discente é um excelente caminho para fazer todas as adequações necessárias.

Com o levantamento das informações, foi possível desenhar o esqueleto de um e-book, o qual é um dos objetivos específicos desta pesquisa. Esse material tem o propósito de apresentar ao leitor o que docentes consideram desafios e também explicar sobre as possíveis atividades que podem contribuir para o desenvolvimento da aprendizagem das crianças com TEA.

A pesquisa também revelou a formação contínua como ferramenta latente para um trabalho profícuo com as crianças com TEA. Essa formação deve ser realizada por meio de ações partilhadas ou por cursos específicos. A formação continuada é apontada pelo núcleo de entrevistadas como essencial. A revelação de que até o presente momento nunca houve uma “qualificação” que fosse voltada para adaptação curricular para alunos com TEA é um sinal de alerta e ponto para reflexão, o fato poderia ser discutido nas reuniões da RIA. Além disso, abre portas para o oferecimento de um processo de formação continuada sobre adequações curriculares para crianças com TEA, não sendo, logicamente, uma formação que traga receitas, mas possibilidades de prática docente.

O alerta também é pontual para indicar que a Lei municipal destinada ao público em questão não está sendo cumprida em sua totalidade. Além disso, não há ação fiscalizadora. Os vereadores da comissão de educação da Câmara estão sendo negligentes, e o executivo precisa oferecer a formação e atualização profissional anual, prevista em Lei. Não que não o faça, porém, muitas vezes o acesso aos cursos fica limitado aos professores que atuam nas salas de recursos, pensa-se ser providencial oferecer para todos os docentes.

Os objetivos da pesquisa foram alcançados, uma vez que foram revelados os desafios e as possibilidades para se fazer adequação curricular para os estudantes com TEA. Destacaram-se alguns fatores que dificultam o trabalho com esse público: falta de apoio,

seja por meio de recursos humanos ou de materiais; falta de rotina de alguns estudantes, pois, devido ao laudo médico e conforme pedido da família, a criança tem tempo reduzido na unidade escolar; e, falta de formação sobre o tema. Já os fatores que facilitam o trabalho docente são: conhecer a criança; estabelecer parceria com a família; contar com apoio de profissionais (estagiária ou professora da Sala de Recursos Multifuncionais).

As possibilidades pedagógicas apontadas são: colagem; exploração de músicas; tecnologia; imagens e recursos audiovisuais. Estas são as estratégias desenvolvidas para atender as crianças com TEA que, em alguns casos, foram consideradas práticas exitosas.

Com a produção do e-book, a comunidade acadêmica e os demais interessados terão acesso à síntese da pesquisa e a recortes considerados relevantes sobre o Transtorno do Espectro Autista, políticas públicas e possibilidades pedagógicas. O material estará disponível de forma gratuita, e a intenção é enviá-lo ao máximo de professores, para difusão do conhecimento sobre o tema.

A realização de novas pesquisas sobre a temática se faz necessária, pois se entende que o profissional docente está em constante desenvolvimento. Além disso, dar oportunidade aos estudantes com TEA é uma ação que respeita a legislação e que, de fato, promove a inclusão.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, Ltda., cop.1977. 226p.

BEYER, H. O. **A educação inclusiva: ressignificando conceitos e práticas da educação especial**. Revista inclusão, v. 2, 8-12. 2007.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNC_C_20dez_site.pdf. Acesso em 22 de dezembro de 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: SEESP/MEC, 2007.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. CONGRESSO NACIONAL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Brasília, 1996. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf. Acesso em 2 de abril de 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm Acesso em 21 de março de 2020.

BRASIL. Lei nº12.764, de 27 de dezembro de 2012. **Lei Berenice Piana**. Brasília, 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm>Acesso em 2 de maio de 2020.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: Adaptações Curriculares / Secretaria de Educação Fundamental. Secretaria de Educação Especial**. – Brasília: MEC / SEF/SEESP, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica/Secretaria de Educação Especial** – Brasília, MEC; SEESP, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação. **PNEE: Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva com Aprendizado ao Longo da Vida/ Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação** – Brasília; MEC. SEMESP. 2020.

BRASÍLIA. Secretaria de Estado de Educação. **Orientação Pedagógica: Educação Especial**. Brasília: SEDF, 2010.

CARVALHO, R. E. **Escola Inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico**. Porto Alegre: Mediação, 2010.

CORREIA, L. M. **Inclusão e necessidades educativas especiais: um guia para educadores e professores.** 2. ed. Porto: Porto Editora, 2008.

DELOU, C. M. C., MAZZILLO, I.B.C.V., *et al.* **Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Inclusão.** Curitiba. IESDE Brasil, 2008.

DINIZ, M. **Formação Docente para a Diversidade e a Inclusão.** Educação em Foco, [S. l.], v. 14, n. 18, p. 39–55, 2012. DOI: 10.24934/eef.v14i18.230. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/educacaoemfoco/article/view/230>. Acesso em 26 maio. 2021.

EMMEL, R. **O currículo e o livro didático da educação básica: contribuições para a formação do licenciado em ciências biológicas.** Ijuí. Tese (doutorado) – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, 2015. Disponível em: <<https://bibliodigital.unijui.edu.br:8443/xmlui/handle/123456789/4955>>. Acesso em 3 de maio de 2020.

FACHIN, O. **Fundamentos de Metodologia.** 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

FANTINATO, T. M. **Formação docente para a diversidade.** 1. ed. Curitiba, IESDE BRASIL S/A, 2014.

FERNANDES, F. **Educação e sociedade no Brasil.** São Paulo: Dominus Editora S.A., 1966.

FRANCO, M. L. P. B. **Análise de conteúdo.** 3. ed. Brasília: Líber Livro, 2008.

GATTI, B. A. **Professores do Brasil: novos cenários de formação/** Bernardete Angelina Gatti, Elba Siqueira de Sá Barretto, Marli Eliza Dalmazó Afonso de André e Patrícia Cristina Albieri de Almeida. Brasília: UNESCO, 2019.

GATTI, B.A.; BARRETO, E.S.de S. **Professores do Brasil: impasses e desafios.** Brasília: UNESCO, 2009.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HYPÓLITO, A.M. **Trabalho docente, classe social e relações de gênero.** São Paulo: Papirus, 1977. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico. 2. ed. [E-book]. Álvaro Moreira Hypólito. São Leopoldo, Oikos, 2020.

LIBÂNEO, J.C. **Organização e Gestão da Escola: teoria e prática.** 5. ed. Goiânia: Alternativa, 2004.

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** 8. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

LIBÂNEO, J. C., e PIMENTA, S. G.. **Formação de profissionais da educação: Visão crítica e perspectiva de mudança.** Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/es/v20n68/a13v2068.pdf>>. Acesso em 5 de abril de 2020.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo, SP: Editora Pedagógica e Universitária, 1986.

MAGALHÃES, L.O.R. **A dimensão subjetiva dos processos de inclusão escolar no movimento pesquisa trans-formação.** Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/23706/2/Luciana%20de%20Oliveira%20Rocha%20Magalh%c3%a3es.pdf>> Acesso em 30 de maio de 2020.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão Escolar – O que é? Por quê? Como fazer?** 1ª. ed. São Paulo: Summus, 2015.

MASLOW, A. H. **Motivation and personality.** New York: Harper, 1954.

MINAYO, M.C. de S. (org.). **Pesquisa Social.** Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MELLO, A. M. S. R. de, **Autismo: guia prático.** 4. ed. São Paulo: AMA; Brasília: CORDE, 2005.

MINETTO, M. de F. **Currículo na educação inclusiva: entendendo esse desafio.** Curitiba: IBPEX, 2008.

MOREIRA, A.F.B.; CANDAU, V.M. **Indagações sobre currículo: currículo, conhecimento e cultura** / [Antônio Flávio Barbosa Moreira, Vera Maria Candau]; organização do documento Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

NÓVOA, A. **Firmar a posição como professor, afirmar a profissão docente.** Cadernos de pesquisa, v. 47, n. 166, p. 1106-1133, 2017.

NÓVOA, A. **Formação de professores e trabalho pedagógico.** Lisboa: Educa, 2002.

PARAÍSO, M.; SANTOS, L. **Dicionário Crítico da Educação: Currículo.** Presença Pedagógica, v.2, n.7. jan./fev. Belo Horizonte: Dimensão, 1996.

PRESTES, I. C. P. **Fundamentos teóricos e metodológicos da inclusão.** Curitiba. PR. IESDE Brasil, 2015.

RIBEIRO, C. **Metacognição: um apoio ao processo de aprendizagem.** Psicologia: Reflexão e Crítica, 2003, 16(1), pp. 109-116

RAMPAZZO, L. **Metodologia científica: para alunos dos cursos de graduação e pós-graduação.** Lorena, SP. Editora Stiliano; São Paulo: UNISAL, 1998.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional.** 11. ed. Petrópolis – RJ: Vozes, 2010.

TEIXEIRA, G. **Manual dos transtornos escolares: Entendendo os problemas de criança e adolescente na escola.** Rio de Janeiro. Ed. Best Seller Ltda, 2013.

VYGOTSKY, L.S. **Psicologia pedagógica**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

VYGOTSKY, L.S. **Pensamento e Linguagem**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

APÊNDICE A

QUESTIONÁRIO VIA GOOGLE FORMS LEVANTAMENTO DO PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO

Caros professores,

O estudo proposto nesta pesquisa tem como objetivo conhecer os desafios e as possibilidades que os docentes encontram na realização da adaptação curricular para alunos, dos anos iniciais, com Transtorno do Espectro Autista (TEA). A forma escolhida para atingir tal objetivo é o levantamento de dados por meio da metodologia de questionário de perfil sociodemográfico e entrevistas individuais, com previsão de duração média de 1 hora e 30 minutos. A pretensão é elaborar um e-book (livro digital), que revele as percepções dos docentes participantes da pesquisa. Ao realizar o e-book o objetivo é difundir os desafios e as possibilidades de realização da adaptação curricular voltada para esse público. Além disso, pretende-se apresentar a pesquisa em seminários, congressos e publicar artigos em periódicos acadêmicos.

Neste questionário há algumas perguntas referentes a dados pessoais, formação e atuação na rede. Após seu preenchimento, entrarei em contato pelo e-mail indicado neste questionário para agendar o encontro virtual para as discussões em grupo, levando em consideração os critérios de biossegurança, devido ao período pandêmico. A plataforma a ser utilizada para os encontros é o Google Meet.

Para responder às perguntas, é necessário primeiramente ler o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) abaixo e concordar em participar da pesquisa conforme as condições apresentadas.

Desde já, agradeço a colaboração de todos!

Perfil sociodemográfico

Olá, agradeço imensamente a sua colaboração.
Por gentileza, faça a leitura e responda.
Lembrando que todos os dados são confidenciais.

marcosabuc@gmail.com [Alternar conta](#)



*Obrigatório

E-mail *

Seu e-mail



**MESTRADO
PROFISSIONAL
EM EDUCAÇÃO**

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ 

LEVANTAMENTO DO PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO

LEVANTAMENTO DO PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO

Caros professores,

O estudo proposto nesta pesquisa tem como objetivo conhecer quais são os desafios e as possibilidades que os docentes encontram na realização da adaptação curricular para alunos, dos anos iniciais, com Transtorno do Espectro Autista (TEA). A forma escolhida para atingir tal objetivo é o levantamento de dados por meio da metodologia entrevista, sendo necessários encontros virtuais, com duração média de 1 hora, para cada participante. A pretensão é elaborar um e-book (livro digital) que revele as percepções dos docentes participantes da pesquisa. Ao realizar o e-book o objetivo é difundir os desafios e as possibilidades na realização da adaptação curricular voltada para alunos com Transtorno do Espectro Autista. Além disso, pretende-se apresentar a pesquisa em seminários, congressos e publicar artigos em periódicos acadêmicos.

Neste questionário encontram-se algumas perguntas referentes a dados pessoais, formação e atuação na rede. Após seu preenchimento, entrarei em contato pelo e-mail indicado neste questionário para agendar o encontro virtual para a entrevista, levando em consideração os critérios de biossegurança devido ao período pandêmico. A plataforma a ser utilizada é o Google Meet.

Para responder as perguntas, é necessário primeiramente ler o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) abaixo e concordar em participar da pesquisa diante das condições apresentadas.

Desde já, agradeço a colaboração de todos!

Abaixo você encontrará o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, o qual irei imprimir e levarei até ti para ser assinado, respeitando o protocolo de biossegurança.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

O Sr. (a) está sendo convidado (a) a participar como voluntário (a) da pesquisa “Os docentes e os desafios e possibilidades da adequação curricular para alunos com Transtorno do Espectro Autista”, sob a responsabilidade do pesquisador Marcos Vinício Cuba. Nesta pesquisa pretende-se conhecer quais são estes desafios e possibilidades encontrados pelos docentes quando estão com alunos que apresentam Transtorno do Espectro Autista. Também procura-se com esse trabalho identificar estes desafios, produzir um e-book (livro digital), que revele estas questões por meio da percepção e contribuição dos participantes, onde poderão emitir opiniões e expressar-se partindo de temas disparadores em três encontros virtuais para discussão, os quais se darão via Google Meet.

Há benefícios e riscos decorrentes de sua participação na pesquisa. Os benefícios consistem em participar de um processo reflexivo sobre suas experiências com o público-alvo, alunos com Transtorno do Espectro Autista, compartilhando seu ponto de vista e podendo ouvir demais profissionais, o que se torna um momento de troca de saberes entre pares, além de poder colaborar com a construção de um material que poderá auxiliar outros professores em suas práticas inclusivas, tendo em vista que não há na rede um material que possa servir de base para o desenvolvimento de práticas inclusivas voltadas aos alunos com Transtorno do Espectro

Autista. Sua participação trará elementos para que se pense em maneiras de aprimorar o trabalho do professor voltado à inclusão, sendo assim uma oportunidade de discorrer sobre os desafios encontrados diante esse fenômeno.

Os riscos de participar desse tipo de pesquisa são voltados às questões de privacidade e sigilo, visto que você irá expor suas opiniões e sentimentos que são pessoais e relacionados às suas vivências. Entretanto para evitar que ocorram danos serão preservados os dados pessoais, ou seja, o conteúdo do questionário e os dados coletados durante as discussões serão estritamente para análise desse estudo, mantendo os dados que possam levar à sua identificação sobre sigilo, como nome, escola em que trabalha e todos os dados pessoais dos alunos com Transtorno do Espectro Autista com os quais você tenha trabalhado ou trabalha. O material originado do questionário e da coleta das discussões será enviado para ti, assim que for organizado e sistematizado pelo pesquisador, para que seja realizada a leitura e, caso julgue necessário, solicitar alterações em seu conteúdo. Caso haja algum dano ao participante será garantido ao mesmo procedimentos que visem à reparação e o direito à indenização. Para participar deste estudo o Sr. (a) não terá nenhum custo nem receberá qualquer vantagem financeira. O Sr. (a) receberá o esclarecimento sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para recusar-se a participar e a recusa em participar não acarretará qualquer

penalidade ou modificação na forma em que é atendido pelo pesquisador, que tratará a sua identidade com padrões profissionais de sigilo.

Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão. O (A) Sr. (a) não será identificado (a) em nenhuma fase da pesquisa e nem em publicação que possa resultar. Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos. Este termo de consentimento encontra-se neste questionário e será também apresentado no momento dos grupos de discussão, sendo sua aceitação realizada de forma oral e gravada via *Google Meet*, visando evitar o contato pessoal em período de pandemia. Para qualquer outra informação o (a) Sr. (a) poderá entrar em contato com o pesquisador por telefone (12) 99678-8828, (inclusive ligações à cobrar) ou e-mail marcosabuc@gmail.com.

Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, o (a) Sr. (a) poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UNITAU na Rua Visconde do Rio Branco, 210 – centro – Taubaté, telefone (12) 3635-1233, e-mail: cep@unitau.br O pesquisador responsável declara que a pesquisa segue a Resolução CNS 466/12.

Rubricas: pesquisador responsável *Marcos Vinício Cuba* participante _____ 1/2

MARCOS VINÍCIO CUBA.

Consentimento pós-informação

Eu, _____, portador do documento de identidade _____ fui informado (a) dos objetivos da pesquisa “OS DOCENTES E OS DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA ADAPTAÇÃO CURRICULAR PARA ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA”, de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações sobre a pesquisa e me retirar da mesma sem prejuízo ou penalidade.

Declaro que concordo em participar. Recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

_____, _____ de _____ de 20__.

_____ Assinatura do (a) participante

Questionário do perfil sociodemográfico

01 - Idade? *

Sua resposta

02 - Sexo? *

- Feminino
- Masculino
- Prefiro não dizer

03 - Qual é a sua formação inicial? *

Sua resposta

04 - Possui outras graduações? Caso sim, quais? Ano de conclusão? *

Sua resposta

05 - É professor contratado ou efetivo? *

Sua resposta

06 - Há quanto tempo trabalha como professor (a)? *

Sua resposta

07 - Em sua graduação (ou graduações) teve a disciplina educação especial? Caso sim, quantas horas? *

Sua resposta

08 - Tem especializações? Caso sim, quais? Ano de conclusão? *

Sua resposta

09 - Como você se sente quando recebe algum aluno com Transtorno do Espectro Autista? *

Texto de resposta longa

10 - Teve alunos com Transtorno do Espectro Autista em sua turma nos anos de 2018 e 2019? Quantos? *

Texto de resposta longa

11 - Há quanto tempo trabalha com alunos com Transtorno do Espectro Autista? *

Texto de resposta curta

12 - Há quanto tempo trabalha na rede desta cidade? *

Sua resposta

13 - Há quanto tempo atua nesta unidade escolar? *

Sua resposta

É uma honra contar com a tua participação nesta fase de meu aprendizado. Estou eternamente grato por ter lhe encontrado em minha jornada profissional, afinal, tuas contribuições serão muito enriquecedoras.

APÊNDICE B – Roteiro da entrevista semiestruturada

01 - O que você entende por currículo?

02 - O que é adaptação, em sua visão?

03 - Qual (quais) foi (foram) o (os) maior (maiores) desafio (desafios) na hora de fazer uma adaptação curricular?

04 - O que já realizou com algum aluno e deu certo?

05 - O que já fez e não atingiu o objetivo proposto?

06 - Qual disciplina você considera mais fácil para adaptar as atividades?

07 - Qual é a disciplina que você acredita que seja mais difícil para adaptar as atividades?

08 - Você costuma adaptar ou flexibilizar suas propostas pedagógicas?

09 - Existe apoio para fazer a adaptação de currículo para alunos com Transtorno do Espectro Autista?

10 - Como é esse apoio?

11 - Na rede em que atua você já teve algum curso que fosse voltado para adaptação curricular para alunos com Transtorno do Espectro Autista?

12 - Fez algum curso específico para trabalhar com alunos com Transtorno do Espectro Autista?

13 - Qual é a sua opinião sobre formação continuada?

14 - Com que frequência você faz atualização profissional?

15 – Quais sugestões você daria aos professores que poderão receber alunos com Transtorno do Espectro Autista algum dia?

16 – Como você se sente ao ver o desenvolvimento desses alunos?

APÊNDICE C – Questionário respondido

Participante 1

Questionário do perfil sociodemográfico

01 - Idade? *

41

02 - Sexo? *

Feminino

Masculino

Prefiro não dizer

03 - Qual é a sua formação inicial? *

Pedagogia Plena

04 - Possui outras graduações? Caso sim, quais? Ano de conclusão? *

Não.

05 - É professor contratado ou efetivo? *

Efetivo.

06 - Há quanto tempo trabalha como professor (a)? *

Há 6 anos.

07 - Em sua graduação (ou graduações) teve a disciplina educação especial? Caso sim, quantas horas? *

Sim, 100 horas.

08 - Tem especializações? Caso sim, quais? Ano de conclusão? *

Sim. Educação Especial com ênfase em práticas inclusivas. Ano de conclusão 2018.

09 - Como você se sente quando recebe algum aluno com Transtorno do Espectro Autista? *

Um pouco apreensiva e com medo.

10 - Teve alunos com Transtorno do Espectro Autista em sua turma nos anos de 2018 e 2019? Quantos? *

Sim. Em 2019, um aluno.

11 - Há quanto tempo trabalha com alunos com Transtorno do Espectro Autista? *

Tive apenas duas experiências.

12 - Há quanto tempo trabalha na rede desta cidade? *

Há quase quatro anos.

13 - Há quanto tempo atua nesta unidade escolar? *

Há 3 anos.

Participante 2

01 - Idade? *

33

02 - Sexo? *

- Feminino
 Masculino
 Prefiro não dizer

03 - Qual é a sua formação inicial? *

Pedagogia

04 - Possui outras graduações? Caso sim, quais? Ano de conclusão? *

Não

05 - É professor contratado ou efetivo? *

Efetivo

06 - Há quanto tempo trabalha como professor (a)? *

13 anos

07 - Em sua graduação (ou graduações) teve a disciplina educação especial? Caso sim, quantas horas? *

Sim, 170 horas.

08 - Tem especializações? Caso sim, quais? Ano de conclusão? *

Pós graduação em Pedagogia empresarial e dinâmica de grupo.

09 - Como você se sente quando recebe algum aluno com Transtorno do Espectro Autista? *

Me sinto desafiada, pois eu quero fazer o meu melhor, porém não me sinto preparada para isso.

10 - Teve alunos com Transtorno do Espectro Autista em sua turma nos anos de 2018 e 2019? Quantos? *

2019 eu tive 1 aluna e 2020 nenhum.

11 - Há quanto tempo trabalha com alunos com Transtorno do Espectro Autista? *

Ao longo desses 13 anos de profissão recebi alguns alunos com Espectro autista em diferentes circunstâncias.

12 - Há quanto tempo trabalha na rede desta cidade? *

5 anos.

13 - Há quanto tempo atua nesta unidade escolar? *

3 anos.

Participante 3**Questionário do perfil sociodemográfico**

01 - Idade? *

29

02 - Sexo? *

 Feminino Masculino Prefiro não dizer

03 - Qual é a sua formação inicial? *

Pedagogia (licenciatura plena)

04 - Possui outras graduações? Caso sim, quais? Ano de conclusão? *

Não.

05 - É professor contratado ou efetivo? *

Efetivo.

06 - Há quanto tempo trabalha como professor (a)? *

9 anos.

07 - Em sua graduação (ou graduações) teve a disciplina educação especial? Caso sim, quantas horas? *

Sim, nos 3 anos de curso.

08 - Tem especializações? Caso sim, quais? Ano de conclusão? *

Não

09 - Como você se sente quando recebe algum aluno com Transtorno do Espectro Autista? *

Me sinto ansiosa para saber como será nossa rotina, quais são as necessidades do alunos e também como serão as atividades.

10 - Teve alunos com Transtorno do Espectro Autista em sua turma nos anos de 2018 e 2019? Quantos? *

Em 2018 não. Em 2019 tive 1.

11 - Há quanto tempo trabalha com alunos com Transtorno do Espectro Autista? *

Desde 2019, 3 anos.

12 - Há quanto tempo trabalha na rede desta cidade? *

6 anos.

13 - Há quanto tempo atua nesta unidade escolar? *

5 anos.

Participante 4**Questionário do perfil sociodemográfico**

01 - Idade? *

46

02 - Sexo? *

 Feminino Masculino Prefiro não dizer

03 - Qual é a sua formação inicial? *

Pedagogia

04 - Possui outras graduações? Caso sim, quais? Ano de conclusão? *

Não

05 - É professor contratado ou efetivo? *

Efetivo

06 - Há quanto tempo trabalha como professor (a)? *

20 anos

07 - Em sua graduação (ou graduações) teve a disciplina educação especial? Caso sim, quantas horas? *

Não .

08 - Tem especializações? Caso sim, quais? Ano de conclusão? *

Não .

09 - Como você se sente quando recebe algum aluno com Transtorno do Espectro Autista? *

Um novo desafio.

10 - Teve alunos com Transtorno do Espectro Autista em sua turma nos anos de 2018 e 2019? Quantos? *

Sim.

11 - Há quanto tempo trabalha com alunos com Transtorno do Espectro Autista? *

5 anos .

12 - Há quanto tempo trabalha na rede desta cidade? *

20 anos.

13 - Há quanto tempo atua nesta unidade escolar? *

8 anos.

Participante 5

Questionário do perfil sociodemográfico

01 - Idade? *

44

02 - Sexo? *

 Feminino Masculino Prefiro não dizer

03 - Qual é a sua formação inicial? *

Pedagogia

04 - Possui outras graduações? Caso sim, quais? Ano de conclusão? *

Não.

05 - É professor contratado ou efetivo? *

Efetivo.

06 - Há quanto tempo trabalha como professor (a)? *

Trabalho como professora há 25 anos, desses 18 são na atual rede de ensino.

07 - Em sua graduação (ou graduações) teve a disciplina educação especial? Caso sim, quantas horas? *

Não me lembro de ter cursado nenhuma disciplina referente à Educação Especial.

08 - Tem especializações? Caso sim, quais? Ano de conclusão? *

Sim. Psicopedagogia, concluída em 2004; AEE - Atendimento Educacional Especializado, concluída em 2019.

09 - Como você se sente quando recebe algum aluno com Transtorno do Espectro Autista? *

Inicialmente me sinto insegura, pois o estudante com TEA é sempre uma incógnita. A medida em que vou conhecendo o estudante vou me sentindo mais segura e desafiada a atender suas necessidades.

10 - Teve alunos com Transtorno do Espectro Autista em sua turma nos anos de 2018 e 2019? Quantos? *

Sim. Em 2018, 07 estudantes e em 2019 07 também.

11 - Há quanto tempo trabalha com alunos com Transtorno do Espectro Autista? *

Tive uma aluna em 2017, na sala regular, e desde 2018 todos os anos como professora do AEE.

12 - Há quanto tempo trabalha na rede desta cidade? *

Há 18 anos.

13 - Há quanto tempo atua nesta unidade escolar? *

Há 04 anos.

Participante 6**Questionário do perfil sociodemográfico**

01 - Idade? *

56 anos

02 - Sexo? *

 Feminino Masculino Prefiro não dizer

03 - Qual é a sua formação inicial? *

Licenciatura Artes Plásticas

04 - Possui outras graduações? Caso sim, quais? Ano de conclusão? *

Pedagogia (2004).

05 - É professor contratado ou efetivo? *

Efetivo

06 - Há quanto tempo trabalha como professor (a)? *

20 anos

07 - Em sua graduação (ou graduações) teve a disciplina educação especial? Caso sim, quantas horas? *

Sim. Na Pedagogia 1 semestre.

08 - Tem especializações? Caso sim, quais? Ano de conclusão? *

Psicopedagogia (2000), Violência Doméstica - Lacri (2006), Mestrado em Desenvolvimento Humano (2014), Doutorado em Ciências da Educação (2018).

09 - Como você se sente quando recebe algum aluno com Transtorno do Espectro Autista? *

Acende um alerta de que vou ter que correr atrás de novos conhecimentos. Nada do que nos é apresentado nas formações acadêmicas (formação não específica sobre educação especial) fica muito aquém das necessidades que encontramos no dia a dia.

10 - Teve alunos com Transtorno do Espectro Autista em sua turma nos anos de 2018 e 2019? Quantos? *

Sim. Três alunos.

11 - Há quanto tempo trabalha com alunos com Transtorno do Espectro Autista? *

Diretamente na sala de aula, desde 2015.

12 - Há quanto tempo trabalha na rede desta cidade? *

Há 20 anos.

13 - Há quanto tempo atua nesta unidade escolar? *

12 anos.

Participante 7**Questionário do perfil sociodemográfico**

01 - Idade? *

52 anos

02 - Sexo? *

 Feminino Masculino Prefiro não dizer

03 - Qual é a sua formação inicial? *

Educação Física Licenciatura

04 - Possui outras graduações? Caso sim, quais? Ano de conclusão? *

Pedagogia 2018

05 - É professor contratado ou efetivo? *

Efetivo

06 - Há quanto tempo trabalha como professor (a)? *

29 anos

07 - Em sua graduação (ou graduações) teve a disciplina educação especial? Caso sim, quantas horas? *

Educação Física - 60 horas

08 - Tem especializações? Caso sim, quais? Ano de conclusão? *

Pós graduação - Psicomotricidade no Contexto Escolar 2003

09 - Como você se sente quando recebe algum aluno com Transtorno do Espectro Autista? *

A sensação é de incerteza.

Considerar que o aluno tem as suas especificidades é desafiador.

Não se sabe se o que você tem a propor a esse aluno irá facilitar a sua aprendizagem, o seu desenvolvimento.

10 - Teve alunos com Transtorno do Espectro Autista em sua turma nos anos de 2018 e 2019? Quantos? *

Sim. Um menino, no segundo ano dos anos iniciais.

11 - Há quanto tempo trabalha com alunos com Transtorno do Espectro Autista? *

O primeiro aluno com TEA que tive foi em 2007.

12 - Há quanto tempo trabalha na rede desta cidade? *

Desde 2001 trabalho na Rede de Ensino de São José dos Campos.

13 - Há quanto tempo atua nesta unidade escolar? *

Há 13 anos.

APÊNDICE D – Transcrição das entrevistas

ENTREVISTA Participante 1

1 – O que você entende por currículo?

Seria o planejamento em si, é a base, é o que entendo.

2 – O que é adaptação curricular, na sua visão?

É quando você pega o currículo em si, o que está dentro, e tem que formular, criar uma maneira diferente das outras crianças para atender as necessidades de um aluno específico. É facilitar a aprendizagem do aluno.

3 – Qual (quais) foi (foram) o (os) desafio (desafios) na hora de fazer uma adaptação curricular para alunos com Transtorno do Espectro Autista?

O meu maior desafio foi entender a criança que eu estava recebendo, porque faltou uma conversa com a família e com a professora da educação especial. A criança chegou e nem verbal era, nem estava adaptada ao ambiente. Por coincidência, na época, na minha primeira experiência com aluno com Transtorno do Espectro Autista, eu estava fazendo uma pós a distância e fui buscar, entender o que era, assisti muitos vídeos, fui atrás da professora especialista para entender melhor. Eu tive que buscar muitas coisas sozinha.

4 – O que você já realizou e deu certo?

O que deu certo com a primeira aluna foi trabalhar com recorte e colagem na alfabetização, eu fiquei com ela o ano todo. Ela tinha aversão muito grande para escrita, recorte e colagem deu muito certo. Na época eu também peguei um tablet, buscava jogos de alfabetização e deu muito certo, porque eles gostam muito de tecnologia. A mãe da primeira aluna tinha uma boa parceria, já com o segundo aluno, que chegou ao final do ano, foi um pouco mais difícil, não tinha parceria da família. Quando questioneei a escola sobre informações do aluno, fui mal interpretada, não tive apoio, isso foi bem difícil.

5 – O que já realizou e não deu certo?

Não dependia tanto de mim, eu buscava que todos os alunos participassem mesmo, elaborava atividades lúdicas para incluir mesmo. Na minha segunda experiência eu não consegui muito porque o aluno não tinha horário para chegar e atrapalhava o planejamento. A falta de rotina prejudica muito o desenvolvimento, precisa ter uma parceria muito grande

entre escola e família.

6 – Qual disciplina você considera mais fácil para adaptar as atividades?

Acredito que todas as disciplinas sejam fáceis, depende muito da receptividade do aluno. Pensando na alfabetização no primeiro ano, acredito que a Língua Portuguesa seja mais fácil, até por eu ter mais afinidade.

6.1 – Qual considera a mais difícil?

Acredito que seja matemática, é complicado adaptar para um aluno autista. Adaptava usando muitas imagens, na época da pandemia passei a usar jogos interativos, mas em 2018 explorava mais material concreto.

7 – Costuma adaptar ou flexibilizar as atividades?

Parece tão próximo os dois, porém, há diferenças, né? Preciso estudar mais, me debruçar sobre isso. Acredito que seja adaptar mesmo. No primeiro ano não usa muito tinta guache, por exemplo, porém, com os alunos com Transtorno do Espectro Autista eu utilizei bastante.

8 – Existe algum apoio para fazer a adaptação de currículo para alunos com transtorno do espectro autista?

Não tive apoio.

9 – Na rede em que atua já houve algum curso voltado para fazer adaptação de currículo para aluno com Transtorno do Espectro Autista?

Não.

10 – Você fez algum curso específico para trabalhar com esse público?

Curso específico não, eu busquei muitas informações, me formar mesmo, não.

11 – Qual é a sua opinião sobre formação continuada?

Acho extremamente importante, uma das coisas que deveria ter em nossa escola é exatamente esse tipo de formação, por exemplo, eu tenho na sala um aluno autista, a escola tem, então pegar esses professores e levá-los para ter uma formação específica, não ficar batendo cabeça todo ano, onde fica no debate de pegar o currículo de cada disciplina e ver o que dá pra fazer, o que pode e não pode. Falta isso na rede.

12 – Com que frequência você faz atualização profissional?

Todo ano eu faço cursinhos rápidos e acho que são muito bons, faço pela rede pedagógica e aprendo bastante. Uma pós mesmo eu gostaria de fazer, por exemplo didática da matemática. O que me impede no momento de estudar mais é tempo, porque eu dobro. Primeiro ano há muito material para recortar.

13 – Qual sugestão daria para os professores que algum dia poderão receber alunos com Transtorno do Espectro Autista?

Primeiro passo é exigir uma reunião com a professora especialista e com a família, porque o ano passa e muitas vezes não há condições de conversar, esse diálogo é essencial, até para entender o nível da criança, saber se tem sensibilidade, a primeira conversa é ideal.

14 – O que indica como possibilidades para fazer a adaptação curricular destes alunos?

Observar muito o que a criança gosta, no meu caso a estudante gostava do personagem Capitão Cueca, e envolvi o personagem nas atividades.

Procurar seguir uma rotina certinha. Montei a rotina dela com imagens e isso a deixou mais calma. Até a hora da escrita tinha na rotina, era pouca coisa, porém, deu bastante certo.

Penso que as redes precisam pensar em estratégias boas, espero que um dia tenha em nossa escola tipo uma brinquedoteca, porque quando a criança estiver em crise pode ser levada a este espaço e participar de ações pedagógicas mesmo.

Se pudéssemos ter mais conversas com os professores especialistas na Educação Especial para que elas possam nos ajudar, porque eu não sou especialista, elas são e poderão ajudar.

Infelizmente a Adaptação Curricular na prática fica na questão documental, somos obrigados a fazer. Claro, você oferece atividades adaptadas, porém, precisam pensar na estrutura para receber estes alunos.

15 – Como você se sente ao ver o desenvolvimento desses estudantes?

Fiquei feliz, na época, eu tinha acabado de entrar na rede, eu me sentia frustrada quase todos os dias, apesar de ler e correr atrás, hoje em dia eu vejo que houve muita evolução. Por exemplo, quando a mãe dela viu o portfólio e que a aluna comia com talher ficou surpresa, inclusive sugeri para os pais fazer uma pastinha com a rotina, eles fizeram e deu muito certo. As leituras que eu fiz lá atrás hoje influenciam, e bastante, em minha prática pedagógica.

16 – Quais são as possibilidades de trabalho com esses alunos?

Acredito que sejam várias, mas é o ideal é observar muito o estudante, partindo da observação é possível fazer a adaptação da melhor forma, contribuindo com o desenvolvimento da aprendizagem destes estudantes.

Entrevista com Participante 2

1 – O que você entende por currículo?

Currículo são os conteúdos que a gente precisa trabalhar com os alunos, é basicamente isso que eu entendo.

2 – O que é adaptação, em sua visão?

Seria dar condições ao estudante de estudar os mesmos conteúdos, só que atendendo às suas necessidades, particularidades, isso que é adaptar para mim. Não é fazer um conteúdo diferenciado, mas sim o mesmo e torná-lo possível para que a criança possa realizar.

3 – Qual (quais) foi (foram) o (os) desafio (desafios) na hora de fazer uma adaptação curricular para alunos com Transtorno do Espectro Autista?

Em meu caso não tive muitas dificuldades, na verdade, porque o grau de autismo da minha aluno era bem leve, ela nem tinha laudo, depois é que veio o laudo, no segundo semestre. Eu tinha as informações básicas da família, a mãe me passava as informações e em observação em sala de aula eu percebia o que ela estava precisando mais ou menos e ia trabalhando, ela era muito esperta e não tinha tanta necessidade de adaptação, o maior desafio é que eu precisava de alguém com ela ali o tempo inteiro para poder ajudá-la a compreender as atividades. Não precisava de atividades com folha diferenciada, figuras maiores, nada disso, eu poderia usar o mesmo material, porém, não poderia deixá-la sozinha, ela não conseguia ter esse entendimento do que precisava fazer. Para os outros alunos eu fazia a explicação ali na frente e eles iam realizando cada um à sua maneira. No caso dessa aluna autista, eu precisava de alguém com ela o tempo todo, como não tinha laudo, não tinha estagiária, eu era só, então esse foi o maior desafio: tentar cumprir com os objetivos propostos sozinha, sem o suporte que ela precisava.

4 – O que você já realizou e deu certo?

No caso dela, que o grau de autismo era bem leve, o que me ajudava bastante eram os agrupamentos produtivos, você vê o perfil da sala, qual é o aluno que sabe mais e que tenha

paciência, entenda que o amiguinho é diferente e precisa de um tempinho um pouco maior para assimilar os conteúdos, senão você faz o agrupamento e a criança só vai dando as respostas. Inclusive com a questão da pandemia eu sofri bastante, porque o agrupamento é uma estratégia que dá muito certo.

5 – Algo que já fez não deu certo?

A questão de jogos, às vezes a gente adapta o conteúdo e um formato de jogo, só que o jogo, na minha realidade na escola, não ter ninguém para nos ajudar é muito complicado, porque quando a gente quer trabalhar o lúdico tenta fazer por agrupamento, porque não tem como você sentar naquele grupo para fazer a intervenção que a criança precisa e deixar o resto da sala, então o jogo, inúmeras vezes, material lúdico eu tentei e não deu certo, não que o lúdico não seja bom, mas se você não tem as condições para oferecer esse material, deixar na mesinha o material solto não surge resultado. Eu já adaptei vários jogos de internet, principalmente quando eu atendo crianças com necessidades especiais, porque eu não sou especialista, a formação que eu tenho é o básico da pedagogia, onde a gente estuda a disciplina de Educação Especial e na rede a gente recebe vários alunos com diversas necessidades, não só com autismo. Das outras vezes em que eu tentei foi uma frustração, porque o jogo tem regras, a criança precisa entender primeiro a regra, não é só você colocar o jogo em cima da mesa e falar “joga”. Das vezes que eu tive uma estagiária, alguém para ajudar deu muito certo, mas fazer sozinha foi uma frustração, porque muitas vezes você dedica um grande tempo adaptando aquele material, achando que irá atender às necessidades da criança, e ela não consegue se concentrar.

6 – Qual disciplina é a mais fácil para adaptar?

A matemática, principalmente com as crianças da faixa etária que eu atendo já é comum a gente trabalhar com o que seria uma adaptação, com o lúdico, estratégias diferenciadas, contagem de elementos com palitinhos, então é mais fácil.

7 – Qual disciplina é a mais difícil?

Olha, eu acho que a mais difícil é na área de linguagem mesmo, principalmente Língua Portuguesa, que envolve as outras disciplinas também, porque envolver a leitura e o entendimento do conteúdo é muito mais difícil. No caso do primeiro ano temos dois desafios, o primeiro é fazer a criança ler e escrever, como estamos falando de crianças com Transtorno do Espectro Autista o primeiro já é esse, montar estratégias diferenciadas para

suprir essa necessidade dele, o segundo seria a compreensão desse conteúdo. Se a criança não lê e não escreve por alguma dificuldade, para ela compreender fica muito mais difícil. Na hora de adaptar precisamos ter estratégias, o primeiro passo é entrar em contato com a orientadora pedagógica e família. Dentro da escola, quem me daria um suporte maior para tentar pensar em algo para estes alunos é a orientadora pedagógica, então o primeiro passo é comunicá-la para que de repente a gente entre em um consenso sobre o que seria bom para aquele aluno e junto com a professora do AEE, que está ali para dar suporte para nós, porque ela é especialista. O segundo passo é conversar com família com informações técnicas, sentar e falar o que está percebendo em relação ao aluno, perguntar se já levou ao médico, levantar informações particulares, para que possamos ter dados suficientes para saber o que pode ser feito. Eu preciso primeiro conhecer o aluno para depois estabelecer estratégias, preciso de maiores informações para saber como ensiná-lo, nem sempre o que parece é, como eu não sou especialista às vezes eu imagino que indo por um caminho daria certo, e quando eu falo com essa mãe e ela me fala de outras situações anteriores eu vejo que o caminho não é por ali, e vou por outro caminho.

8 – Costuma flexibilizar ou adaptar as atividades?

Olha, todas as experiências que eu tive foram adaptações, no caso da última criança, que foi em 2019, por ser um grau leve que foi flexibilização, tanto é que ela avançou na hipótese de escrita, ela está no terceiro ano, lê, escreve, está acompanhando a turma. Há casos e casos para essa pergunta, há deficiências e deficiências, dependendo do grau de cada criança é a atitude que o professor deve tomar, de flexibilização ou adaptação. Em minha carreira, o que mais fiz foram adaptações, porque a maioria era grau severo. Para eu adaptar a atividade a gente volta no início da conversa, é muito importante que a criança estude aquilo que está sendo previsto para aquele ano, porque o que acontece muito na cabeça dos educadores é pensar assim: “aquela criança é deficiente e não vai conseguir aprender igual às outras, então vou fazer essa atividade que é mais fácil para ela”. Esquecem de levar em consideração as habilidades da BNCC, o planejamento de rede. No primeiro ano, a criança precisa aprender sequência numérica, de um a cem, um exemplo, então é tornar capaz, buscar meios para que essa criança consiga fazer a mesma coisa, levando em consideração todos os direitos de aprendizagem, isso é a dica primordial. Não é pegar uma criança que está no Ensino Fundamental e dar conteúdo da Educação Infantil, que é o que ela dá conta de fazer, é pegar o seu planejamento comum e torná-lo possível de realizar.

9 – Existe apoio para fazer a adaptação curricular para alunos com Transtorno do Espectro Autista?

As escolas da Rede têm as professoras do AEE, então as orientações que a gente tem é que quando recebe algum aluno da educação especial ela quem tem que dar esse suporte. Na verdade, quando o aluno chega para a gente, na maioria das vezes, ela já conhece, porque já é um aluno da escola. No meu caso é um pouco mais complicado, porque, como eu trabalho sempre com o primeiro ano, eu nunca sei quem serão os meus alunos, porque eles vêm da Educação Infantil e de diferentes escolas. Aí, no caso, nós que somos as professoras é quem identificamos e passamos as informações para a professora do AEE, e essa professora é quem faz a entrevista com a família, lida diretamente com os familiares no intuito de buscar informações e nos capacitar, nos orientar. Uma vez que levanta as informações, sentam a orientadora pedagógica, a professora do AEE e a professora regente para poder traçar as estratégias que serão adotadas para aquele aluno. O apoio que temos na rede é da professora do AEE.

10 – Na rede em que atua já houve algum curso voltado para adaptação curricular para alunos com Transtorno do Espectro Autista?

Eu não participei de nenhum, mas, se não me falha a memória, o que eu percebo é que a rede oferece sempre para as professoras do AEE e API, e elas são as porta-vozes disso, elas vão e depois propagam na escola.

11 – Você já fez algum curso para trabalhar com alunos com Transtorno do Espectro Autista?

Nunca participei, das vezes em que trabalhei com alunos autistas, sempre sou eu buscando por fora me informar, com os colegas da área e com o suporte da professora do AEE. Nunca fiz nenhum curso, a Educação Especial não é a minha área de interesse, tenho a formação básica e tudo que apliquei é aprendendo na prática e sempre com quem sabe mais, no caso as OP's, que estão ali para lidar com pedagógico, e com o suporte da professora do AEE, mas não é um desejo meu me especializar na área.

12 – Qual é a sua opinião sobre formação continuada?

Eu acho que a formação continuada é muito importante para o desenvolvimento do professor, e é o que capacita para que a gente coloque em prática tudo aquilo que precisa ser realizado. Eu acho que a rede em que trabalho é muito boa nesse sentido, oferece bastantes

cursos em diferentes áreas e sempre tem a oportunidade de crescimento. A gente só aprende buscando conhecimento e colocando em prática, não podemos ficar estacionados. Aprendi aquilo e vou fazer sempre, até porque cada aluno é diferente. Mesmo que eu não tenha feito uma pós, o professor busca meios porque quer atingir a sala toda.

13 – Com que frequência você faz atualizações profissionais?

Geralmente todos os cursos que a rede oferece, sempre que eu posso, eu faço. Agora, cursos mais longos, como especializações, pós, outras graduações comecei a fazer esse ano, mas cursos curtos, palestras, congressos, sempre que eu posso participo.

14 – Quais sugestões você daria aos professores que poderão receber, em algum momento de suas carreiras, alunos com Transtorno do Espectro Autista?

A minha sugestão é olhar para esse aluno com aquele olhar de empatia. Achar que ele vai aprender da mesma forma que os demais a gente não pode. É pensar naquele aluno como eu penso na minha sala toda, quando a gente faz o planejamento a gente pensa que quer atingir 100% e fazer de tudo para alcançar esse objetivo. Quando a gente olha para aluno da Educação Especial temos que enxergar que ele tem potencial e vai aprender sim, assim como todas as crianças, é no seu tempo, do seu jeito, mas ele consegue. É acreditar no aluno. Muitas vezes, eu acho que nós profissionais da área, principalmente, na maioria dos casos, as pessoas são assim como eu, só têm a formação inicial de Pedagogia, não são especialistas. Então, quando a gente olha para esse aluno especial que chega para gente, bate um desespero tão grande, é diferente, a gente não sabe como fazer, como lidar, pensa que ele não vai conseguir, e oferece o mínimo, acho que não pode ser assim, na sua totalidade temos que saber enxergar quais são as habilidades daquele aluno, o que ele tem para oferecer, o que é que gosta mais, para saber qual caminho pode ir. Acreditar é a palavra.

15 – Quais são as possibilidades que você vê para trabalhar com esses alunos?

Penso que, em termos de possibilidades é necessário analisar e fazer o que for possível para que o aluno aprenda. Refletindo sobre o momento em que passamos, a pandemia, não tem como não abordar a questão tecnológica, acho que a gente tem que colocar muito em prática tudo aquilo que aprendemos às duras penas. A parte tecnológica veio para ficar e acrescentar muito em nossa prática, eu não vejo mais um ensino que não utilize esses recursos tecnológicos, eles só vieram para agregar. No caso do aluno especial mais ainda, você pode trabalhar o som, o visual, o tátil, muitas coisas, uma possibilidade grande de recursos.

16 – Como você se sente ao ver o desenvolvimento desses alunos?

Fico muito feliz, é algo satisfatório. Perceber que a sua dedicação fez a diferença na vida de um aluno é o que vale a pena.

ENTREVISTA Participante 3

1 – O que você entende por currículo?

Currículo é aquela organização que indica o que precisamos trabalhar, as habilidades, as competências, é um norteador que vai traçar o rumo do nosso ano letivo, a gente vai dando conta das estratégias, vai ajustando o desenvolvimento das habilidades de acordo com o que a gente tem.

2 – O que é adaptação, na sua visão?

Adaptar currículo é ver a situação que o aluno está, o que ele já sabe ou não, pegar as habilidades e ir ajustando de acordo com o que o aluno precisa aprender, meio que fatia as habilidades, pega o traço maior para desenvolver com o aluno. Adaptar uma atividade, principalmente para Educação Especial, é entender que o aluno não dá conta de tudo, então pega a essência da habilidade e trabalha.

3 – Qual (quais) foi (foram) o (os) desafio (desafios) na hora de fazer uma adaptação curricular para alunos com Transtorno do Espectro Autista?

O desafio é, quando a gente está na sala com os alunos, tem mais de 29, então meu desafio é saber se aquilo realmente aquilo ia funcionar, porque quando a gente faz uma atividade adaptada a gente pensa naquilo que o aluno tem dificuldade, então sempre usa o apoio de uma imagem, uma letra maior, o espaçamento, uma intervenção momentânea, mas de repente aquilo que eu achei que o aluno ia entender está totalmente diferente, então é saber se essa adaptação vai funcionar, porque a dificuldade na adaptação é saber se ela será eficaz, porque às vezes para a gente está claro, mas na hora de aplicar surge uma outra situação e aí tem várias questões, por exemplo, aluno conversando na sala, para os meus alunos autistas já era, então se tiver barulho, criança conversando, eles se agitam, agitam mesmo, de ficar agressivo, então essa é a minha dificuldade, propor uma atividade boa e aí dependendo do meio em que eles estão ela não acontecer.

4 – O que já fez e deu certo?

O que dá muito certo com os autistas que eu trabalhei até agora é o método, estar tudo muito “organizadinho”, começar do pequeno e ir aumentando em espiral a dificuldade. Muitas vezes eles dão conta das atividades dos demais alunos, então é mais a intervenção e o apoio de material que os ajuda a entender.

5 – O que não dá certo?

O que não dá certo é, por exemplo, uma atividade sem apoio, sem imagem, sem material, sem vídeo explicativo, um desenho, a consigna pela consigna não dá certo, por mais que você fale, parece que não entra na cabeça deles.

6 – Qual disciplina é mais fácil para adaptar?

A matemática é mais fácil. A gente consegue usar mais material de apoio.

7 – Qual disciplina é mais difícil?

Eu acho Língua Portuguesa, aí usa o texto fatiado.

8 – Costuma adaptar ou flexibilizar?

Particularmente, dos que eu trabalho, é mais a flexibilização mesmo, não há necessidade de uma adaptação geral, é mais flexibilizar, mas pelas características dos meus alunos, adaptação mesmo é mais para Português, por isso que eu falei que é mais difícil, ciências, história, geografia, matemática, usando o apoio de imagem já é suficiente.

9 – Existe apoio para fazer adaptação? Como é esse apoio?

O apoio na verdade são as orientações da professora do Atendimento Educacional Especializado, todo começo de ano ela conversa, a gente lê o documento referente ao aluno e monta as atividades, depois passa pela revisão dela e nas outras semanas a gente vai fazendo sozinho. Para os alunos que precisam de mais apoio a professora especialista sempre está ajudando, ela não fica só no atendimento não, ela sempre está preparando material, pergunta para as outras professoras também.

10 – Na rede em que atua já houve algum curso voltado para a adaptação curricular para alunos com Transtorno do Espectro Autista?

Olha, estou na rede desde o final de 2015, não me lembro de ter participado disso não.

11 – Fez algum curso específico para trabalhar com alunos com Transtorno do Espectro Autista?

Curso não, eu leio, quando eu peguei a turma, sabia que teria aluno autista eu fui ler, conhecer a família, mas curso não fiz não.

12 – Qual é a sua opinião sobre formação continuada?

Para mim, a formação continuada é algo que atende a nossa necessidade naquele momento, naquele ano, então ela vai nortear o que a gente precisa priorizar, o que está bom, nos dar dicas de coisas para fazermos, entendo que formação continuada é atender às necessidades, além de trazer novas opções. Por exemplo, esse curso de gestão foi uma boa, apesar de eu não ter interesse de fazer agora o processo de especialista, mas acho que é interessante, inclusive o assunto que estamos tratando, lidar com aluno especial também, um curso assim seria muito importante, eu gostaria de participar.

13 – Com que frequência faz atualização profissional?

Faço mais cursos on-line, de alfabetização, de leitura, o último que fiz foi produção de texto. De acordo com o ano série que estou trabalhando vou fazendo os cursos, de 80, de 100 horas. Os cursos que eu faço são no Portal Trilhas, AVA MEC, um a cada seis meses, mais ou menos, por ano faço uns dois, três, geralmente faço cursos gratuitos, é muito bom.

14 – Quais sugestões você daria aos professores que poderão receber, em algum momento de suas carreiras, alunos com Transtorno do Espectro Autista?

Eu sugeriria assim, primeiro conhecer a família, conversar, saber as necessidades do aluno, não ir com tanta sede e não ir com pré-conceito de achar que autista não olha nos olhos, não toca, ai autista não sei o que, tratar como todos os demais alunos, sempre perceber as necessidades deles e resolver. Tem aluno que chora, faz birra e tem alguns que são mais tranquilos. Aprendi isso na prática, foi conhecendo os alunos, nunca batendo de frente. Eu busquei na verdade textos na internet, sites de famílias, foi ler um pouco, me ajudou a entender, algumas dicas funcionavam, foi mais no dia a dia mesmo que eu aprendi.

15 – Quais são as possibilidades para trabalhar com estes alunos?

Existem várias dicas que funcionaram foram falar baixo, olhar no olho, perguntar se quer ajuda, conversar com os demais da sala, que a gente tem um aluno especial e ele saber disso e ao mesmo tempo saber que é capaz, que os colegas estão ali para apoiar, essa é a postura

que a minha turma teve. A dica é que às vezes não dá certo mesmo, precisa parar e sair da sala, sempre prestar atenção na necessidade pontual, de repente agora ele não vai conseguir fazer mesmo, então o que eu tenho que fazer, ah, eu tenho que sair da sala, levar ele para tomar uma água. Tem a hora de insistir e às vezes tirar da sala, essas ações têm dado certo e os alunos avançaram muito.

Em termos de atividades, por exemplo, nas atividades de português, fui trabalhar a reescrita de conto, contos geralmente são longos e as crianças não recordam detalhes, então pegar imagens do conto, mostrar a sequência de maneira resumida, depois fazer a leitura, mostrar vídeo, perguntar se o aluno quer ouvir a leitura ou assistir o vídeo, geralmente eles querem ver o vídeo, depois parte para a escrita. Sempre explorar as atividades com o apoio de imagens.

16 – Como você se sente, ao ver o desenvolvimento desses alunos?

A gente se sente às vezes frustrada, não sabe se está dando conta, mas eu me sinto muito realizada, saber que eu fiz parte na evolução do estudante é muito gratificante. Aprendi muito, tudo que fiz trouxe aprendizado, que irei levar para a vida toda, não só com os alunos que têm necessidades especiais, como com os que têm dificuldades. Outra coisa é a parceria que tenho com os pais, eles confiam em mim, gostam, então estes alunos terminam o ano lendo, isso é gratificante, me sinto feliz e com vontade de aprender mais, porque a gente sempre tem algo para aprender.

ENTREVISTA Participante 4

1 – O que você entende por currículo?

Seria um norteador do meu trabalho, no qual eu tenho que estar adaptando, não só para o aluno da Educação Especial, mas para todos. Eu não venho como um limitador, é algo que sempre me traz de volta para o foco, para o objetivo final. No dia a dia, na nossa rotina, a gente tem o planejamento, cada aula é uma aula, às vezes acontece ali totalmente fora do que você planejou, o norteador me traz de volta para que eu reflita sobre a prática, sobre o resultado, então eu sempre sei assim onde eu quero chegar e como eu preciso chegar. É para que você não se perca mesmo, porque no dia a dia os desafios são muitos, o currículo te lembra onde precisa chegar.

2 – O que é adaptação, na sua visão?

Seria eu adequar, propor meios que eu consiga levar o aluno a esse resultado final. É uma

ação em que eu busque a melhor forma de tocar esse aluno, oferecer para ele a oportunidade de atingir os seus objetivos, o foco é a aprendizagem.

3 – Qual (quais) foi (foram) o (os) desafio (desafios) na hora de fazer uma adaptação curricular para alunos com Transtorno do Espectro Autista?

Primeiro que cada ano é totalmente diferente, cada aluno é diferente. Eu tive a experiência com três alunos autistas já, isso com laudo, às vezes encerra o ano e o aluno ainda não tem laudo, mas a gente vai trabalhando e adaptando. Com o laudo a gente consegue apoios para todos os desafios, porém, acredito que o maior desafio é não ter a formação, algo que ajudasse esse professor. Essa formação da Educação Especial deveria ser para todos os professores, porque todos os anos eu sempre tenho um aluno com necessidades especiais em minha turma. Outro desafio é quando não tem outros colegas para trocar informações sobre a Educação Especial. Tem muita formação sobre alfabetização e outras coisas, mas não da Educação Especial e a falta de outros professores para trocar informações é muito triste, então a gente vai fazendo um trabalho com base em acertos e erros, debruça na literatura, é o jeito. É como se a cada ano eu fizesse uma pós praticamente, vou atrás da literatura.

04 – O que já fez e deu certo?

O acerto é ter conseguido alfabetizar um aluno com Transtorno do Espectro Autista, fui conhecer o estudante, fui nas preferências, “escaneei” o aluno. Dois chegaram para mim sem a fala, tive que conhecer mesmo, pegar a família, extrair as informações ao máximo possível. Eu fiz as atividades com a “cara do aluno”, é personalizar mesmo. Fica muito evidente o resultado quando você conhece o estudante e personaliza as atividades.

05 – O que não deu certo?

Acho mais difícil a socialização mesmo, quanto mais vai aumentando o ano em que o aluno está fica difícil. O que eu consigo com certos alunos no coletivo é o que foi desenvolvido quando eles estavam lá no primeiro e segundo ano. O que eu critico muito é a exclusão, falam tanto de inclusão, mas na prova Brasil, por exemplo, existe praticamente uma campanha para que esses alunos não façam. A fala é que esses alunos podem desestabilizar a sala, então cadê a inclusão? A prova Brasil é uma coisa bem diferente, vem outro professor, não seria eu, então não sei como seria o comportamento, mas seria importante que esses alunos fizessem as provas também.

06 – Qual disciplina você considera mais fácil para adaptar as atividades?

Português e Matemática são tranquilos, português ainda ganha, mas eu acho que tomei gosto. Fiz adaptações que ficaram interessantes, inclusive na época da pandemia eu compartilhei todo o meu trabalho com os demais professores.

07 – Qual disciplina é mais difícil para adaptar?

Eu senti muita dificuldade de ensinar os conceitos, acho que ciências, alguns conceitos.

08 – Costuma adaptar ou flexibilizar?

Adaptar, porque flexibilizar eu entendo que é uma coisa mais simples, como eu faço personalizado é adaptação.

09 – Como você faz essa atividade personalizada?

Vou muito nos interesses do aluno, quando estou planejando eu meio que vejo a carinha dele, a satisfação, e quando aplico tenho essa devolutiva.

10 – Existe apoio para fazer essa adaptação?

Não, existe a fala só. Não há apoio, há críticas e por isso eu falo que é na tentativa, erros e acertos.

11 – Na rede em que atua já houve algum curso voltado para adaptação curricular para alunos com Transtorno do Espectro Autista?

Não.

12 – Você fez algum curso específico para trabalhar com esses alunos?

Não, eu busco na literatura como trabalhar, por isso que digo que é uma pós em cada ano, mas sem estar matriculada.

13 – Qual é a sua opinião sobre formação continuada?

Essencial. Eu faço a formação continuada, só que não é de forma acadêmica. Estou sempre lendo, estudando por conta própria.

14 – Com que frequência você faz atualização profissional?

Pela necessidade não sei como o professor sobrevive, porque os desafios vêm diariamente.

A atualização profissional é diariamente, e com a tecnologia não tem como falar que não dá para estudar, que não tem tempo.

15 – Quais sugestões você daria para os professores que poderão receber, em algum momento de suas carreiras, alunos com Transtorno do Espectro Autista?

Respire e abrace, porque não dá para você ficar naquela que, ai, não tem formação, ai, ninguém falou como fazer, então abrace. Eu nunca pensei em Educação Especial, não fiz estágio nessa área, nunca pensei que teria algum benefício, algo para mim, eu fui abraçando e fazendo. Eu falaria para jamais desistir, muitas vezes tem quem desiste sem nem entrar na sala. Pega a lista e na hora que vê desiste, não escute os professores anteriores que só falarão mal, não fique buscando justificativas, faça o seu melhor, porque esses alunos são os que mais precisam da gente.

16 – Como você se sente, ao ver o desenvolvimento de um aluno com Transtorno do Espectro Autista?

Hoje eu posso falar assim, tive o privilégio de pegar um aluno no primeiro ano e hoje vê-lo no quinto, ver a marca do que eu fiz, vejo que ganhei muito. Professor é assim, fica feliz ao ver os resultados.

ENTREVISTA Participante 5

1 – O que é currículo?

O currículo, na rede em que eu trabalho, é um norte a ser seguido pelos professores. Ele vem pronto, de uma maneira muito calculada, pelo tempo geral da turma, considera o tempo, é o que se espera que os alunos aprendam meio que de uma forma homogênea, que todos caminhem aprendendo as mesmas habilidades.

2 – O que é adaptação, na sua visão?

A adaptação na minha visão seria atender às necessidades daquele estudante com deficiência, no caso com TEA, essa seria adaptação de fato, mas na verdade a adaptação que a gente tem autonomia para fazer é muito limitada, porque não pode fugir do currículo daquele ano/série e muitas vezes o estudante que a gente recebe tem uma necessidade ainda muito diferente daquele currículo da série que ele está. Muitas vezes a gente tem essa clareza que as adaptações que temos a autonomia para fazer não atendem às necessidades daquele estudante. Por exemplo, nós podemos adaptar nas habilidades o verbo que consta, então se o

verbo exige um conhecimento mais aprofundado do estudante, como compreender um conceito e a gente percebe que o estudante ainda não tem repertório para alcançar essa habilidade da compreensão, a gente pode alterar o verbo para conhecer, então podemos dizer que a princípio irá conhecer e não compreender. Outra adaptação que é muito comum e que a gente mais tem facilidade em fazer é nas estratégias, então se para a turma o professor utilizou uma estratégia expositiva para o estudante com TEA pode colocar uma estratégia mais concreta, de manuseio de um material mais concreto, acrescentar um material audiovisual, essas são as adaptações mais comuns.

3 – Qual (quais) foi (foram) o (os) desafio (desafios) na hora de fazer uma adaptação curricular para alunos com Transtorno do Espectro Autista?

Vejo que os maiores desafios vão se apresentando à medida em que os anos vão aumentando, então nos anos iniciais as adaptações não são tão desafiadoras, porque, de uma forma geral, todas as crianças estão em processo de alfabetização e letramento matemático. Como o aluno com TEA muitas vezes tem um tempo diferente de adquirir essa habilidade de alfabetização e letramento matemático, vai se criando uma distância entre o que ele já consegue fazer sozinho, lê e compreende, e consegue. A partir do terceiro e do quarto ano esses desafios vão aumentando, porque a distância entre o conhecimento deles aumenta, vai se criando um vácuo muito grande entre o que o aluno com TEA já sabe, tem autonomia, e a turma dele já tem. Os desafios maiores são do terceiro ano em diante, principalmente com aqueles que não concretizaram o processo de alfabetização e letramento matemático. Outro grande desafio que estou percebendo e também tenho muita dificuldade para realizar, para o estudante que tem TEA e a comunicação muito comprometida, é a medida em que, apesar de concretizar a alfabetização, ele não consegue a compreensão do que lê, diferente dos demais em que uma conversa, explicação do professor resolve, o fato do aluno com TEA que não tem essa comunicação a intervenção do professor não funciona. Então, o desafio é encontrar estratégias para verificar se o aluno compreendeu e à medida em que os anos vão aumentando os textos vão ficando mais complexos, então fica mais difícil para esse estudante que tem TEA mostrar para gente o que compreendeu e não compreendeu.

4 – O que já desenvolveu e deu certo, e o que não deu certo?

Tenho dois estudantes com TEA, são alfabetizados, só que um se comunica e um não. Esse que se comunica oralmente, está no quarto ano. A mediação durante a leitura de uma história foi suficiente para que ele depois respondesse algumas perguntas por escrito sobre a história.

Quando deixei ele ler sozinho e propus as perguntas ele não atingiu os objetivos. No outro dia eu repeti a história, fiz mediação e ele atingiu os objetivos. Já com o outro estudante ele não atingiu. É um exemplo de uma mesma estratégia desenvolvida que com um funcionou e com outro não. Para o que não se comunica eu preciso utilizar imagens, questões muito objetivas, e apenas duas opções de respostas. O aluno que não se comunica não produz resposta, ele identifica as respostas com o apoio de imagens.

5 – Qual disciplina é mais fácil para fazer a adaptação?

Eu acho que a mais fácil, mas isso depende dele já estar lendo e escrevendo, são as disciplinas de Língua Portuguesa, de História, Geografia, porque elas tem apoio no texto escrito, na imagem, pode ter apoio audiovisual, então com essas disciplinas é mais fácil fazer as adaptações.

6 – Qual disciplina é mais difícil para fazer a adaptação?

A disciplina Matemática é um grande desafio porque ela envolve um raciocínio interno que a gente não tem esse controle, porque ele nem sempre se comunica, então a gente não consegue saber até que ponto ele está conseguindo fazer esse raciocínio matemático sem que consiga registrar para gente, e nem tudo na matemática conseguimos transformar em imagens, é muito difícil conseguir imagens para mostrar as operações. As operações simples a gente até consegue, mas quando vai para uma potenciação, raiz quadrada, é mais difícil, demanda um trabalho muito grande. Uma atividade que você proporciona para ele em um dia leva muito tempo de preparo.

7 – Você costuma fazer adaptação ou flexibilização?

Acredito que a gente faça os dois, flexibiliza a habilidade e adapta a atividade, dependendo da necessidade daquele estudante.

8 – Existe apoio para fazer adaptação?

O professor da rede tem o apoio do professor do AEE, para dar sugestões, ideias, tem apoio limitado na flexibilização das atividades e a gente pensa no apoio do recurso humano mesmo. Seria o apoio desde adaptar a atividade e preparar os materiais, esse aluno com TEA precisa de um material preparado para ele, esse apoio não tem, muitas vezes depende só do professor e isso leva muito tempo. Um vídeo, por exemplo, o professor precisa assistir inteiro e muitas vezes está sozinho, esse recurso humano para dar suporte seria interessante.

09 – Na rede em que atua já houve algum curso voltado para adaptação de currículo para crianças com Transtorno do Espectro Autista?

Nenhum curso com foco na adaptação das atividades e flexibilização de currículo, o que já tivemos foram palestras falando sobre as características do Transtorno do Espectro Autista, mas falando mesmo de como trabalhar na prática, no dia a dia com esse estudante, até agora nenhuma.

10 – Fez algum curso para trabalhar com alunos com Transtorno do Espectro Autista?

Não.

11 – Qual é a sua opinião sobre formação continuada?

Eu acho que ela é extremamente necessária, tem que acontecer, porque nem todo professor tem essa busca individual, tanto por questões financeiras, questão de tempo, só que tem que ouvir os professores. Uma formação continuada que vem sem ouvir os professores não atende as necessidades. O que a gente vê é que essa formação vem fechada, pronta. Mas e a necessidade que a gente tem no dia a dia? Que nos dá medo, nos preocupa, dá a sensação de trabalho não realizado. Penso que precisa ouvir os professores, quem está no chão da sala de aula.

12 – Com que frequência você faz atualização profissional?

Tenho feito de forma constante, fiz uma formação em Atendimento Educacional Especializado e depois entrei no mestrado. Cursos rápidos ainda estão muito difíceis, porque, todos eles são pagos, têm um custo elevado e eu priorizei a especialização e o mestrado.

13 – Qual sugestão você daria aos professores que poderão receber, em algum momento de suas carreiras, alunos com Transtorno do Espectro Autista?

Procurar entender o autismo, saber quais são as principais características, mas conhecer o próprio aluno, não se prender ao laudo dele e tentar entender como ele se comunica, aprende, dentro das possibilidades, tentar da melhor forma possível atendê-lo, mas não tem uma receita, a gente tem que ter muita disposição para atender esse estudante, ele nos tira da zona de conforto, é preciso se preparar para isso.

14 – Quais são as possibilidades de trabalho com esses alunos?

Acho que é possível e importante fazer, inserir na rotina escolar, isso é possível, porque muitos alunos com TEA não são nem inseridos, isso é possível, porém trabalhoso, é um trabalho que pode durar uma semana, mas pode durar seis meses, e ele necessita de persistência, maior que a do estudante, é possível fazer isso, mas dentro das possibilidades dele. Esse aluno com TEA tem um limite de tempo, de aceitação também.

É possível oferecer o acesso ao conhecimento de forma adaptada, mas vai exigir do professor uma grande demanda de trabalho, inseri-lo na rotina, fazer com que tenha postura de estudante, oferecer-lhe o currículo de forma adaptada.

ENTREVISTA Participante 6

1 – O que você entende por currículo?

Para mim é o mínimo básico que você precisa acessar, é algo que vai nortear para excitar numa atividade. Acho muito complicado quando a gente começa a colocar um currículo muito geral, por exemplo, a prefeitura adota um currículo estadual e muitas vezes acaba desconsiderado o local, o específico, aquele contexto. Acredito que seja importante, porém, precisa ter muito cuidado. Agora, por exemplo, temos a matriz da SEC, então acho mais viável, você tem um currículo geral do Estado, uma ideia de onde transitar e tem um material mais específico. Acho que vai muito da maturidade e gestão de quem está à frente. O currículo é necessário, importante, mas não pode ser algo que amarra, você saber o que é e ter autonomia para criar a partir do seu contexto é o ideal.

2 – O que é adaptação curricular, em sua visão?

Adaptação é você ver onde o aluno está, quais habilidades já adquiriu, ver o contexto da sala, da escola e vai levando o aluno a atingir as habilidades.

3 – Qual (quais) foi (foram) o (os) desafio (desafios) na hora de fazer uma adaptação curricular para alunos com Transtorno do Espectro Autista?

Aí a gente senta e chora né, é muito difícil, porque a gente não recebe orientação sobre especificidades sobre cada síndrome. Dentro da escola em que eu atuo existe um grande número de crianças com necessidades especiais, você não conhece as particularidades e o professor especialista tem pouco tempo com eles. Há algum tempo atrás eu precisei me impor para que as aulas fossem dobradinhas e favorecessem pedagogicamente os alunos, ainda assim, tenho somente duas horas aula semanais, dentro dos 100 minutos há uma série

de fatores e perdas, o tempo pedagógico é pequeno. Cada uma dessas salas tem um ou dois alunos com necessidades especiais. Como eu trabalho com os alunos do primeiro ao quinto ano, vou trabalhando. Quando a gente questiona o que fazer com determinado aluno, nos informam que seremos orientados. Temos contato com a professora da Educação Especial poucas vezes no ano, então a gente vai elaborando as atividades a médio e longo prazo, até ver como reage na sala. Há algumas síndromes que o aluno não consegue ficar muito tempo dentro de sala de aula, além disso, há alunos que ficam pouco tempo na escola, porque o currículo é adaptado e ele fica menor tempo na unidade. Atualmente mesmo, tenho aluno que vai embora no horário da minha aula. Não existe a preocupação com as aulas de Artes. Este fator me desmotiva e muito, não é melindre. No começo eu acabava discutindo, batendo de frente. Não me desmotiva a trabalhar, porém, não consigo chegar ao aluno.

4 – O que já fez e deu certo?

Uma que eu gostei muito foi quando estava trabalhando com uma atividade articuladora, então escolhi o quadro O grito. Os alunos gostam muito por causa da expressividade. Nisso trabalhei a expressão facial, a emoção do artista, mostrei o trabalho do Murch, claro que não trouxe o contexto histórico, e fui fazer a fotografia deles. Montei um fundo colorido e eles podiam pensar numa emoção e achei que ele estava completamente disperso, achava que ele não iria participar, por ser muito subjetivo; porém, deixei para ver até onde iria para ver como iria interagir e quando foi o momento dele fotografar ele foi correndo até o painel e por incrível que pareça ele fez as expressões e eu fiz as fotos, fiquei encantada, porque ele entendeu o que eu estava propondo, isso foi muito bacana.

5 – O que não deu certo?

Cada aluno é muito específico, mas algo que não deu muito certo foi num dia em que eu estava fazendo grafismo nas mãos dos alunos, ele chegou tão rápido à mesa e derrubou as tintas.

6 – Qual atividade é mais fácil adaptar?

Colorindo é mais fácil, com pincel, pintura, colagem.

7 – Qual atividade é mais difícil adaptar?

Acredito que seja Artes Visuais, acho que a representação gráfica é mais difícil, ele colocar o sentimento, a ideia dele por meio do desenho. Existe a ideia de que nas Artes Visuais

tenha que saber desenhar, mas não é isso que a gente espera, e sim que o aluno consiga se expressar. Teatro também, acho difícil para o autista fazer a representação do sentimento.

8 – Costuma adaptar ou flexibilizar as atividades?

Acho que são mais flexibilizadas que adaptadas. Algumas coisas só que preciso adaptar. Para alguns alunos eu só flexibilizo. O aluno às vezes não participa da produção, porém participa oralmente. As aulas são estruturadas em três eixos e é possível que o aluno participe de uma parte da atividade. A maioria das atividades passam por uma adaptação, outras por flexibilização, e algumas, somente diagnósticas. Depende muito do aluno também, porque tem alunos que não aceitam atividades adaptadas, querem atividades iguais a dos colegas, porque têm entendimento. Tem muita descoberta no momento.

9 – Existe apoio para fazer adaptação curricular?

Poucas são as orientações, mas vejo colegas que relatam sucesso e que recebem orientações. Não sei se o professor fica com medo de ser questionado. Se essa orientação existe não é compartilhada, não vejo sistematicamente uma preocupação da escola em partilhar as conquistas dos alunos, as habilidades que já estão adquirindo.

10 – Na rede em que atua já houve algum curso voltado para adaptação curricular para alunos com Transtorno do Espectro Autista?

Não lembro, estou na rede há 20 anos. Atuo nessa escola desde 2008. [...] (trecho suprimido para garantir o sigilo da fonte – evitando a possível identificação). Chegando na escola procurei saber como era o trabalho com esses alunos, quando vinha assessoria acompanhava e houve muitos melindres. Fui conhecendo o trabalho, e com conhecimento da SEC, as professoras das salas de recursos apresentavam para os demais professores o que essas crianças já atingiram, houve uma grande mudança nisso, porque afetividade na Educação não é colocar o aluno no colo, há confusão em relação aos conceitos de Wallon. Lá atrás não tínhamos um número muito grande destas crianças, e na época tinha uma cultura na comunidade que essa escola acolhia melhor esse público.

11 – Fez algum curso específico para trabalhar com esse público?

Sou formada em psicopedagogia porque eu sentia muita dificuldade, e ela não é de agora, já era muito intensa. Entrei na rede em 2000, em 2001 eu fiz a pós. Essa discussão sobre as dificuldades com os alunos especiais era bem menor do que existe hoje, vem avançando

muito nos últimos anos. Essas dificuldades acredito que seja mais local do que enquanto rede. Quando eu entrei na Rede fui lidar com essa realidade e fui fazer a psicopedagogia para entender o contexto, depois fui fazer violência doméstica, porque tinha alguns casos que eu conhecia então fiz uma especialização para entender esse contexto.

12 – Qual é a sua opinião sobre formação continuada?

Não consigo imaginar nenhum profissional, mas principalmente o professor, se ele não estiver estudando. Não tem como, o professor, ou ele gosta de estudar e estuda a sua realidade e vai buscar formação para suprir aquilo, ou só é um passador de conteúdo, e vai sofrer. O professor que não consegue perceber que ele tem que estudar a sua realidade e buscar teoria para completar, alimentar, nutrir, vai sofrer, porque não vai conseguir trabalhar em sala, terá problemas de indisciplina, porque a gente tem problema de indisciplina na sala, é óbvio, mas, se o professor não souber exatamente o que está fazendo, terá mais problemas de indisciplina, eu acho que ele vai sofrer, eu também sofria. No momento em que eu entendi que eu tinha que estudar a minha sala de aula, os alunos, e buscar na teoria esse apoio, as coisas começaram a mudar, aí eu fui fazer mestrado em Desenvolvimento Humano, já queria fazer uma coisa muito louca que era a escola num tripé, que é a escola, o aluno e a família. Quanto mais o tempo passa, eu acho que são três partes isoladas. O papel da escola é intervir na comunidade, melhorar, se não consegue mudar para melhor, não está fazendo o seu papel. Depois do mestrado eu fui para o doutorado e discuti conselho de classe e conselho de escola, discutindo qual é a função de um conselho.

13 – Com que frequência costuma fazer atualização profissional?

Eu entrei na rede em 2000, fiz Artes Plásticas e fiquei sabendo que era para ser professora no segundo ano de faculdade, porque eu achava que estava fazendo um curso de Artes, aí que eu me toquei que tinha licenciatura e era para dar aula. O curso de Artes Plásticas não me formou em nada, mal conheci alguma coisa de Piaget, quando comecei realmente a dar aulas senti necessidade de me aprofundar. Em 2000 fiz a psicopedagogia, fiz três anos de Pedagogia, especialização em violência doméstica, o mestrado, fiz o curso de pró-gestão quando estava na equipe de liderança e em 2018 concluí o doutorado. Em 2019 recebi o convite para fazer o pós-doc em Portugal, não fui por questões pessoais, depois veio a pandemia e eu parei. Agora estou fazendo um curso de Teologia, por satisfação pessoal.

14 – Qual sugestão daria para os professores que algum dia poderão receber alunos com

Transtorno do Espectro Autista?

A sugestão é se envolver e não esperar, não adianta esperar de ninguém, é preciso procurar. O professor precisa ser um pesquisador da sua realidade. Os alunos com necessidades especiais estavam em minha mira, no meu percurso profissional, os que não têm necessidades especiais possuem outras necessidades, há transtornos psíquicos, afetivos – por causa da realidade familiar dele, porque sofre violência, a autoestima não é valorizada, então eu sempre tive inquietações e busquei na academia um apoio, no teórico. Precisa fazer esse movimento, da sua inquietação interna, pesquisar a sua realidade, na academia, ir buscar uma publicação. Quem realmente está motivado a entender aquela situação é você, e não o outro. Ou o professor é inquieto em conhecer a sua realidade, ou não é professor.

15 – Como você se sente ao ver o desenvolvimento desses alunos?

Satisfação, sentimento de dever cumprido.

ENTREVISTA Participante 7

1 – O que você entende por currículo?

Currículo, no meu entendimento é o conjunto de documentos que são direcionados a finalidades educacionais, para conhecer os detalhes que são necessários para se desenvolver um bom trabalho.

2 – O que é adaptação, em sua visão?

A adaptação seria você fornecer um material específico para que seja trabalhado com uma clientela com necessidades diferenciadas das crianças ditas “normais”, que são atendidas no meio educacional.

3 – Qual (quais) foi (foram) o (os) desafio (desafios) na hora de fazer uma adaptação curricular para alunos com Transtorno do Espectro Autista?

Primeiro, o desafio é você trabalhar um currículo para uma criança que você não conhece. Eu trabalhei com uma criança de segundo ano, ela já veio junto com as demais. Então você mal conhece a criança, o jeito de ser dela, como é a convivência com as pessoas, se ela se deixa aproximar em relação ao professor e as demais crianças da sala. Isso é um fator que dificulta você montar uma programação para ser trabalhada de forma mais efetiva, porque não tendo um contato prévio é difícil, vejo como uma dificuldade grande, porque você vai trabalhar com uma hipótese, se a criança vai conseguir fazer ou não, isso para mim é um

grande desafio. Elaborar uma sequência curricular para criança que você não conhece direito. Depois de um certo tempo que você consegue sentir como ela se comporta e interage a dificuldade maior é fazer com que ela se integre com as demais. A criança autista tem um mundo próprio, particular, é difícil para ela sair daquela rotina, se deixar influenciado pelas atividades com outras crianças, e em trabalho de sala de aula fica complicado você conseguir fazer com que naturalmente as demais crianças se aproximem dela, porque as demais crianças não têm o amadurecimento, discernimento para entender porque o coleguinha, que é autista, se comporta de um jeito diferente, então isso é uma dificuldade muito grande, fazer esse trabalho de interação, fazer com que brinquem juntos, façam as atividades juntos, conversem, as conversas próprias da criança. Muitas crianças autistas têm um vocabulário bem restrito, eu trabalhei com crianças que falavam pouquíssimo, ou então criança seletiva, que falava com a estagiária, mas não falava comigo, com um coleguinha só da sala, mas não falava com o restante. Essa questão da interação da criança eu vejo que é uma dificuldade para gente que não tem uma preparação específica, um conhecimento bem detalhado, aprofundado sobre o TEA.

4 – O que já fez e deu certo?

Quando eu trabalhei com uma criança, vou usar essa criança que me chamava bastante atenção, atividade que envolvia música era muito atrativa. O que me chamou mais atenção foi uma vez que eu ofereci para as crianças uma série de ginástica rítmica e levei vários elementos para trabalhar com eles, arco, fita, bola, essa criança pegou uma fita, se encantou e não soltava por nada, sendo que era um elemento mais específico, que geralmente chama mais a atenção das meninas, a música de fundo e o elemento para essa criança foi de um encantamento tão grande que eu tinha que levar a fita em várias aulas. Fiz fotos da criança brincando com a fita, mas com um detalhe, sempre no mundinho dele, nunca com outras crianças. Eu colocava músicas clássicas de fundo e deixava rolar as atividades. Outra coisa que toda aula ele pedia e com o passar do tempo eu fui tirando era o túnel, porque eu percebi que ele estava restringindo às aulas de Educação Física a apenas brincar. Era um túnel com um arco e tecido, ele passava e voltava, quando um dos coleguinhos se prontificava a brincar com ele, ele apontava o outro lado do túnel, só brincava com uma única criança.

5 – O que já fez e não deu certo?

A dificuldade maior de trabalhar com a criança autista é trabalhar com as atividades que precisam de agrupamento, isso para eles era muito difícil, porque saía da rotina. Se ia dar um

jogo, por exemplo de queimada, ele ia para tal grupo e de repente saía e voltava a brincar com o túnel novamente. Atividade coletiva é um desafio muito grande, a tendência é eles se ausentarem da atividade. Tem que ter um jogo de cintura muito grande, para não deixar a criança fora da aula e fazer com que as demais entendam que aquela criança é pertencente daquele grupo.

6 – O que é mais difícil para fazer adaptação?

Jogos coletivos, é o mais difícil de fazer adaptação, porque você vai trabalhar com ele, mas como é uma atividade coletiva você vai precisar de outras crianças, e se não houver ali uma comunicação, aceitação das diferentes habilidades ali no momento, se não houver interação nem as outras realizam a atividade com prazer e nem a criança autista se deixa influenciar pelas outras.

7 – Qual seria mais fácil?

Para mim, em meu caso, acredito que seja atividades rítmicas e expressivas, no caso das crianças com o autismo são atividades que você consegue um desenvolvimento melhor, porque são atividades que na maioria das vezes o desenrolar da atividade é individual, cada criança faz a atividade no seu ritmo, no seu tempo, faz o seu movimento, com ou sem música.

8 – Costuma fazer adaptação ou flexibilização?

Na maioria das vezes eu fazia mais a flexibilização, porque todas as crianças ali, elas, independente do autismo, elas precisam que você esteja fazendo, oferecendo atividades, então flexibilizar torna mais fácil, principalmente quando se trata de aulas práticas, movimentos corporais. Não tem como mudar o movimento, o aluno tem o Transtorno, mas se não tem outra necessidade especial não tem motivo para adaptar e sim só flexibilizar.

9 – Existe apoio para fazer adaptação?

Na verdade os professores de Educação Física tiveram um curso de capacitação para trabalhar atividades esportivas com crianças com deficiências, foi um curso muito bom, aprendemos bastante coisas, mas foi um curso sobre deficiência em geral, não voltada para a criança com autismo.

10 – Fez algum curso para trabalhar com crianças com Transtorno do Espectro Autista?

Um curso voltado para isso eu não recebi, infelizmente. Percebo que as escolas têm recebido cada vez mais não só as crianças autistas, e nós professores temos dificuldades, como proceder, às vezes você toma uma atitude e depois reflete se agiu corretamente. Sempre fica uma dúvida, porque não temos a capacitação ideal para trabalhar com estas crianças em sala de aula. Curso mesmo eu não fiz, eu procurava ler bastante sobre as características, comportamento, para poder oferecer o melhor possível para a criança, estudava por minha conta para tentar alcançar aquela criança.

11 – Qual é a sua opinião sobre formação continuada?

A formação continuada é essencial para um profissional da Educação, não só professor, porque abre novas possibilidades, novos aprendizados, novos saberes e faz com que você mude. A cada vez que você tem uma formação, que é oferecido para ti novas propostas, novas metodologias de trabalho, você vai procurar desenvolver dentro da sua competência o que conseguiu tirar de melhor dessa formação. Ela é essencial para qualquer profissional que esteja dentro da área da Educação, porque está formando o cidadão, e ela deve ser oferecida de fato.

12 – Com que frequência realiza atualização profissional?

O que eu fazia era o seguinte: tínhamos nossas reuniões específicas e sempre os coordenadores davam dicas de cursos on-line, fiz muitos cursos da plataforma Impulsiona, era muito prazeroso participar porque eram atividades com coisas tão simples e às vezes eu parava e pensava, puxa, porque eu não pensei nisso antes. Sempre busquei me aprimorar. Quando eu fiz a psicomotricidade também me deu uma base bem interessante para trabalhar com as crianças.

13 – Quais sugestões você daria para professores que poderão receber alunos com Transtorno do Espectro Autista?

É difícil dar sugestão, porque não temos uma fórmula mágica para dizer faça isso que dá certo, é difícil trabalhar com eles. Quando você se depara com uma criança autista, é o que eu fazer agora? Porque não estamos preparados, principalmente os professores mais jovens. A sugestão então é busque ler sobre o Transtorno, as características, busque a parceria da família, porque é a família que irá lhe trazer muitas informações que poderão lhe ajudar na hora de montar uma adaptação curricular, flexibilização de atividade, então seria buscar informações a respeito daquela criança, isso é muito interessante para favorecer o trabalho

do professor.

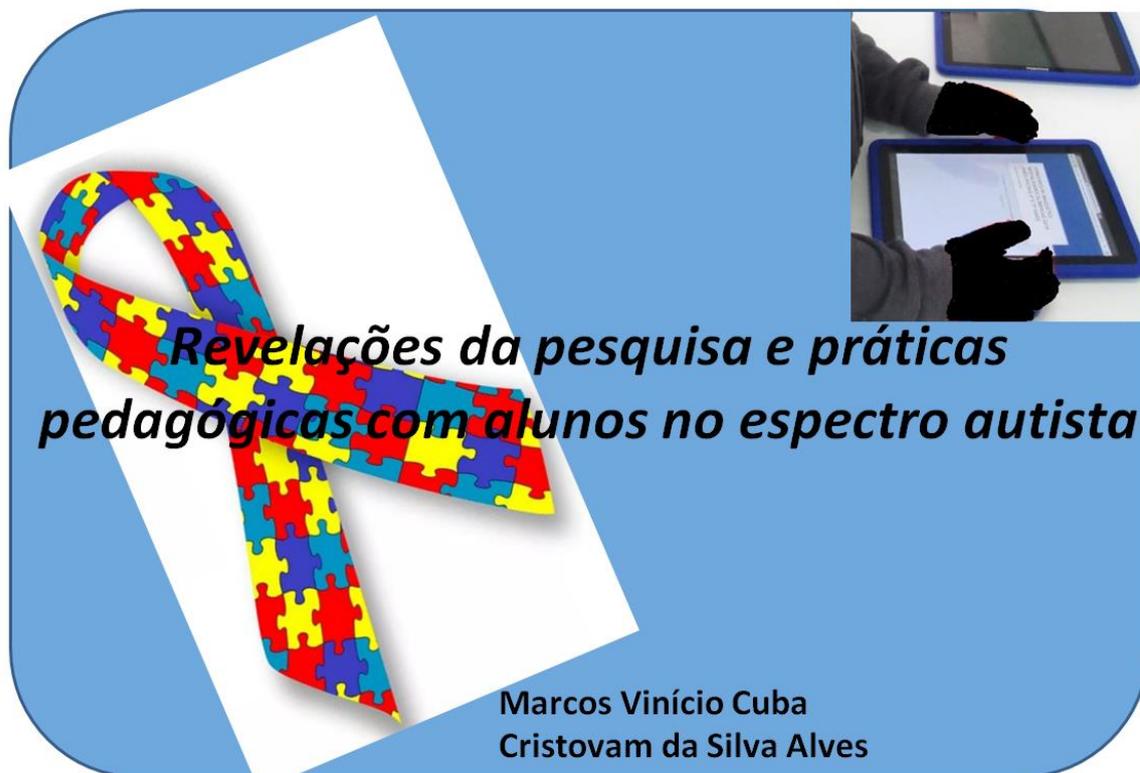
14 – Quais são as possibilidades para trabalhar com esses alunos?

Eu tinha umas tiras de tule, quando colocava alguma brincadeira de roda, jogava o tule para o alto para trabalhar ritmo, tempo, então a criança fica naquela rotina e aceita melhor. Um jogo, por exemplo, vamos usar uma queimada, que é bem tradicional e conhecido. Ela tem que mudar de direção toda hora, uma hora está correndo, outra está pegando a bola, fugindo, num determinado momento a bola acertou nela, e fica e agora? Onde eu vou? A criança com autismo precisa de uma rotina e na atividade de um jogo a rotina é quebrada o tempo todo, cada hora exige uma ação. Numa atividade rítmica, quando você elabora, por exemplo, uma simples coreografia a criança fica naquele movimento.

15 – Como você se sente ao ver o desenvolvimento desses alunos?

O sentimento é de satisfação. Aí perceber que o aluno evoluiu, mesmo que um pouquinho, dentro de suas limitações, a gente se sente eufórico, com sentimento que todo o esforço e empenho valeram a pena. Ver um aluno progredindo é um presente. Um pouquinho, a cada temporada e assim a evolução acontece, mesmo lentamente, mas essencial.

APÊNDICE E - E-BOOK



Revelações da pesquisa e práticas pedagógicas com alunos no espectro autista



MESTRADO
PROFISSIONAL
EM EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ



AGRADECIMENTOS

Muito obrigado ao Criador do mundo, por me dar forças e colocar exemplos em meu caminho, ensinar que o tempo é um mestre e que com humildade muitas portas vão se abrindo.

Na jornada desta etapa de estudos de mestrado há muitas pessoas às quais serei eternamente grato. Acreditar na Educação como fator de transformação social é o que impulsionou esta pesquisa.

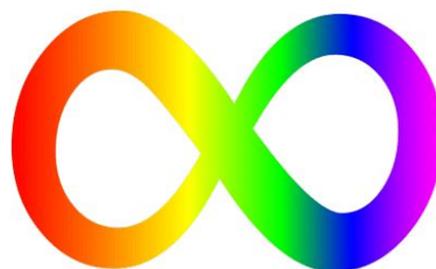
Gratidão aos anjos que marcaram presença em minha vida, em primeiro, às participantes desta pesquisa, sem a valorosa contribuição - desde às entrevistas ao fornecimento de fotos das atividades, à minha família; muito obrigado à Sônia Matias, pela revisão, aos amigos do curso e ao professor doutor Cristovam da Silva Alves, que me acolheu e com muita generosidade me ajudou nesta caminhada.

03



ÍNDICE

AUTORES	05
INTRODUÇÃO	06
A PESQUISA	07
Objetivos e metodologias.....	09
Delimitação do estudo	11
Resultados/Discussões	12
AUTISMO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS	18
ADAPTAÇÃO CURRICULAR E OS DESAFIOS.....	25
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS	26
SERVIÇOS NO MUNICÍPIO.....	33
CONCLUSÃO	34
REFERÊNCIAS	36



04



AUTORES

Doutor em Educação: Psicologia da Educação pela PUC/SP. Mestrado em Educação: Psicologia da Educação (PUC/SP). Graduado em Ciências com Habilitação em Biologia (Bacharelado e Licenciatura) pela Universidade de Mogi das Cruzes/SP (1983) e em Pedagogia (Licenciatura) pela Universidade Camilo Castelo Branco/SP (1986). Atualmente é professor permanente no Mestrado Profissional em Educação da Universidade de Taubaté – MPE/UNITAU. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Formação de Professores, atuando nos temas: formação inicial e continuada de professores, identidades, desenvolvimento profissional, profissionalidade e pesquisa colaborativa. Orientador do mestrando Marcos Vinício Cuba, coautor desta produção.



Cristovam da Silva Alves



Marcos Vinício Cuba

Mestrando em Educação pela Universidade de Taubaté. Especialista em Métodos e Técnicas de Ensino pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Gestão Escolar pela Faculdade Dom Alberto, Libras pela Universidade Barão de Mauá, Administração e Marketing pela Escola Superior Aberta do Brasil (ESAB), graduado em Comunicação Social – habilitação em Jornalismo pela Unifatea, licenciado em Língua Portuguesa pela Faculdade Dottori, graduado em Educação Artística pela Faculdade Santa Cecília (FASC) e Pedagogo pela Universidade Virtual do Estado de São Paulo (Univesp).

05



INTRODUÇÃO

Este e-book é resultado de um processo de pesquisa realizado no Mestrado Profissional em Educação da Universidade de Taubaté. O estudo debruçou-se sobre as possibilidades da adaptação curricular para alunos com Transtorno do Espectro Autista, matriculados nos anos iniciais, em uma escola da região Metropolitana do Vale do Paraíba, nos anos de 2018 e 2019. O ano de 2020 não foi considerado devido à pandemia, pois, os alunos ficaram afastados do ambiente escolar.

Este produto técnico foi desenvolvido após realizar entrevistas com sete professores dos anos iniciais. A produção das informações ocorreu por meio do Google Meet, devido à pandemia da Covid-19. As entrevistas tiveram entre 1 hora e 1h30 minutos de duração. A análise utilizou como ponto de partida as produções de Bardin (1977) e Franco (2008).

Neste e-book o leitor irá encontrar uma síntese da pesquisa, informações relevantes sobre as políticas públicas voltadas às pessoas com Transtorno do Espectro Autista, possibilidades e estratégias pedagógicas com este público.

06



A PESQUISA

O objetivo geral desta pesquisa foi investigar os desafios e as possibilidades de adaptações/adequações curriculares apontadas pelos professores de alunos no Espectro Autista (TEA), matriculados nos anos iniciais do Ensino Fundamental de uma rede municipal, entre os anos de 2018 e 2019, em um município da região Metropolitana do Vale do Paraíba. A abordagem utilizada foi qualitativa, tendo como participantes sete professores que tiveram em suas salas de aula alunos no Espectro Autista, o critério para seleção foi quem teve este perfil de estudantes entre anos de recorte.

Os instrumentos de produção de informações foram questionário do perfil sociodemográfico, realizado de forma on-line, análise documental e entrevistas semiestruturadas, também por meio do Google Meet. Os dados encontrados foram submetidos à análise de conteúdo, considerando o uso do mesmo léxico nas respostas e o contexto, explorando os apontamentos de Bardin (1977) e Franco (2008).

07



O referencial teórico abarca os conceitos de educação inclusiva, políticas públicas, autismo, currículo, adaptação curricular, formação docente contínua, a legislação vigente, publicações de Mantoan (2015), Melo (2005), Nóvoa (2000, 2002 e 2017), Tardif (2000 e 2010), Teixeira (2013 e 2016), entre outros.

Os resultados apontaram que a formação docente contribui de forma efetiva no processo de adaptação curricular para os alunos no Espectro Autista. Revelou como possibilidades o estabelecimento de rotinas, o uso da tecnologia, música e a aproximação com o aluno. Além disso, mostrou que o maior desafio é a falta de formação e apoio na hora de adaptar o currículo.

Faz-se necessário o desenvolvimento de novas pesquisas sobre a temática, visando o pleno desenvolvimento do discente e do docente, que está em processo de formação constante para atender as demandas que se apresentam nas escolas.

08



Objetivos e metodologias

A pesquisa teve como objetivo geral investigar os desafios e as possibilidades de adaptação curriculares apontadas pelos professores de alunos com TEA, matriculados nos anos iniciais do Ensino Fundamental entre os anos de 2018 e 2019.

Os objetivos específicos elencados foram conhecer os fatores que dificultam ou que facilitam as ações dos professores para adequar o currículo de seus alunos com Transtorno do Espectro Autista. Identificar as estratégias utilizadas para enfrentar os desafios que se apresentaram. Conhecer as possibilidades pedagógicas utilizadas pelos docentes no ensino de alunos com TEA, matriculados em sua sala de aula nos anos iniciais do Ensino Fundamental entre os anos de 2018 e 2019.

Por fim, elaborar um e-book que revele as alternativas e estratégias pedagógicas produzidas, utilizando os resultados das entrevistas e também com imagens das atividades produzidas pelas professoras.

Em termos metodológicos trata-se de uma pesquisa do tipo exploratória, como afirma Gil (2002), com caráter qualitativo. Esta concepção leva em consideração o que os participantes revelam, considerando os aspectos verbais expostos, os quais são organizados e categorizados para interpretações pessoais.

09



A proposta foi utilizar várias metodologias para chegar aos resultados objetivados da pesquisa. Entende-se como questões metodológicas três modos, onde Lakatos (2003) diz que são a pesquisa bibliográfica, contatos diretos e pesquisa documental.

Segundo Gil (1999), a pesquisa bibliográfica exhibe um contato maior com o caso escolhido, aprimorando e construindo as hipóteses de maneiras mais palpáveis, pois, o levantamento bibliográfico vem de projetos já publicados, por este viés, fez-se a leitura de pesquisas correlatas, produzidas entre os anos 2015 e 2020.

Para Minayo (2001, p. 16) a metodologia inclui as concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a construção da realidade e o sopro divino do potencial criativo do investigador. Enquanto abrangência de concepções teóricas de abordagem, a teoria e a metodologia caminham juntas, inseparáveis. Enquanto conjunto de técnicas, a metodologia deve dispor de um instrumental claro, coerente, elaborado, capaz de encaminhar os impasses teóricos para o desafio da prática.

O universo de significados frente ao trabalho com alunos com Transtorno do Espectro Autista contribuiu de modo ímpar para produção do e-book, o qual traz informações sobre as políticas públicas, algo essencial ao conhecimento de qualquer docente, algumas práticas desenvolvidas e reflexões sobre o processo de inclusão.

10



Delimitação do estudo

O estudo concentrou-se em uma unidade escolar de um município da região metropolitana do Vale do Paraíba, o qual contava com uma população estimada de 729.737, para o ano de 2020, conforme informações coletadas do ano de 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE). A taxa de escolarização era de cerca 97,4% de estudantes entre 6 e 14 anos de idade matriculados no Ensino Fundamental.

Este município conta com 174 escolas de Ensino Fundamental, deste número, 47 são municipais. Conforme os dados do Censo Escolar de 2018, o município contava com 80.864 alunos matriculados no Ensino Fundamental. Do número de matriculados, 3.021 estudantes eram público-alvo da Educação Especial (PAEE), porque são alunos que apresentam laudo médico, conforme as informações da Secretaria de Educação, e estes recebem o apoio do Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Em 2018 a cidade tinha 175 alunos com Transtorno do Espectro Autista matriculados nos anos iniciais do Ensino Fundamental, no ano de 2019 eram 253 estudantes, já em 2020 passou para 336. Outro fator que definiu a seleção foi o fato de a escola ter recebido a nota 7.4 nos anos iniciais conforme o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) no ano de 2019, segundo os dados publicados no site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

11



Resultados/Discussões

Os materiais conseguidos foram os Projetos Político Pedagógicos e regimentos da unidade, constituindo o item para análise documental. Houve aplicação de questionário do perfil sociodemográfico e coleta de sete entrevistas feitas on-line.

A análise de dados começou com a leitura e anotações das informações dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) de dois quadriênios, 2016 – 2019 e 2020 a 2023, e do regimento escolar, de 2016. Também fora solicitado o Plano de Desenvolvimento Individual (PEI) dos estudantes com Transtorno do Espectro Autista, entretanto, não pôde ser fornecido.

A pré-análise das entrevistas levou em consideração apenas elementos textuais revelados na transcrição, os quais foram categorizados conforme os objetivos específicos e geral da pesquisa.

Para interpretar os dados coletados nas entrevistas, a análise utilizou as produções de Franco (2008) e Bardin (1977), tendo uma abordagem qualitativa, de caráter interpretativo.

12



A unidade escolar pesquisada contava com 14 professores que atuaram nos anos iniciais, foi feito o convite para todos os participantes. Ao fazer o recorte nos anos 2018 e 2019, chegou-se ao número de sete participantes, entre 29 e 56 anos de idade, todos do sexo feminino. A idade dos participantes indica a convivência de profissionais de variadas faixas etárias: um na faixa dos 20 a 30 anos; um na faixa dos 30 a 40 anos; três na faixa dos 40 a 50 anos e dois na faixa dos 50 a 60 anos.

Mais de 70% do universo pesquisado apresenta como formação inicial o curso de Pedagogia, número bastante expressivo. Quem não tinha esta graduação buscou-a posteriormente, desta forma, todas obtiveram o título de pedagogas.

Em termos de atuação no magistério, há duas profissionais entre 5 e 10 anos, três entre 11 e 20 anos e duas que possuem mais de 20 anos de carreira. Ao ter os dados levantados fez-se a conexão com a produção de Huberman (2000), o qual aborda o ciclo de vida dos docentes e houve análise partindo do ponto de vista deste autor.

Compreender o tempo de serviço e as percepções sobre o fazer docente foi uma ação de extrema relevância, porquanto tudo o que o professor faz em seu ambiente de trabalho irá impactar a vida de todos os que são “regidos” pelo mestre.

13



Foram sete entrevistas semiestruturadas que possibilitaram produzir uma pesquisa de caráter qualitativo, levando em consideração aspectos como pertinência e exaustão. As perguntas produzidas foram se complementando e questionamentos sobre disciplinas fáceis ou difíceis para adaptar puderam ser classificadas conforme as categorizações. O que foi dito como difícil entrou como desafio e o fácil foi considerado possibilidade pedagógica para aplicação prática.

Para fazer a análise, foi considerada a leitura de todas as entrevistas e ao observar termos próximos, foram sendo desenvolvidas as etapas para avaliação. Para chegar a cada uma das categorias, o critério foi o da exaustividade. Houve a observação quanto à pertinência, a aproximação lexical e repetições, não apenas quantas vezes a palavra foi dita, mas também o contexto em que se insere, fazendo então o conjunto de análise.

[...] a fala humana é tão rica que permite infinitas extrapolações e valiosas interpretações. Os resultados da análise de conteúdo devem refletir os objetivos da pesquisa e ter como apoio indícios manifestos e capturáveis no âmbito das comunicações emitidas. (FRANCO, 2003, p. 23)

Dentre as regras para se fazer análise de conteúdo a da homogeneidade, conforme Bardin (1977, p.101) é utilizada quando se deseja obter resultados globais e/ou comparar entre si resultados individuais. Assim, o que se escolheu foi justamente a regra posta. Ao realizar a leitura das obras supracitadas foi possível delinear o caminho a percorrer. 14



Os professores encontram realidades distintas e, conforme os dados do Censo Escolar, de 2010, o número de crianças com autismo nas escolas tem aumentado gradativamente e, por esse motivo, o docente precisa atender este público.

Seria eu adequar, propor meios que eu consiga levar o aluno a esse resultado final. É uma ação em que eu busque a melhor forma de tocar esse aluno. Oferecer para ele a oportunidade de atingir os seus objetivos, o foco é a aprendizagem. (Participante 4)

Na categoria Adaptação, foram elencadas as subcategorias “Adequar as atividades”, “Tornar possível o aprendizado” e “Atender as necessidades”. As ideias dos participantes aproximam-se com o pensamento de Minetto (2008), o currículo precisa estar a favor do discente e o docente tem papel preponderante, uma vez que é o responsável pelo processo de ensino-aprendizagem.

Na questão que aborda adaptação ou flexibilização a maioria garante ter feito adaptações, respeitando as dificuldades e habilidades de cada criança. A categorização considerou o verbo, neste caso o “faço”.

15



As informações fornecidas pelos participantes vão ao encontro do que Carvalho (2010) considera, pois, para ele as adaptações curriculares consistem em modificações realizadas pelos professores, suas estratégias de ensino, organizadas segundo às necessidades de cada aluno. Neste sentido, compreende-se que estas docentes agem conforme o autor e também às legislações vigentes.

Ao serem questionados sobre o que entendem por currículo, o léxico norte foi predominante, na sequência, foi informado ser o conjunto de conteúdo a ser trabalhado com determinada turma. Sendo o currículo um documento que estabelece as ações pedagógicas, faz-se necessário interpretá-lo como análise documental.

Moreira e Candau (2007, p. 17) salientam que o termo “currículo é associado à diversas concepções e isto foi percebido nesta pesquisa, levando em consideração o ano de graduação e demais formações das participantes.

Seria um norteador do meu trabalho, no qual eu tenho que estar adaptando, não só para o aluno da Educação Especial, mas para todos. [...] No dia a dia, na nossa rotina, a gente tem o planejamento, cada aula é uma aula, às vezes acontece ali totalmente fora do que você planejou, o norteador me traz de volta para que eu reflita sobre a prática, sobre o resultado, então eu sempre sei assim onde eu quero chegar e como eu preciso chegar. [...] no dia a dia os desafios são muitos, o currículo te lembra onde precisa chegar. (Participante 4)

16



A concepção de currículo na rede pesquisada esteve centrada na matriz curricular, as participantes apontam como sendo a base, o planejamento em si, conteúdos organizados que precisam ser trabalhados no decorrer do ano letivo, um rumo, norte que lhe traz de volta para o foco com vistas ao alcance do objetivo final.

O currículo é vivo e cada criança precisa experimentar todas as propostas pedagógicas. O currículo pode ser um guia, como revelam as participantes, porém, não é algo que engesse o trabalho.

O currículo, na rede em que eu trabalho, é um norte a ser seguido pelos professores. Ele vem pronto, de uma maneira muito calculada, pelo tempo geral da turma, considera o tempo, é o que se espera que os alunos aprendam meio que de uma forma homogênea, que todos caminhem aprendendo as mesmas habilidades. (Participante 5)

Em síntese, compreender o currículo e as reais necessidades de cada estudante é essencial para que se faça uma adequação que atenda aos objetivos previstos na BNCC e também contemple o real interesse do aprendiz.

17



AUTISMO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

Pensar no espectro do autismo é refletir sobre as necessidades de cada aprendiz e buscar meios para que esta criança possa se desenvolver no ambiente escolar.

Conforme Mello (2005) o autismo foi descrito pela primeira vez em 1943 pelo Dr. Leo Kanner (médico austríaco, residente em Baltimore, nos EUA) em seu histórico artigo escrito originalmente em inglês: Distúrbios Autísticos do Contato Afetivo. Em 1944, Hans Asperger, um médico também austríaco e formado na Universidade de Viena - a mesma em que estudou Leo Kanner -, escreve outro artigo com o título Psicopatologia Autística da Infância, descrevendo crianças bastante semelhantes às descritas por Kanner. Ao contrário do artigo de Kanner, o de Asperger levou muitos anos para ser amplamente lido. A razão mais comumente apontada para o desconhecimento do artigo de Asperger é o fato dele ter sido escrito originalmente em alemão.

Para Mello (2005), normalmente, o que chama a atenção dos pais inicialmente é que a criança é excessivamente calma e sonolenta ou então que chora sem consolo durante prolongados períodos de tempo. Uma queixa frequente dos pais é que o bebê não gosta do colo ou rejeita o aconchego. Mais tarde os pais notarão que o bebê não imita, não aponta no sentido de compartilhar sentimentos ou sensações e não aprende a se comunicar com gestos

18



comumente observados na maioria dos bebês, como acenar as mãos para cumprimentar ou despedir-se.

Geralmente, estas crianças não procuram o contato ocular ou o mantêm por um período de tempo muito curto. É comum o aparecimento de movimentos repetidos, estes necessários para que a pessoa com TEA se concentre ou retorne a uma situação de calma após exposição a muitos estímulos do ambiente. Problemas de alimentação são frequentes, podendo se manifestar pela recusa, que se explica pela seletividade alimentar devido a dificuldades de processamento sensoriais.

Conforme Teixeira (2016, p. 19) “[...] os transtornos do espectro autista apresentam incidência estimada em 1% das crianças e adolescentes em todo o mundo”. Ele aponta que as principais características são dificuldade de interação, comportamento impróprio, pobre contato visual, indiferença afetiva, comprometimento da atenção compartilhada, prefere o isolamento e tem dificuldade em compartilhar com qualquer pessoa o ato de brincar, emoções manifestas desorganizadamente (muitas vezes o autista não entende a emoção que está tendo e muitas vezes isso gera uma crise comportamental, assim como eventos que causam tristeza).

19



Na concepção do déficit comunicacional o aluno com TEA pode apresentar ausência de fala ou fala tardia, dificuldade em se expressar, linguagem imatura com uso de jargões, ecolalia (fala que não é usual - só reproduz o que já ouviu - muitas vezes fora do contexto), se expressa na 3ª pessoa e pode ter dificuldade para compreender linguagem figurada. É essencial entender que cada autista possui as suas características, não é tudo igual para todos.

Refletindo sobre as lutas, no ano de 2007, a Organização das Nações Unidas (ONU) criou o dia da Conscientização do Autismo, sendo definido o dia 02 de abril, tendo como os objetivos principais: conscientização e respeito com as pessoas que têm o TEA.

Sobre a representatividade, o TEA tem a cor azul, pois, o número de pessoas com TEA é maior no sexo masculino. Conforme os dados da Organização Mundial da Saúde - OMS, o autismo é representado por 80% de meninos.

Em termos de luta em defesa dos direitos das pessoas com TEA, temos a Lei 12.764, de 27 de dezembro de 2012, conhecida como Lei Berenice Piana, uma mulher que lutou para que seu filho e demais pessoas com o transtorno pudessem ter a garantia de direitos.

Caminhando pelas lutas históricas, chegamos no ano de 2020, quando então é sancionada a Lei 13.977, de 08 de janeiro de 2020, conhecida Lei Romeo Mion, a qual, em síntese, traz a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Ciptea).

20



O Plano Municipal de Educação da cidade pesquisada, publicado em outubro de 2015, estabelece como diretriz, em seu artigo segundo, superar as desigualdades educacionais, tendo como ênfase a promoção da cidadania e erradicação de todas as formas de discriminação.

Para o atendimento de crianças específicas desta pesquisa, o município possui a Lei 9.425, de outubro de 2016. Ela dispõe sobre a política municipal de atendimento às pessoas com Transtorno do Espectro Autista. No Art. 2º está oferecer suporte devido a esse transtorno, garantindo que estas pessoas recebam atendimento adequado às suas necessidades clínicas e educacionais; recursos necessários de adaptação, criar um serviço clínico-educacional especializado em Transtorno do Espectro do Autismo e oferecer formação específica a todos os profissionais envolvidos no processo de inclusão. A Lei 9.812/18 aprimorou a legislação citada, aborda a triagem e rastreamento precoce do autismo nas unidades públicas. A lei 9.690/18 estabelece a inserção de placas de atendimento prioritário em estabelecimentos públicos e privados. A Lei 9.884/19 é sobre cadastro dos moradores com o transtorno e a preferência de uso dos assentos no transporte coletivo. Já a Lei 10.083/20 é sobre a luminosidade e som adequado para não causar desconforto, possibilidade de entrar e sair da sessão e identificação da sala com símbolo do espectro autista.

No ano de 2008 podemos nos debruçar sobre a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (PNEEPI), a qual traz informações sobre os marcos legais educacionais. O material possibilita compreender a trajetória da educação destinada às pessoas com necessidades especiais.

21



No cenário nacional, no ano de 2015 há a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), número 13.146, e caminhando mais na história, no ano de 2020, houve a elaboração da Política Nacional de Educação Especial, sendo esta última controversa em alguns aspectos. Apenas algumas informações desta foram utilizadas na pesquisa, tais como dados estatísticos sobre formação docente. O seu teor aparenta aspectos políticos e o essencial é considerar todas as lutas que zelum pelos direitos das pessoas com deficiência.

Mantoan (2015) define que a inclusão é uma ação necessária à melhoria das condições da escola de modo que nela possam formar gerações mais preparadas para levar a vida na sua plenitude. Ainda ressalta o fato de que os professores devem retomar o poder da escola, este poder deve ser exercido pelas mãos dos que fazem de fato a educação acontecer.

Apropriar-se e empoderar-se são atitudes que profissionais da educação devem ter, assim, será possível seguir as determinações legais. O artigo 27 da LBI diz que a educação constitui direito da pessoa com deficiência e este público tem assegurado sistema educacional inclusivo em todos os níveis de aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas.

A LBI é um marco na legislação e tem como pressuposto assegurar e promover os direitos e liberdades fundamentais das pessoas com deficiência. Trata também do rompimento de barreiras.

22



Em análise primária, pode-se dizer que uma das piores barreiras que existem são as atitudinais. Nesta lei há abordagem sobre adequações necessárias, deste modo, o currículo para as crianças com TEA não precisaria necessariamente de adaptação, porque este termo prevê mudanças, transformações, e o ideal é adequar, tornar possível.

É possível verificar que existem políticas públicas, por outro lado, a legislação não garante a prática inclusiva, é necessário que todos os atores do processo educacional se dediquem e abracem a causa.

O processo educativo inclusivo possui registros históricos e o conhecimento sobre estes serve para que a sociedade compreenda que a luta pelo direito à educação tem sido travada há muito tempo. É incrível como infelizmente é necessário a existência de legislação para que direitos civis sejam cumpridos.

A Declaração de Salamanca, realizada no ano de 1994, é o resultado da Conferência Mundial sobre Educação Especial, da qual o Brasil é signatário, e no documento elaborado nesta ação traz os princípios, as políticas e as práticas na área de necessidades educativas especiais e assegura que a educação de pessoas com deficiência seja parte integrante do sistema educacional.

23



O acesso à Educação está garantido na Constituição Federal de 1988. No Artigo 8º há explanação sobre o acesso à Educação de forma igualitária. O debate sobre a inclusão é uma questão recorrente e ela está prevista em lei. Para que os cidadãos com necessidades especiais, enfatizando a intelectual, tenham seus direitos garantidos é necessário que a sociedade se mobilize a fim de fazer valer este direito. Conhecer a deficiência intelectual nos permite auxiliar aqueles que nasceram desta forma.

A Lei de Diretrizes e Bases – LDB – 9.394/96, por exemplo, traz informações sobre a Educação Especial e o artigo 58 diz que o atendimento educacional deve se dar, preferencialmente, na rede regular de ensino, determinando a existência, quando necessário, de serviços de apoio especializado (parágrafo primeiro).

Existe uma legislação em vigência e o que não acaba acontecendo na realidade é o verdadeiro apoio de profissionais para auxiliar no processo de ensino-aprendizagem. Por vezes, o professor vê-se como uma ilha em um oceano de águas profundas.

Conclui-se que o profissional que se forma como professor precisa ter em mente toda a legislação pertinente à Educação, talvez assim poderemos, num futuro, não mais ouvir discursos tais como “não estudei para isso”, “não fiz especialização em Educação Especial”, o conhecimento notório da Lei se faz necessário porque é inerente ao exercício da profissão a promoção da inclusão, seja em ambientes públicos ou privados.

24



ADAPTAÇÃO CURRICULAR E OS DESAFIOS

Conforme a revisão de literatura os professores, encontram inúmeros desafios. O primeiro deles é entender a criança com Transtorno do Espectro Autista, na sequência, é não possuir formação e ter de elaborar as atividades adaptadas. Na esfera do desafio, está em promover atividades que promovam a interação. Algumas atividades foram desenvolvidas e não atingiram o objetivo esperado, tais como: jogos coletivos, oferecer atividades sem apoio de imagens e trabalho com tintas.

O termo ansiedade apareceu no levantamento de dados e compreende-se que ela ocorra devido à falta de preparo que os participantes sentem. Como pôde ser observado, nenhuma das participantes teve a oportunidade de participar de algum curso/formação que lhe capacitasse adequadamente a fazer a adaptação curricular para este público. A ansiedade revela a insegurança. Trata-se apenas de constatação, não de um processo de culpabilização.

A falta de apoio para a realização da adaptação curricular e de auxílio para o desenvolvimento de tais atividades também são fatores desafiadores para o fazer pedagógico.

25



PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

Refletir sobre o que é possível é uma prática que deveria ser cotidiana. O primeiro aspecto da abordagem pedagógica é o estabelecimento de rotina para os estudantes que apresentam o Transtorno do Espectro Autista. Adotar a rotina é uma ação possível, podendo ser desenvolvida sem a necessidade de apoios exteriores, ou seja, não demanda os serviços de profissionais especializados para se estabelecer atividades no cotidiano das crianças.

As possibilidades a seguir foram apontadas por profissionais que atuam na Educação há pelo menos mais de três anos. A primeira possibilidade para o desenvolvimento de um trabalho pedagógico seria observar muito o estudante. Partindo da observação, revelaram que pode ser possível fazer a adaptação da melhor forma, contribuindo com o desenvolvimento da aprendizagem destes estudantes.

É necessário analisar e fazer o que for possível para que o aluno aprenda. Uma prática pedagógica vista como algo que potencializa o trabalho com este público é explorar equipamentos tecnológicos, como tablets, computadores e lousa digital. Ficou evidente, na pesquisa, que o uso da tecnologia é uma possibilidade, isto ficou mais evidente devido ao momento pandêmico.

Professores afirmam que algumas dicas podem funcionar, como: falar baixo; buscar olhar no olho da criança; perguntar se quer ajuda; conversar com os demais alunos da sala sobre a existência de um aluno especial na sala que necessita do apoio, compreensão e incentivo de todos.

26



Foi revelado no processo de pesquisa, que às vezes, as dicas não vão dar certo e a melhor opção é prestar atenção na necessidade pontual, colocar uma lupa sobre o momento. Como sempre citado, não existe receita pronta, porém, sugestões de quem passa pelas mesmas situações.

Em termos de atividades de português, por exemplo, em uma reescrita de conto, pode-se pegar imagens, usar uma narrativa imagética, mostrar a sequência de maneira resumida, depois fazer a leitura, mostrar vídeo, perguntar se o aluno quer ouvir a leitura ou assistir o vídeo. Sempre explorar as atividades com o apoio de imagens.

Uma atividade que eu gostei muito foi, quando estava trabalhando com uma atividade articuladora, então escolhi o quadro O grito, os alunos gostam muito por causa da expressividade. Nisso, trabalhei a expressão facial, a emoção do artista, mostrei o trabalho do Murch, claro, que não trouxe o contexto histórico e fui fazer a fotografia deles. Montei um fundo colorido e eles podiam pensar numa emoção. Achei que ele estava completamente disperso, achava que ele não iria participar, por ser muito subjetivo, porém, deixei para ver até onde iria, para ver como iria interagir e, quando foi o momento dele fotografar, ele foi correndo até o painel e, por incrível que pareça, ele fez as expressões e eu fiz as fotos, fiquei encantada, porque ele entendeu o que eu estava propondo, isso foi muito bacana. (Participante 6)

Outra sugestão é solicitar conversas com a família do estudante; estabelecer trocas com os profissionais do Atendimento Educacional Especializado; ouvir o aluno e envolver-se. A aproximação faz com que a criança ganhe confiança e essa atitude poderá tornar o trabalho pedagógico mais produtivo no cotidiano.

27



Ao entrar em sala de aula, o professor penetra em um ambiente de trabalho constituído de interações humanas. As interações com os alunos não representam, portanto, um aspecto secundário ou periférico do trabalho dos professores: elas constituem o núcleo e, por essa razão, determinam, a nosso ver, a própria natureza dos procedimentos e, portanto, da pedagogia. (TARDIF, 2012, p.118)

A interação é um elemento essencial para o desenvolvimento de ações pedagógicas, as atividades poderão se tornar significativas aos estudantes. O professor precisa desenvolver uma série de possíveis atividades, as sequências didáticas, para oferecer aos estudantes com TEA. Vejamos algumas das propostas reveladas na pesquisa: agrupamento produtivo; recorte e colagem; jogos lúdicos; realização de intervenção pontual; oferecer apoio de materiais diversificados; explorar a tecnologia, o som, o visual, o tátil, as possibilidades de recursos existentes, músicas, e o texto fatiado em Língua Portuguesa; personalizar; fazer tudo conforme os gostos da criança e atender as necessidades.

Em termos de atendimento à criança, há um apontamento revelado nas entrevistas que chamou bastante a atenção:

É fundamental a reunião entre família, professora da sala de recursos e professor da turma. Olhar para esse aluno com empatia, enxergar o potencial, acreditar no aluno, não ter pré-conceito, tratar igual os demais. Jamais desistir dessas crianças e abraçar a causa. (Participante 01)

É relevante porque aqui percebe-se uma postura de acolhimento e nisto é possível compreender que podem ocorrer intervenções pontuais, entender também que nem todas as atividades e crianças necessitam de intervenção. O olhar cuidadoso faz diferença.

28



Quando deixei ele ler sozinho e propus as perguntas ele não atingiu os objetivos. No outro dia, eu repeti a história, fiz mediação e ele atingiu os objetivos, já com o outro estudante ele não atingiu. É um exemplo de uma mesma estratégia desenvolvida que com um funcionou e com outro não. [...] Para o que não se comunica eu preciso utilizar imagens, questões muito objetivas, e apenas duas opções de respostas. (Participante 5)

Nas possibilidades de adaptação/adequação citam Língua Portuguesa, História e Geografia como mais fáceis, porque estas podem utilizar como apoio o texto escrito, a imagem, além disso, podem ser utilizados como apoio vídeos.

Para que todas as propostas sejam desenvolvidas de forma a contemplar os objetivos, as entrevistas apontaram que os professores precisam entender o autismo, saber quais são as principais características, conhecer o próprio aluno, não se prender ao laudo dele e tentar entender como ele se comunica e aprende dentro das possibilidades.

As experiências pedagógicas também dizem muito na categoria possibilidades. A participante 7 revela que as atividades que envolviam música eram muito atrativas. Citou uma vez que levou materiais de ginástica rítmica e o aluno com TEA interessou-se pelo elemento fita e não o largava por nada, tanto que levou este elemento outras vezes para a aula.

Percebe-se que a realização de diversas propostas pode atingir os objetivos elencados e as crianças podem ter um currículo que seja realmente útil. As adaptações desenvolvidas são aquelas que estão dispostas no documento de orientação (BRASÍLIA. 2010). São adequações organizativas, que há agrupamento, organização didática, organizativas de materiais, como é o caso da utilização de palitinhos na matemática, uso de colagens, enfim, estão seguindo as orientações previstas e buscando extrair o melhor de cada estudante.

29



PRÁTICAS PEDAGÓGICAS



A atividade com a fita da modalidade esportiva ginástica rítmica foi um elemento que chamou a atenção de uma criança no espectro autista. Este elemento foi explorado em várias aulas. O foco do trabalho centrou-se no interesse da criança.



O uso de ferramentas tecnológicas contribuiu para a aprendizagem das crianças no espectro autista e a intervenção do adulto é essencial para que os objetivos sejam alcançados.



A adaptação da disciplina matemática é considerada uma das mais difíceis, entretanto, a exploração de programas de computador auxiliaram o trabalho das participantes. Os estudantes no espectro autista puderam fazer as relações entre os números impressos e os digitais em diversas aulas.



O uso de letras móveis justas foi uma das estratégias adotadas pelas pedagogas para auxiliar no processo de alfabetização dos estudantes.

30



PRÁTICAS PEDAGÓGICAS



Atividades consideradas tradicionais, por alguns pedagogos, também podem e devem ser oferecidas às crianças no espectro autista. Ao fazer a adaptação que seja necessária, todas as crianças, sejam elas laudadas ou não, terão a oportunidade de experienciar as propostas e sentir-se dentro de um processo que seja realmente inclusivo. A prática da inclusão escolar é um dever do pedagogo.



O alfabeto com letras coloridas também foi uma estratégia para ensino com os autistas e isso contribuiu com a aprendizagem de todas as crianças, uma vez que as cores chamam bastante a atenção.



A intervenção é uma ação necessária para a aprendizagem. Tendo a colaboração de um apoio em sala, o docente consegue contribuir mais com os alunos.

31



PRÁTICAS PEDAGÓGICAS



A sugestão é unânime em relação à elaboração de uma rotina visual para os alunos no espectro autista, além disso, dar oportunidades aos estudantes. Em Educação Física, por exemplo, as estratégias eram as mais variadas, desde representações por meio de pinturas a acertar a bexiga com arco e flecha. Quando os municípios contam com equipamentos tecnológicos é possível fazer o uso destes materiais. O importante é adequar e promover a inclusão.



32



Guia de serviços no município

Você conhece a RIA?

Trata-se da Rede de Inclusão ao Autista, lançada em dezembro de 2019. Conforme o site da prefeitura de São José dos Campos, a rede abrange as secretarias de Saúde, Educação e Cidadania, Esporte e Qualidade de Vida, Apoio Social ao Cidadão, Mobilidade Urbana e a Fundação Cultural Cassiano Ricardo. Não existe um espaço físico, os responsáveis pelas secretarias realizam reuniões para fazer as ações.

O objetivo é proporcionar também apoio integral às famílias, por meio de palestras e seminários.

O público-alvo são as crianças, jovens, pais e familiares de autistas. Os inseridos na rede recebem acompanhamento nas áreas de neurologia, psiquiatria, psicologia, nutrição, fonoaudiologia, terapia ocupacional, psicomotricidade, estimulação sensorial, musicoterapia, esporte, avaliação psicopedagógica, educação e ensino profissionalizante.

Escolas: nas unidades escolares os alunos no espectro autista contam com o apoio de professores especialistas nas Salas de Recursos Multifuncionais.

UBS: Unidade Básica de Saúde, distribuídas em diversos bairros. São consideradas porta de entrada para atendimento e acompanhamento dos casos leves/moderados. Na área de saúde ainda tem o CAPS Infantil, UPA Saúde Mental, Hospital Municipal - consultas médicas, odontológicas e internações, Hospital Francisca Júlia - equipe multiprofissional para internação de maiores de 12 anos.

Secretaria de Esporte e Qualidade de Vida - modalidades esportivas.

Fundação Cultural Cassiano Ricardo - oferta de oficinas.

33



CONCLUSÃO

A produção deste produto técnico é a conclusão de uma etapa de grande relevância em minha vida, pois, levar aos professores um material que revele as dificuldades e as estratégias adotadas para vencer os obstáculos é uma questão que orgulha. Um produto de professor para professores, de alguém que também encontrou dificuldades e buscou meios para colaborar com o desenvolvimento de uma criança com Transtorno do Espectro Autista.

Conhecer as características das crianças no Espectro Autista pode ser um caminho para um trabalho pedagógico inclusivo de fato. Poder mostrar ao leitor os sentimentos dos docentes, as estratégias, as práticas em sala de aula foi um processo de descobertas e muito aprendizado. Foi perceptível que, quando há parceria entre pares, família e apoio especializado, as ações se tornam mais profícuas.

Conforme a legislação municipal, desde o ano de 2016, já era possível exigir a presença de um tutor especializado para auxiliar a prática pedagógica, este profissional poderia dar sugestões nas atividades produzidas por todas as participantes da pesquisa.

A pesquisa também revelou como ferramenta latente para um trabalho profícuo com as crianças com TEA a formação, seja ela por meio de ações compartilhadas ou por cursos específicos. A formação continuada é apontada como essencial pelo núcleo de entrevistadas.

34



Com a produção do e-book a comunidade acadêmica e os demais interessados terão acesso à síntese da pesquisa, recortes considerados relevantes sobre o Transtorno do Espectro Autista, políticas públicas e as possibilidades pedagógicas.

Os objetivos da pesquisa foram atingidos e houve a explanação de possibilidades pedagógicas. É compreensível que um trabalho com este público demanda muita dedicação e apoio.

A realização de novas pesquisas sobre a temática se faz necessária, pois, entende-se que o profissional docente está em constante desenvolvimento e dar oportunidade aos estudantes no espectro autista é uma ação que respeita a legislação e promove a inclusão de fato.



REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, Ltda., cop.1977. 226p. tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNC_C_20dez_site.pdf. Acesso em: 22 de dezembro de 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: SEESP/MEC, 2007.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. CONGRESSO NACIONAL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Brasília, 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf>. Acesso em: 2 de abril de 2020.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 21 de março de 2020.

BRASIL. Lei nº12.764, de 27 de dezembro de 2012. **Lei Berenice Piana**. Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm>. Acesso em: 2 de maio de 2020.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: **Adaptações Curriculares** / Secretaria de Educação Fundamental. Secretaria de Educação Especial. – Brasília : MEC / SEF/SEESP, 1998.



BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica/Secretaria de Educação Especial** – Brasília, MEC; SEESP, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação. **PNEE: Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva com Aprendizado ao Longo da Vida/** Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação – Brasília; MEC. SEMESP. 2020.

BRASÍLIA. Secretaria de Estado de Educação. **Orientação Pedagógica: Educação Especial**. Brasília: SEDF, 2010.

Conheça Leis municipais que ampliam direitos aos autistas. Disponível em: <<https://www.camarasjc.sp.gov.br/noticias/7378/conheca-leis-municipais-que-ampliam-direitos-aos-autistas>>. Acesso em: 2 de maio de 2022.

GATTI, B. A. **Professores do Brasil: novos cenários de formação** / Bernadete Angelina Gatti, Elba Siqueira de Sá Barretto, Marli Eliza Dalmazo Afonso de André e Patrícia Cristina Albieri de Almeida. – Brasília: UNESCO, 2019.

GATTI, B.A. BARRETO, E.S.de S. **Professores do Brasil: impasses e desafios**. Brasília: UNESCO, 2009.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5ª. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, A.C.. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

HYPÓLITO, A.M. **Trabalho docente, classe social e relações de gênero**. SP: Papyrus, 1977. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico. 2. ed. [E-book]. Álvaro Moreira Hypólito. São Leopoldo, Oikos, 2020.

LIBÂNEO, J. C., e PIMENTA, S. G.. **Formação de profissionais da educação: Visão crítica e perspectiva de mudança**. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/es/v20n68/a13v2068.pdf>>. Acesso em 5 de abril de 2020.

37



MANTOAN, M. T. E. **Inclusão Escolar –O que é? Por quê? Como fazer?** 1ª ed. São Paulo: Summus, 2015.

MAZZILLO, I. B. C. **Considerações sobre a Educação Especial e Educação Inclusiva**. Rio de Janeiro, 2008.

MINAYO, M.C. de S. (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MELLO, A. M. S. R. de, **Autismo: guia prático**. 4. ed. São Paulo: AMA; Brasília: CORDE, 2005.

MINETTO, M. de F. **Currículo na educação inclusiva: entendendo esse desafio**. Curitiba: IBPEX, 2008.

MOREIRA, A.F.B. CANDAU, V.M. **Indagações sobre currículo : currículo, conhecimento e cultura** / [Antônio Flávio Barbosa Moreira , Vera Maria Candau] ; organização do documento Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. – Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

NÓVOA, A. **Firmar a posição como professor, afirmar a profissão docente**. Cadernos de pesquisa, v. 47, n. 166, p. 1106-1133, 2017.

NÓVOA, A.. **Formação de professores e trabalho pedagógico**. Lisboa: Educa, 2002.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. 11. ed. Petrópolis – RJ: Vozes, 2010.

TEIXEIRA, G. **Manual dos transtornos escolares entendendo os problemas de criança e adolescente na escola**. Rio de Janeiro. Ed. Best Seller LTDA, 2013.

VYGOTSKY, L.S. **Psicologia pedagógica**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

VYGOTSKY, L.S. **Pensamento e Linguagem**. 3ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

38



A vida daqueles que sonham é repleta de desafios e em cada obstáculo que se apresenta é necessário ter coragem para encarar todos os medos e incertezas, pois, em cada passo há uma nova descoberta e as lágrimas de alegria são certas.

CUBA, M.V. (2022)

39



**MESTRADO
PROFISSIONAL
EM EDUCAÇÃO**

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ 

40

ANEXO A - OFÍCIO À INSTITUIÇÃO



Universidade de Taubaté
Autarquia Municipal de Regime Especial
Reconhecida pelo Dec. Fed. nº 78.924/76
Recredenciada pelo CEE/SP
CNPJ 45.176.153/0001-22

Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação – PRPPG
Rua Visconde do Rio Branco, 210 | Centro | Taubaté-SP
(12) 3625-4217 | prppg@unitau.br

Ofício nº PPGEDH – 034/2020

Taubaté, 17 de novembro de 2020

Prezada Senhora

Vimos por meio deste, solicitar permissão para a realização da pesquisa para tese de mestrado, pelo aluno **Marcos Vinício Cuba** do Mestrado Profissional em Educação da Universidade de Taubaté, trabalho a ser desenvolvido nos anos de 2020 e 2021, intitulada “Os docentes e os desafios e possibilidades da adequação curricular para alunos com Transtorno do Espectro Autista”. O estudo será realizado com professores de uma escola Municipal, sob orientação da Profª Dra. Suelene Regina Donola Mendonça. Para tal, será realizada aplicação questionário sociodemográfico encaminhado pelo aplicativo Google forms, e será realizado o grupo de discussão com os professores através do aplicativo Meet. Será mantido o anonimato da Instituição e dos docentes.

Ressaltamos que o projeto da pesquisa passará por análise e aprovação do Comitê de Ética em pesquisa da Universidade de Taubaté.

Certos de que poderemos contar com sua colaboração, colocamo-nos à disposição para mais esclarecimentos no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade de Taubaté, no endereço Rua Conselheiro Moreira de Barros, 203, CEP 12.010-080, telefone (12) 3625-4151, ou com Marcos Vinício Cuba, telefone (12) 99678-8828, e solicitamos a gentileza da devolução do Termo de Autorização da Instituição devidamente preenchido.

No aguardo de sua resposta, aproveitamos a oportunidade para renovar nossos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,


Prof.ª Dra. Ana Maria Gimenes Corrêa Catil
Coordenadora do Programa de Pós-graduação
Profissional em Educação

Ilma. Sra. **Cristine de Angelis Pinto**
Secretária de Educação – Sec. Mun. de Educação de São José dos Campos
Rua Dr. Felício Savastano, 240 – Vila Industrial - São José dos Campos/SP
CEP 12220-270

ANEXO B**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**

O Sr. (a) está sendo convidado (a) a participar como voluntário (a) da pesquisa “Os docentes e os desafios e possibilidades da adequação curricular para alunos com Transtorno do Espectro Autista”, sob a responsabilidade do pesquisador Marcos Vinício Cuba. Nesta pesquisa pretende-se conhecer quais são estes desafios e possibilidades encontrados pelos docentes quando estão com alunos que apresentam Transtorno do Espectro Autista. Também procura-se com esse trabalho identificar estes desafios, produzir um e-book (livro digital), que revele estas questões por meio da percepção e contribuição dos participantes, onde poderão emitir opiniões e expressar-se partindo de temas disparadores em três encontros virtuais para discussão, os quais se darão via Google Meet.

Há benefícios e riscos decorrentes de sua participação na pesquisa. Os benefícios consistem em participar de um processo reflexivo sobre suas experiências com o público-alvo, alunos com Transtorno do Espectro Autista, compartilhando seu ponto de vista e podendo ouvir demais profissionais, o que se torna um momento de troca de saberes entre pares, além de poder colaborar com a construção de um material que poderá auxiliar outros professores em suas práticas inclusivas, tendo em vista que não há na rede um material que possa servir de base para o desenvolvimento de práticas inclusivas voltadas aos alunos com Transtorno do Espectro Autista. Sua participação trará elementos para que se pense em maneiras de aprimorar o trabalho do professor voltado à inclusão, sendo assim uma oportunidade de discorrer sobre os desafios encontrados diante esse fenômeno.

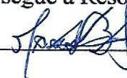
Os riscos de participar desse tipo de pesquisa são voltados às questões de privacidade e sigilo, visto que você irá expor suas opiniões e sentimentos que são pessoais e relacionados às suas vivências. Entretanto para evitar que ocorram danos serão preservados os dados pessoais, ou seja, o conteúdo do questionário e os dados coletados durante as discussões serão estritamente para análise desse estudo, mantendo os dados que possam levar à sua identificação sobre sigilo, como nome, escola em que trabalha e todos os dados pessoais dos alunos com Transtorno do Espectro Autista com os quais você tenha trabalhado ou trabalha. O material originado do questionário e da coleta das discussões será enviado para ti, assim que for organizado e sistematizado pelo pesquisador, para que seja realizada a leitura e, caso julgue necessário, solicitar alterações em seu conteúdo. Caso haja algum dano ao participante será garantido ao mesmo procedimentos que visem à reparação e o direito à indenização. Para participar deste estudo o Sr. (a) não terá nenhum custo nem receberá qualquer vantagem financeira. O Sr. (a) receberá o esclarecimento sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para recusar-se a participar e a recusa em participar não acarretará qualquer



penalidade ou modificação na forma em que é atendido pelo pesquisador, que tratará a sua identidade com padrões profissionais de sigilo.

Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão. O (A) Sr. (a) não será identificado (a) em nenhuma fase da pesquisa e nem em publicação que possa resultar. Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos. Este termo de consentimento encontra-se neste questionário e será também apresentado no momento dos grupos de discussão, sendo sua aceitação realizada de forma oral e gravada via *Google Meet*, visando evitar o contato pessoal em período de pandemia. Para qualquer outra informação o (a) Sr. (a) poderá entrar em contato com o pesquisador por telefone (12) 99678-8828, (inclusive ligações à cobrar) ou e-mail marcosabuc@gmail.com.

Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, o (a) Sr. (a) poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UNITAU na Rua Visconde do Rio Branco, 210 – centro – Taubaté, telefone (12) 3635-1233, e-mail: cep@unitau.br O pesquisador responsável declara que a pesquisa segue a Resolução CNS 466/12.

Rubricas: pesquisador responsável  participante _____ 1/2

MARCOS VINÍCIO CUBA.

Consentimento pós-informação

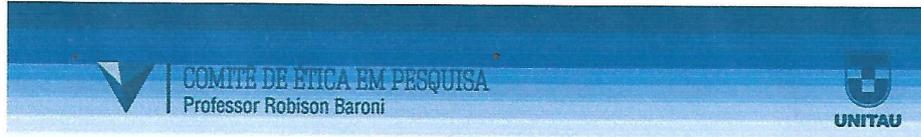
Eu, _____, portador do documento de identidade _____ fui informado (a) dos objetivos da pesquisa “OS DOCENTES E OS DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA ADAPTAÇÃO CURRICULAR PARA ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA”, de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações sobre a pesquisa e me retirar da mesma sem prejuízo ou penalidade.

Declaro que concordo em participar. Recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

_____, _____ de _____ de 20__.

_____ Assinatura do (a) participante

ANEXO C



TERMO DE COMPROMISSO DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL

Eu, Marcos Vinício Cuba, pesquisador responsável pelo projeto de pesquisa intitulado “OS DOCENTES E OS DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA ADAPTAÇÃO CURRICULAR PARA ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA”, comprometo-me dar início a este projeto somente após a aprovação do Sistema CEP/CONEP (em atendimento ao Artigo 28, parágrafo I da Resolução 510/16 e XI.2 item A ou da Resolução 466/12).

Em relação à coleta de dados, eu pesquisador responsável, asseguro que o caráter de anonimato dos participantes desta pesquisa será mantido e que as suas identidades serão protegidas.

Manterei um registro de inclusão dos participantes de maneira sigilosa, contendo códigos, nomes e endereços para uso próprio.

Os Termos assinados pelos participantes serão mantidos em confiabilidade estrita, juntos em um único arquivo, físico ou digital, sob minha guarda e responsabilidade por um período mínimo de 05 anos.

Asseguro que os participantes desta pesquisa receberão uma cópia do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Comprometo-me apresentar o relatório final da pesquisa, e os resultados obtidos, quando do seu término ao Comitê de Ética - CEP/UNITAU, via Plataforma Brasil como notificação.

O sistema CEP-CONEP poderá solicitar documentos adicionais referentes ao desenvolvimento do projeto a qualquer momento.

Estou ciente que de acordo com a Norma Operacional 001/2013 MS/CNS 2.2 item E, se o Parecer for de pendência, terei o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da emissão na Plataforma Brasil, para atendê-la. Decorrido este prazo, o CEP terá 30 (trinta) dias para emitir o parecer final, aprovando ou reprovando o protocolo.

Pindamonhangaba, 15 de novembro de 2020.


 Marcos Vinício Cuba

ANEXO D - Autorização de Pesquisa da SEC



PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CIDADANIA

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

De acordo com as informações do ofício nº. PPGEDH – 005/2021 e anexos, sobre a natureza da pesquisa intitulada “OS DOCENTES E OS DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA ADEQUAÇÃO CURRICULAR PARA ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA.” com propósito de pesquisa a ser executado pelo aluno Marcos Vinício Cuba, do Mestrado Profissional em Educação da Universidade de Taubaté (UNITAU), sob o acompanhamento da professora *Dra. Suelene Regina Donola Mendonça*, após a análise do conteúdo do projeto de pesquisa, a Instituição que represento autoriza a realização de: (1) contato com a Equipe Gestora da EMEF Prof. Luiz Leite para apresentação do projeto de pesquisa e solicitação de contato, e-mail, dos docentes de Anos Iniciais da escola que nos anos de 2018 e 2019 ministraram aulas em turmas em que haviam alunos autistas matriculados para envio de convite de participação na pesquisa; (2) envio de convite, por e-mail, para cada professor da escola, conforme perfil supracitado, para participação na pesquisa, anexando ao e-mail o termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) a ser assinado pelos professores que aceitarem participar da pesquisa; (3) envio de questionário aos participantes, via *link do Google Forms*, para conhecimento do perfil sociodemográfico do docente, os quais se disponibilizarem, voluntariamente, a participar da pesquisa, respeitando-se os princípios éticos da pesquisa e mantido o anonimato da instituição e dos professores envolvidos; (4) agendamento junto aos participantes da pesquisa de três encontros para Grupo de Discussão (GD), com duração de 1h30 cada, via *Google Meet*, em data e horário previamente agendados, os quais não comprometerão a jornada de trabalho dos participantes e do pesquisador, para debate de temáticas pertinentes à pesquisa supracitada, respeitando-se os princípios éticos da pesquisa e mantido o anonimato da instituição e dos professores envolvidos; (5) divulgação, por meio de *e-book*, das possibilidades na realização de adequações curriculares voltadas ao público com Transtorno do Espectro Autista, respeitando-se os princípios éticos da pesquisa e mantido o anonimato da instituição e dos professores envolvidos e, ainda, garantindo-se que a divulgação do *e-book* far-se-á após análise e parecer favorável da Coordenadoria de Educação Especial da instituição que autorizou a coleta de dados para o desenvolvimento da pesquisa.

São José dos Campos, 10 de março de 2021.

Jhonis Rodrigues Almeida Santos
Secretário de Educação e Cidadania
Município de São José dos Campos – SP
CNPJ: 46.643.466/0001-06

ANEXO E – Parecer consubstanciado do CEP



UNITAU - UNIVERSIDADE DE
TAUBATÉ



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: OS DOCENTES E OS DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA ADEQUAÇÃO CURRICULAR PARA ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Pesquisador: MARCOS VINICIO CUBA

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 42689420.4.0000.5501

Instituição Proponente: Universidade de Taubaté

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.541.199

Apresentação do Projeto:

As informações enumeradas nos seguintes campos: apresentação do projeto, objetivo de pesquisa, avaliação dos riscos e benefícios foram extraídas do arquivo PB_INFORMACOES BASICAS e no projeto detalhado da pesquisa OS DOCENTES E OS DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA ADEQUAÇÃO CURRICULAR PARA ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Conhecer quais são os desafios e possibilidades da adequação curricular para os alunos com Transtorno do Espectro Autista.

Objetivo Secundário:

Identificar os desafios da adaptação curricular, por meio do grupo de discussões. Mapear as possibilidades. Produzir e-book revelando os desafios e possibilidades.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os benefícios e riscos foram avaliados e estão de acordo com o recomendado pela Resolução CNS 510/16.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de uma pesquisa do tipo exploratória com 14 docentes dos anos iniciais do Ensino Fundamental os mesmos responderão um formulário eletrônico e depois será formado um grupo de

Endereço: Rua Visconde do Rio Branco, 210

Bairro: Centro

CEP: 12.020-040

UF: SP

Município: TAUBATÉ

Telefone: (12)3635-1233

Fax: (12)3635-1233

E-mail: cep@unitau.br



UNITAU - UNIVERSIDADE DE
TAUBATÉ



Continuação do Parecer: 4.541.199

discussão, sendo realizados três encontros virtuais via Google Meet.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos foram apresentados e se encontram datados e assinados.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O projeto não apresenta óbices éticos.

Considerações Finais a critério do CEP:

O Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Taubaté, em reunião realizada no dia 12/02/2021, e no uso das competências definidas na Resolução CNS/MS 510/16, considerou o Projeto de Pesquisa: APROVADO.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1632874.pdf	14/12/2020 20:41:12		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLECEPASSINADO.pdf	14/12/2020 20:39:01	MARCOS VINICIO CUBA	Aceito
Solicitação Assinada pelo Pesquisador Responsável	TCPR.pdf	01/12/2020 23:52:44	MARCOS VINICIO CUBA	Aceito
Outros	GOOGLEFORMS.pdf	01/12/2020 23:49:12	MARCOS VINICIO CUBA	Aceito
Outros	ROTEIROGD.pdf	01/12/2020 23:48:31	MARCOS VINICIO CUBA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	INFRAESTRUTURA.pdf	01/12/2020 23:22:51	MARCOS VINICIO CUBA	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMACEP.pdf	01/12/2020 23:21:08	MARCOS VINICIO CUBA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETOCEP.pdf	01/12/2020 23:16:39	MARCOS VINICIO CUBA	Aceito
Orçamento	CUSTO.pdf	01/12/2020 23:11:50	MARCOS VINICIO CUBA	Aceito
Folha de Rosto	ROSTO.pdf	01/12/2020 22:58:53	MARCOS VINICIO CUBA	Aceito

Endereço: Rua Visconde do Rio Branco, 210

Bairro: Centro

CEP: 12.020-040

UF: SP

Município: TAUBATE

Telefone: (12)3635-1233

Fax: (12)3635-1233

E-mail: cep@unitau.br



UNITAU - UNIVERSIDADE DE
TAUBATÉ



Continuação do Parecer: 4.541.198

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

TAUBATE, 15 de Fevereiro de 2021

Assinado por:
Wendry Maria Paixão Pereira
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Visconde do Rio Branco, 210

Bairro: Centro

CEP: 12.020-040

UF: SP

Município: TAUBATE

Telefone: (12)3635-1233

Fax: (12)3635-1233

E-mail: cep@unitau.br

ANEXO F – MEMORIAL DE UM PROFESSOR EM CONSTRUÇÃO

1. INTRODUÇÃO

Defino-me como uma pessoa sonhadora, alguém que luta para conquistar o que deseja e assim tem sido a minha vida, já que não existe vida pessoal e profissional, pois, o indivíduo é um só. A proposta do memorial mostrou-se como um desafio, afinal, é difícil escrever as próprias percepções. Jamais eu havia pensado em fazer um diário que fosse. Nascido na década de 1980 ouvia que diário era algo para meninas, até chegar à fase adulta e deparar-me com o diário de classe, livrar-me de preconceitos e passar a escrever, porém, não as próprias impressões do cotidiano e sim as obrigações da profissão.

Este memorial foi produzido no ano de 2020 e há revelações de mim enquanto estudante até chegar ao mestrado, sendo este último a consumação de um sonho. Descrevo nesta narrativa a minha vida desde o início dos estudos, a formação e ao momento em que me vi como docente.

Neste memorial o leitor terá a oportunidade de conhecer uma pessoa que se preocupa com os demais, sou filho de uma família humilde, o primeiro a fazer graduação, graças à bolsa de estudos. O estudo sempre foi uma fonte de alegria para mim, via nas pessoas que gostavam de estudar uma certa luz, a oportunidade de conquistas futuras.

Relembro de momentos que possibilitaram ser o que sou hoje, a ter a identidade professor e assumir responsabilidades, abrir-me aos outros. Acrescento que um fato interessante descoberto, nas inúmeras leituras, foi que os estudos sobre a profissionalização docente têm sido substanciais desde a década em que nasci. Arrisco-me a dizer que tive a sorte de nascer à luz do conhecimento, num período em que houve a preocupação com a formação daqueles que formam os demais.

Este memorial tem como objetivo apresentar um registro de um processo reflexivo da trajetória pessoal e profissional minha, apresento a memória enquanto estudante, criança, filho, questões que considero relevantes, fatores que o levaram a encontrar-me como professor, assumir a identidade. Há reflexões de todo o percurso pessoal e profissional.

Acredito que desde os tempos de escola eu já gostava da sala de aula, ajudava as professoras, talvez em meu inconsciente já existisse a vontade de ser professor, porém, a escolha pela profissão docente não foi algo direto, fato que também está nas narrativas das próximas páginas.

A trajetória pessoal e profissional se faz presente neste material e foram utilizados

como autores obras de André (2004), Fachin (2005), Huberman (1989), Lakatos e Marconi (2001), Lantheaume (2012), Libâneo e Pimenta (1999), Nóvoa (2000 e 2002), Szymanski (2002), Shulman (2014), Tardif (2000), entre outros, para a fundamentação. As obras apresentaram trechos que são condizentes com diversos momentos de minha vida, sendo assim, plenamente relevantes.

1.1 MOTIVAÇÃO

Motivar é aquilo que me move e tudo tem uma razão de ser, acredito que eu tenha encontrado esta razão quando senti a necessidade de ser útil de alguma forma. Quando fiz jornalismo o sentimento era ser útil, informar as pessoas, ajudar a transformar vidas e como professor tenho sentido isso mais latente.

Convivo com os sonhos e desafios, pratico a empatia e sei que há questões mais simples e algumas mais complexas, de ordem financeira. Quando vejo que um aluno quer estudar, mas não tem dinheiro, eu falo para que ele persista, pois, irá conseguir algo. Pensando em minha trajetória, este memorial tem uma linha histórica, traz momentos experienciais, o que encontrei nas palavras de Tardif (2000).

Fazer o mestrado profissional em Educação é algo que está atendendo aos meus anseios. Tive um aluno com laudo de Transtorno do Espectro Autista (TEA) e me senti desafiado para ajudá-lo em seu processo de aprendizagem.

Imagine chegar em um ambiente escolar, não ter informações de um aluno e simplesmente se encantar porque ao ouvir a sua voz ele busca interagir. Atitudes sinceras, cheias de amor e carinho por mim, motivaram a pesquisa. Aquele menino tem uma luz que irradia e isso me colocou nos trilhos da vida acadêmica para pesquisar o que cada professor entende como desafio docente para fazer a adaptação curricular para alunos com laudo de TEA.

Ao ler este memorial é possível perceber que a minha vida é recheada de desafios e eu sempre me disponho a encará-los, porque nada na vida é ao acaso, tudo é propósito de Deus. Não sou uma pessoa que vive em igreja, porém, sou alguém de muita fé, garra e coragem. Coragem para encarar a vida e aceitar aquilo que Deus me dá, por confiar em mim.

O que me motiva a estudar é saber que poderei abrir portas para o futuro. O gás da profissão é ver a alegria dos estudantes ao realizarem as avaliações e conseguirem boas notas. A busca pelo mestrado é uma fonte inesgotável de conhecimento, sem dúvidas, terei a oportunidade de aprender muito mais. O ânimo está ligado com questões sem explicações.

Quando me perguntam por que estudo tanto a resposta é que gosto de estudar, enfrentar desafios e aprender para contribuir com o próximo.

1.2 OBJETIVOS

Tem se como objetivo geral apresentar a trajetória de um professor em construção, os objetivos específicos são revelar a visão particular sobre a carreira docente, relacionar a prática com teoria e oferecer material de um profissional que acredita na educação como fonte de transformação.

Lakatos e Marconi (2001) definem dois tipos de objetivos: os gerais e os específicos. Objetivo geral está ligado a uma visão global e abrangente do tema. Relaciona-se com o conteúdo intrínseco, quer dos fenômenos e eventos, quer das ideias estudadas. Deste modo, o objetivo geral deste memorial é apresentar um ponto de vista particular do fazer docente.

Toda produção acadêmica também apresenta objetivos específicos, assim sendo, aqui a proposta é oferecer material pessoal para difusão da minha percepção sobre a profissão docente, apresentar narrativa pessoal de modo a estimular os estudos, relacionar momentos particulares com a visão de autores sobre perspectivas do ato docente.

1.3 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

O trabalho traz a introdução em seu início, item 1, neste tópico há uma breve descrição do que poderia ser encontrado nesta produção, a motivação e os objetivos englobam esta seção, para os objetivos há referência teórica. No item 2 há apresentação da metodologia utilizada, qual foi o percurso para a produção, no item 3 os assuntos abordados são as trajetórias pessoal e individual, às quais resolvi nomear como nascer indivíduo e nascer professor. O item 4 é uma discussão, há presença de referenciais teóricos sobre o fazer docente e a visão do autor.

2 MÉTODO

Para produzir este memorial encontrei nas palavras de Fachin (2006, p.29) a definição para a metodologia. Este afirma ser um instrumento do conhecimento que proporciona aos pesquisadores, em qualquer área de formação, orientação geral que facilita planejar uma pesquisa, formular hipóteses, coordenar investigações, realizar experiências e interpretar os resultados. Em sentido mais genérico método, em pesquisa, seja qual for o tipo, é a escolha de procedimentos sistemáticos para descrição e explicação de um estudo.

Gil (1991) destaca que a pesquisa bibliográfica permite ao pesquisador a aproximação do objeto de estudo. As leituras de diversas obras possibilitaram a aproximação da teoria com os momentos experienciais.

Este estudo seguiu o caminho de uma metodologia exploratória bibliográfica, fazendo o fichamento de obras para estabelecer conexões com a prática docente. Diversas obras contribuíram com o processo de intertextualidade. A prática enquadrou-se em diversas produções teóricas.

No memorial foi utilizada a narrativa autobiográfica, onde há minha história relacionada com questões teóricas. Segundo Arcoverde e Arcoverde (2007, p. 2, *apud* Policarpo, 2017, p.155): O memorial é um gênero textual rico e dinâmico que se insere na “ordem do relatar”, isto é, gênero que relata fatos da memória, documentação de experiências humanas vivenciadas. O memorial pode ser considerado, ainda, como um gênero que oportuniza as pessoas expressarem a construção de sua identidade, registrando emoções, descobertas e sucessos que marcam a sua trajetória. É uma espécie de “diário”, no qual você pode escrever suas vivências e reflexões.

3 TRAJETÓRIA PESSOAL E PROFISSIONAL

3.1 NASCER INDIVÍDUO

Nasci no dia 04 de outubro de 1985, data que por coincidência ou não é o dia do poeta, talvez esteja aí a razão de eu achar poesia em tudo, buscar sempre o lado positivo das situações, por mais que as evidências possam mostrar o contrário. Filho de Vera Lúcia Moreira Cuba e José Benedito Cuba, o quarto filho do casal e o caçula. Irmão de Sandro Paulo Cuba, Katty Paola Cuba e Kelly Cristina Cuba Marques, a minha irmãzinha casou-se com Sidnei. A história pessoal é singular, porém, de grande relevância para reflexões.

Talvez me perguntem, por que eu preciso saber que você é filho deste casal, tem esses irmãos e um cunhado? A resposta é que estas pessoas são as que me apoiam em todos os momentos de minha vida. Uma família que não aponta dedos e me critica por ser sonhador, simplesmente apoia.

Nasci e cresci em Pindamonhangaba, cidade localizada na região metropolitana do Vale do Paraíba. Meu pai trabalhava como metalúrgico e minha mãe na área da limpeza. Ele fez até a antiga quarta série. Morava na roça, ajudava os pais desde menino, não tinha condições de frequentar a escola, eram outros tempos, ele nasceu na década de 40, para ser preciso, nasceu em 1947. Minha mãe havia feito até a quinta série, depois, quando eu já estava grandinho, foi fazer o supletivo, lembro dela reclamando das aulas de matemática, dizendo que as contas não “entravam” na cabeça. Eu e meus irmãos estudamos em escolas públicas.

Desde o meu nascimento é óbvio que eu não lembraria de tudo, entretanto, há coisas que meus familiares contam e para elucidar a trajetória pessoal fiz uso do artifício da entrevista. Segundo Szymanski (2002) a entrevista é utilizada em pesquisas qualitativas e com este instrumento consegue-se investigação de fatos, opiniões e sentimentos. Côco e Leite (2019) citam que por meio das entrevistas é possível realizar transposições teóricas e, de certo modo, exotópicas, pois, ao interagirmos com os entrevistados, nos identificamos e passamos a ver a realidade a partir do que eles viram.

Fiz uma entrevista com minha mãe via celular, primeiro por conta do distanciamento social, pois, ela tem 66 anos e eu estava indo trabalhar todos os dias, logo, não sabia se já tive Covid. Lembro bem porque ela estava internada. Descobriu câncer no intestino, eu aflito por várias questões, com minha mãe, escritas do memorial e do projeto, medo da Covid.

As informações reveladas começaram com o meu nascimento, ela disse que com uma

semana de vida, no banho na banheira, firmei a perna e levantei; andei a banheira e minha avó materna, in memória, “Quita”, disse: “Esse aí vai longe”. Acredito que ela tinha a ideia de que eu teria vontade de ir longe mesmo, quem sabe, após este mestrado buscar a oportunidade de fazer o doutorado e pós-doc. Depois deste feito o andar foi com 1 ano e dois meses, porém, com 10 meses já levantava e segurava pelas coisas.

A primeira palavra foi mamãe, seguida de papai, mama, “tatá”, até mesmo construir uma oração. “O tatá tá tonto?”, o que seria o papa está pronto? Isso eu sei porque uma amiga de minha mãe, toda vez que me encontra, relembra. Um fato que meu pai lembra até hoje é eu arrastando a cadeira, subindo nela, acendendo a luz e virando o corpinho para conferir. A curiosidade sempre fez parte de mim.

3.2 ENSINO FUNDAMENTAL, MÉDIO E SUPERIOR

Iniciei os meus estudos aos quatro anos de idade, no que era conhecido como pré, fiquei dois anos na unidade educacional, que agora se chama REMEF Maria Zara Mine Renoldi dos Santos, com a professora Ana Lúcia. Minha mãe conta que lá eu fazia muitos desenhos, pintava, brincava, coisas que até hoje são feitas na Educação Infantil. O que recordo desta fase era uma festa junina, que eu não queria tirar foto, não sei o motivo, mas não queria, aí a foto que tem é com a boca totalmente acirrada, infelizmente não tenho mais a fotografia.

O primeiro ano do Ensino Fundamental foi na E.E. Professora Yonne César Guaycuru de Oliveira, onde fiquei o segundo ano também. Lá eu tinha uma professora que eu sentia não gostar de mim, talvez já sofresse preconceito, por ser um menino pobre e negro, pois, quando eu pedia as coisas era tudo não, inclusive cheguei a fazer necessidades fisiológicas na roupa, por não me deixar ir ao banheiro. O nome dela nem lembro, o que acho muito bom, afinal, rancores não são proveitosos.

Do terceiro ano do Ensino Fundamental ao último ano do Ensino Médio passei a estudar na E.E. Professor Wilson Pires César, uma escola que tenho muito carinho. Lá encontrei professores que gostavam do que faziam, professoras Miriam e Diva foram memoráveis.

Os anos foram passando e cheguei à quinta série, atual sexto ano. Um fato marcante nesta série foi o incentivo à leitura. Solange e Derli, respectivamente professoras de Ciências e História, fizeram um projeto e os alunos que lessem mais seriam premiados. Livros como “Pequeno Príncipe”, “Escaravelho do Diabo” e “Menino Maluquinho” fizeram parte do meu

repertório de leitura. Daí em diante peguei o gosto pela leitura.

Nesta unidade escolar eu me sentia acolhido, as professoras me ouviam e algumas até pediam para eu passar o conteúdo na lousa, ali acredito que fui pegando o gosto do fato de estar à frente de uma sala.

Por outro lado, lembro que tinha dificuldades com a área de exatas, hoje entendo que o processo de aprendizagem é muito complexo. Aprendi a tabuada de cór, para decorar sou razoável, acredito que pensavam assim: “ele não serve para exatas, tem dificuldade”. O tempo de escola é um período singular demais, pelo menos eu pensava assim porque encontrei alguns professores de matemática sem muita paciência para explicar quantas vezes fossem necessárias.

Agora, como professor, eu refleti sobre o que acontecia; eles explicavam mais de uma vez com a mesma estratégia, apenas repetiam, não apresentavam as devidas explicações de modo diferenciado. Talvez também tenha nascido na minha dificuldade a paixão pela Educação Especial, não que eu tenha laudo, mas por perceber que cada um precisa de abordagens diferenciadas, para que possa aprender, mas, claro, lá atrás de maneira não consciente, com vistas ao que poderia ser profissão no futuro.

Apenas no Ensino Médio é que eu gostei e bastante da matéria Física, a professora era excelente, explicava tudo de uma forma tão simples, eu conseguia aplicar aquelas fórmulas e ficava satisfeito, as notas eram boas, porém, em química e matemática nem tanto. Principalmente química, o professor parecia gostar de explicar apenas para as meninas, os meninos dançavam literalmente.

Voltando à palavra curiosidade, a construção de frases, orações, períodos simples e compostos estão presentes em minha vida até hoje. Ser professor de Língua Portuguesa faz de mim um estudioso sem pausas, afinal, a todo tempo estamos recebendo alunos com as variadas dificuldades e lembro de mim, lá nos anos iniciais com a matemática. Entendo perfeitamente que todas as pessoas podem apresentar dificuldades em uma ou outra disciplina.

Concluí a oitava série no ano de 1999 e no segundo ano do Ensino Médio, aos 15 anos, vivi uma fase crítica em relação aos estudos. Quebrei a perna treinando voleibol, eu jogava na seleção de Pindamonhangaba, treinava porque os atletas conseguiam bolsas para estudar e eu pretendia ser bolsista quando chegasse a idade.

Por ter quebrado a perna no segundo ano do Ensino Médio fiquei um bom tempo afastado. O meu pai fez uma mesinha para colocar sobre a cama hospitalar que conseguimos emprestada. A mesinha servia para alimentação e estudos, tive a sorte de ter um anjo. Erilin

Carvalho era a estudante da turma que decidiu me emprestar o caderno para fazer as atividades, retornei à escola usando muletas. Os desafios aparecem, porém, jamais podemos desanimar. Conclui o Ensino Médio em 2002.

Recordo que quando me perguntavam o que eu queria fazer de faculdade eu pensava em Educação Física, porque gostava da disciplina, porém, ao descobrir que teria aulas de anatomia, desisti e fui pesquisar outras profissões. Encontrei jornalismo e achei bem interessante.

Com o sonho de fazer faculdade fiz uma prova para participar das aulas de um cursinho popular, oferecido na Câmara de Vereadores da cidade, fui aprovado e no ano de 2003 fui estudar lá. Os professores eram estagiários de várias áreas. Fiz grandes amizades também, pessoas que incentivavam sempre os estudos. Jamais irei esquecer da Andréa Campos Salles, quem mais me incentivava.

No mesmo tempo em que estudava na Câmara arrumei um trabalho temporário. Embalar revistas da Canção Nova e do santuário nacional, o foco era ganhar dinheiro e pagar a inscrição do vestibular das faculdades que eu queria fazer, fiz a inscrição para o curso de Jornalismo em quatro instituições.

A intenção era estudar em uma pública, tentei Unesp, passei na primeira fase, na segunda era exatas e o óbvio aconteceu. Não desisti, com o dinheiro que havia sobrado eu paguei a inscrição da Unip, Univap e Fatea, hoje Unifatea.

Fui aprovado nas três privadas, porém, a que tinha chances de conseguir bolsa era a Fatea, pois, tinha convênio com o programa Escola da Família, um programa do governo do Estado de São Paulo. A matrícula na Fatea era R\$ 540, dinheiro que eu não tinha na época, o meu pai conseguiu esse valor e lá fui eu feliz fazer a matrícula no curso de Jornalismo na Fatea, hoje Unifatea, em Lorena.

Depois que concluí o curso de Jornalismo, em 2007, fui fazer Letras, porque acredito os estudos abrem portas. Fiz um semestre do curso de Letras, em 2008, este era pago e eu não tinha condições. Na época eu tranquei a matrícula e para não parar de estudar decidi fazer o Vestibulinho da Etec João Gomes de Araújo e fiz o curso Técnico em Nutrição e Dietética, conclui em 2010, conhecimento nunca é demais. Em 2011 fiz pós em Administração e Marketing, em 2012 fui convencido por um amigo a fazer a complementação pedagógica, a qual me habilitou para assumir aulas de Língua Portuguesa.

Na trajetória de estudos também fiz licenciatura em Educação Artística, especialização em Libras, Metodologias e técnicas de ensino, Gestão Escolar e no ano de 2018 comecei a estudar pedagogia, pela UNIVESP, afinal, é uma instituição gratuita, e o

foco é ter a oportunidade de assumir a direção escolar, em algum momento de minha vida profissional.

No ano de 2020, após ser incentivado pelos professores Givandelson Aquino e Juliana Sampaio, fiz a inscrição para as vagas remanescentes do mestrado. Tive a bênção da aprovação e garanto que conciliar os trabalhos com os estudos foi prova de que quando se sonha podemos conquistar o espaço que merecemos.

O percurso pessoal não é desconexo do profissional, tendo em vista que as marcas pessoais transitam por todos os campos. Diga-se que não há separação, não existe o eu pessoal e o eu profissional. O meu eu profissional se faz de acordo com o ambiente em que estiver inserido. Nóvoa (2000) diz que a vida do profissional é, antes de qualquer coisa, a vida da pessoa que trabalha como professor.

A minha trajetória pessoal traz marcas que, sem dúvidas, influenciam o meu trabalho como docente, professores que eu tive e não gostava, porque pensava que não gostavam de mim por algum motivo ou tinham preconceito, fizeram com que eu tivesse mais forças ainda, jamais desistisse de algo, pelo o contrário, fui me aprimorando, em busca do conhecimento, para que pessoas mesquinhas não me atrapalhassem. Hoje em dia, tudo que eu faço é pensando no sucesso do meu aluno, eu sou um professor que acredito na capacidade de cada um. Finalizo trechos desta trajetória pessoal para caminhar pelos trilhos da profissão.

3.3 PERCURSO PROFISSIONAL E O NASCER PROFESSOR

Em 2003 fiz um concurso na Prefeitura de Pindamonhangaba, o cargo era ajudante, fiz para este por ser o único que não pedia experiência. Fui aprovado, 36º lugar, eram 80 vagas, convocado no dia 09 de fevereiro de 2004. Comecei como ajudante de pintor, acordava às 6 horas, pegava a bicicleta e atravessava a cidade para ir ao trabalho.

Foram dois meses lixando parede, fazendo recortes de rodapé e teto, até ser convidado a trabalhar no escritório da Secretaria de Obras, pois, o diretor da pasta, Jacob, ficou sabendo de minha trajetória de estudante e decidiu me ajudar, o qual sou grato até hoje.

A relação trabalho e estudos revelou-se em anos bem cansativos, trabalhava de segunda à sexta-feira, das 7 às 17 horas, saía pedalando rapidamente para chegar em casa, tomar banho e subir na van às 18 horas para ir à Lorena, saía às 22h30, chegava em casa quase 00h e no outro dia saía às novamente, muitos dias eu fui trabalhar tendo dormido

apenas três horas, porque tinha trabalhos para entregar e eu não poderia ficar com nota baixa, para não perder a bolsa.

Estudei quatro anos de Jornalismo e para financiar os estudos trabalhava aos finais de semana como Educador Universitário do Programa Escola da Família. Consegui a bolsa no segundo mês do curso. Trabalhei em quatro escolas desenvolvendo diversos projetos, atendendo a comunidade. Projetos sendo aula de inglês básico, orientação para redação, aulas de Língua Portuguesa, alfabetização, organização e planejamento de eventos, entre outras ações.

O meu início profissional não foi diretamente como professor, logo após a formação inicial, pois, fiz jornalismo, por outro lado, digo que a minha trajetória na Educação começou ainda nos tempos de estudante, quando ajudava os professores.

Profissionalmente, o início foi como Educador Universitário do Programa Escola da Família, de 2004 a 2007. Embora atuasse como professor, em vários momentos, não me sentia um, até porque a minha graduação não era licenciatura. Mesmo assim, a fase de trabalho em escola foi me moldando, ser chamado de professor foi meio que mudando o meu ponto de vista sobre o ato docente.

O início de carreira é o que considero o nascimento. Digamos que primeiro eu nasci como jornalista, colocando em prática tudo que ouvia na faculdade, desde produzir uma pauta até fechar uma matéria. Depois de exercer a função de repórter, ter passado por vários desafios e aprender muito, inclusive entrevistar uma pessoa utilizando Libras, fui convidado para assumir a Assessoria de Imprensa na Prefeitura de Pindamonhangaba, foram anos de grandes desafios, oportunidades e alegrias. Neste meio tempo foi que fiz o curso de Letras, aí fui obrigado a fazer o estágio.

Em 2012 tive a oportunidade de fazer estágio e durante este período também ministrei aulas. A professora da turma, Shirley, confiou em meu trabalho, pediu licença e deixou eu prosseguir o conteúdo. Profissional ímpar, pois, na parceria e credibilidade é que me senti professor, ela possibilitou o meu “nascimento docente”, porque agora sim eu estava em um curso de licenciatura, cumprindo exigências para me graduar.

Para Machado (2009, p.52) a transposição didática compreende um conjunto de transformações que um conjunto de saberes científicos necessariamente sofre, quando se tem o objetivo de torná-los ensináveis e aprendíveis, deste modo, fui me transformando para poder oferecer transformações aos estudantes que estivessem em minhas salas.

O desafio de transformação foi apresentar aos estudantes conteúdos aprendidos na faculdade, trabalhar a literatura e também questões gramaticais, além disso, produção de

texto, orientá-los e auxiliá-los no processo de revisão.

Além disso, fiz relação com o apontamento de Sales, et all, apud Gatti, 2019, p. 151, onde diz que o processo de escolha profissional dos estudantes está sujeito a uma série de intervenientes. Tem a ver com o modo como a sua posição na constelação familiar e a sua história de vida se entremeiam com as expectativas e valores culturais dos grupos sociais a que pertencem, com o contexto educacional com que se defrontam, e com as influências mais abrangentes do cenário social em que estão inseridos.

A partir do momento em que tive a abertura e senti a confiança da professora acredito que, de certa forma, assumi a identidade profissional. Gatti e Barreto, 2009, revelam que os desafios do momento exigem a um só tempo uma prática docente mais contextualizada e autônoma e uma busca de eficiência e eficácia na realização de objetivos de ensino legitimamente colocados pelo poder público e pela sociedade. Refletindo sobre o que estas referências apontam vejo-me como um profissional em constante construção, buscando a eficácia no fazer docente.

Depois da experiência do estágio fiquei afastado da docência, até 2014, quando então fiz um projeto de história do bairro por meio de radionovela e ele foi aprovado pelo Ministério da Educação e Cultura, onde fui professor e coordenador, no ano de 2015 fui convidado pelo coordenador do curso de Rádio e TV da Faculdade de Pindamonhangaba para fazer uma entrevista e o teste para ministrar aulas na instituição. Assumi as aulas de História do Rádio e da TV, Administração em emissoras de rádio e TV, relações públicas e Libras.

Os concursos foram aparecendo e eu sempre metendo a cara, pois, uma coisa que penso é jamais desistir. Fui aprovado nos concursos do Estado de São Paulo e na Prefeitura de São José dos Campos. Iniciei no magistério em São José dos Campos em março de 2016. Sou professor de Língua Portuguesa, deparei-me com público da Educação Especial, ambos com carinho enorme por mim, não sei o motivo.

Recordo-me de ter chego à primeira unidade escolar e ter sido recebido com hostilidade inicial, pois, no ideário dos alunos eu estava “roubando” a vaga de uma professora e na ocasião a mesma estava grávida. Por ser uma pessoa solidária senti-me bem triste, pois, jamais foi a intenção roubar o lugar de ninguém. Naquele momento de dúvidas e certezas eu me impus. Esclareci que em momento algum pensei em tirar a vaga de alguém, porém, o processo de escolha de aulas era algo que acontece sem os devidos esclarecimentos.

Percebi que a afetividade era mais importante e busquei construir uma relação de

amizade, mostrar quem eu era e as reais intenções, que eram apenas desempenhar a função de professor. Foi um ano de desafios, pois, precisei me adaptar e graças a Deus tive ajuda de muitos professores. Eram quatro nonos anos e um oitavo. A prática docente esta alicerçada em questões “conteudistas” e a preocupação era cumprir o currículo, dentro de tudo isso pensava na afetividade o tempo todo, mandar aluno para a direção não era o meu foco. Satisfação foi ter muitos alunos aprovados em provas externas.

Eu queria ter ficado na mesma unidade escolar, porém, por questão de pontuação mudei, na outra, no primeiro dia de aula fui agredido por um aluno. A direção era nova, não queria nem fazer o registro, por insistência fez. Depois de ir busca apoio fora da escola, indo à Secretaria de Educação, vim saber que o aluno era tido como problema da rede, pois, tinha histórico de agressão em outras escolas. Costumo dizer que Deus é muito bom comigo, o ano letivo prosseguiu sem a presença dele no local. Eu penso sempre no aluno, porém, depois de ouvir diversos relatos me dei por feliz. Ele ficou detido na Fundação Casa. Houve mudança na direção e com a nova diretora eu encontrei uma profissional espetacular, que olha para os professores como parceiros.

Nesta segunda escola em que atuei busquei valorizar os conhecimentos prévios, trabalhar mais com conversas. Havia uma sala que era difícil de trabalhar, um oitavo ano. Eu sofria preconceito de alguns alunos, faziam piadinhas com meu sobrenome, levava tudo na brincadeira, porque percebi que o caminho era a construção de laços, pelo menos para ser respeitado, e obtive sucesso.

Encerrado o ano de 2017 parti para a unidade que estou até hoje, onde sou efetivo e o primeiro a escolher as aulas. Digo que encontrei uma escola com pessoas acolhedoras, lugar onde me sinto feliz. Alguns alunos falam que sou bravo e ao mesmo tempo legal, engraçado. Digamos que com o passar do tempo fui aprendendo.

No ano de 2019 também trabalhei como professor de Artes em São José, os meses de experiência no ano anterior ajudaram-me a fazer todo o planejamento, seguir sequências didáticas e também oferecer momentos de produções artísticas, literalmente colocaram a mão na massa, em todas as linguagens artísticas também. Foi um ano bem cansativo, entretanto, gratificante.

A única coisa que eu achava estranho era ser chamado na direção porque ia mães lá reclamar de mim, falavam que eu era muito bravo e muito exigente, refleti bastante e percebi que as exigências eu não iria parar de fazer, afinal, se sou professor e estou ali o aluno precisa fazer o melhor que conseguir, não de qualquer jeito.

No ano de 2020 resolvi pegar aulas de Artes no Estado, o que se mostrou como

desafio, pois, saí das aulas de Artes nos anos iniciais para ir ao EJA. As experiências com esses alunos, durante o período presencial, foram bem interessantes. Além de questões artísticas eu tinha a oportunidade de conversar com eles e cada um realizava perguntas relacionando o conteúdo com algo que já havia visto na vida. Veio a pandemia e me afastei, tendo que ministrar as aulas via whatsApp, o meio de comunicação que a maioria dos alunos tinha.

Refletindo novamente, talvez a escolha da profissão seja por ter visto tantos professores que amavam o que faziam incentivando sempre os alunos. Ser professor de Língua Portuguesa faz de mim um estudioso sem pausas, afinal, a todo tempo estamos recebendo alunos com as variadas dificuldades e lembro de mim, lá nos anos iniciais com a matemática. Entendo perfeitamente que todas as pessoas podem apresentar dificuldades em uma ou outra disciplina, porém, a memória de infância me faz tratar os meus alunos de modo diferente, porque eu sei o que é ter dificuldades.

Após a experiência com alunos da Educação Especial, sentindo-me desafiado a descobrir formas de trabalhar encontrei no mestrado a oportunidade de investigar o problema de pesquisa desenhado, que é conhecer quais são os desafios e as possibilidades que os professores dos anos iniciais têm para fazer a adaptação curricular para alunos com laudo de TEA.

O destino já está escrito, a autoria divina encarregou-se de colocar em minha história a aprovação no concurso público da Prefeitura de Pindamonhangaba, por duas vezes, como professor e diretor de escola. Ironia ou coincidência rara do destino, como diretor passei em 36º, a mesma classificação do primeiro, são 60 vagas e aquela intenção em estar à frente de uma unidade escolar será realidade em 2022.

Finalizo esta seção acreditando que a cada dia estou me construindo, consolidando-me como professor, encarando a identidade profissional de um modo diferenciado, sabendo o professor nunca está pronto e que o próprio conhecimento precisa ampliar-se cotidianamente.

4 DISCUSSÃO

A Universidade de Taubaté dispunha de dois modelos, onde um faria a discussão da memória com a teoria em meio ao texto e o outro um espaço reservado para a discussão com a teoria, deste modo, o adotado fora o segundo modelo.

A produção de memorial é um exercício de construção de identidade profissional. André (2004) afirma que é um documento pessoal do tipo diário, em que o professor registra reflexões e sentimentos sobre o próprio processo de aprendizagem e sobre o seu trabalho em sala de aula. Além disso, é o registro da história do professor cursista, especialmente sobre o que vai aprendendo durante o curso, é o instrumento em que registra descobertas, mudanças na sua prática e na sua trajetória pessoal e profissional, expressa suas emoções, seus sucessos e suas dúvidas.

Este exercício é uma constante, por este motivo, o título do artigo. Acredito que estou em construção, ao longo do tempo vou me aperfeiçoando e quem ganha com isso são os alunos, pois, a cada dia são oferecidas novas propostas de aula. As aulas remotas mostraram-se como um desafio para mim e aos meus estudantes, uma vez que eles precisaram “amadurecer” e assumir responsabilidades.

O processo de escolha profissional dos estudantes está sujeito a uma série de intervenientes. Ele tem a ver com o modo como a sua posição na constelação familiar e a sua história de vida se entremeiam com as expectativas e valores culturais dos grupos sociais a que pertencem, com o contexto educacional com que se defrontam, e com as influências mais abrangentes do cenário social em que estão inseridos (SALES; CHAMON, 2011; SANTOS; TAVARES; FREITAS, 2013; PICANÇO, 2016, entre outros) (*Apud, Gatti, 2019, p. 151*)

Antes de estar em sala de aula existe a escolha da profissão e refletindo sobre os intervenientes a minha escolha foi pautada em busca da valorização profissional e ter a oportunidade de estudar. No campo jornalístico eu me via obrigado a lidar com inúmeros egos e via pessoas sem fazer nada ganhando muito e eu trabalhando com hora para entrar e sem horário de saída, onde não tinha a opção de estudar. O fator que me levou a assumir o cargo de professor foi ser contratado como um, onde eu estava exercia o papel de jornalista, porém, o concurso era de um cargo inferior, logo, sem valorização profissional.

Com as palavras de Lantheaume (2012, p. 373) retorno ao meu primeiro dia de trabalho, onde diz que as dificuldades dos professores estão ligadas muito mais ao ambiente

de trabalho do que a transtornos pessoais que eles levariam para a sala de aula. E outra constatação sinto na pele, onde revela que embora os professores enfrentem geralmente essas diversas dificuldades a maioria continua, contudo, sentindo prazer em ensinar. A alegria do ato docente fora atestada com as aprovações, com os alunos contando que tiveram notas altas nas redações.

Também me sinto no estado de “desassossego” permanente, como cita Lantheaume (2012), sempre busco soluções para os problemas. Não busco soluções defensivas, em meu caso as buscas são para construção do sentido do ofício e à renovação do prazer de exercê-lo.

Huberman (2000) diz que o aspecto da descoberta traduz o entusiasmo inicial, a experimentação, a exaltação por estar, finalmente, em situação de responsabilidade, por se sentir colega num determinado corpo profissional. Falando em nascer professor me senti neste momento do autor.

Compreendi também que os saberes ligados ao trabalho são temporais, porque precisei me reinventar. Durand (1996, *apud Tardif e Raymond, 2000*) essa dimensão temporal decorre do fato de que as situações de trabalho exigem dos trabalhadores conhecimentos, competências, aptidões e atitudes específicas que só podem ser adquiridas e dominadas em contato com essas mesmas situações.

Relembrando dos meus tempos enquanto criança, no desenvolvimento humano, Piaget (1984, p. 62) afirma que a educação deve possibilitar à criança um desenvolvimento amplo e dinâmico desde o período sensório-motor até o operatório abstrato. E para que este tipo de conhecimento seja construído a criança realiza um processo de combinações de informações, portanto, essa nova habilidade não é concebida apenas de forma espontânea, mas sim, resultado de um processo de interação.

Refletir sobre essa interação encontrei os desenhos que eram feitos ao lado dos demais colegas, me reporto lá na Educação Infantil, o meu pré. Fazendo a transposição vejo que a professora do primeiro ano e do segundo ano do ciclo I não possibilitaram a minha interação como deveria. Naquele tempo, década de 90, nem imaginava sofrer preconceito, entendia apenas como um não gostar de mim.

Falcão (1985) afirma que pensar na aprendizagem é refletir sobre a mudança de comportamento, ou seja, o aluno que antes não sabia ler, por exemplo, no final do ano consegue fazer as leituras, isto significa que ele aprendeu. Enquanto professores, é necessário pensar no processo desta mudança. A aprendizagem não se limita ao campo escolar, está ligada à vida das pessoas, é um fenômeno do cotidiano e ocorre desde o início

da vida. É importante lembrar que nem sempre o indivíduo aprende somente praticando algo, passando pela experiência, é possível aprender por meio da observação.

Penso que muitos professores que passaram pela minha vida poderiam ter lido esta afirmação, pois, infelizmente não possibilitaram a minha aprendizagem global no campo da ciência matemática, criaram distanciamento entre o conteúdo e o aluno, por uma postura aparentemente arrogante, onde apenas eles eram os detentores do conhecimento.

Mizukami (1986) afirma que a aprendizagem é o processo pelo qual as competências, habilidades, conhecimentos, comportamento ou valores são adquiridos ou modificados, como resultado de estudo, experiência, formação, raciocínio e observação. Aprendizagem é uma das funções mentais mais importantes em humanos e animais e também pode ser aplicada a sistemas artificiais. Quem me dera ter tido a oportunidade de “passar pelas mãos” de quem admite que não é detentor de nada e ouve os alunos. Acredito que tenho feito este exercício diariamente, os anos de docência me mostraram ser necessário valorizar qualquer pessoa.

Gatti (2019) salienta que a educação escolar é basilar no mundo contemporâneo, em qualquer das formas em que se apresente ou que venha a se apresentar, e o trabalho dos professores é essencial nesse cenário. Mas sua formação precisa ser condizente com o papel dessa educação no cenário contemporâneo, com o desenvolvimento de uma consciência crítico-construtiva, com a capacidade de compreender e construir soluções diante de situações de dificuldades do aprender, de relacionar-se, de inércia, de desinteresses, de conflitos, de contraposições, etc.

Encontrei-me nas palavras da autora, reflito o tempo todo, analiso o currículo, busco ajudar todos os alunos com dificuldades, trago para perto de mim. Faço um trabalho praticamente artesanal. Muitos alunos apresentam dificuldades e não têm laudos, logo, não recebem atendimento do A.E.E. ou A.P.I. Enquanto professor me sinto na obrigação de ajudá-los, todos merecem evoluir e aprender, cada um ao seu modo.

Para Gatti (2019, p. 91) as práticas educacionais são recomendadas como devendo estar presentes desde o início da formação docente, integradas a diversas disciplinas curriculares, em diversos países. No entanto, faltam dados que indiquem como isso se realiza no cotidiano dos cursos. A conexão aqui é com a abertura que a professora Shirley me deu, se não fosse essa professora eu não colocaria em prática o que estava aprendendo. Essa experiência contribuiu de forma ímpar com a minha formação.

Tardif e Raymond (2000, p. 228) falam de fases da profissão e selecionei a segunda, trata-se da estabilização e consolidação. Encontro-me exatamente nela, pois, compreende do

terceiro ao sétimo ano. Segundo os autores, nesta fase o professor investe a longo prazo na sua profissão e os outros membros da organização reconhecem que ele é capaz de fazê-lo.

Essa fase se caracteriza também por uma confiança maior do professor em si mesmo (e também dos outros agentes no professor), pelo domínio dos diversos aspectos do trabalho, principalmente os aspectos pedagógicos (gestão da classe, planejamento do ensino, assimilação pessoal dos programas etc.). Segundo Wheeler (1992), em um interesse maior pelos problemas de aprendizagem dos alunos; em outras palavras, o professor está menos centrado em si mesmo e na matéria e mais nos alunos.

Sobre o aspecto abordado por Wheeler (1992) apenas discordo sobre o interesse maior, pois, desde o primeiro ano de exercício docente estou disposto à aprender sempre mais para ajudar alunos com problemas na aprendizagem. Destaco um ponto importante, eu tinha uma aluna no oitavo ano analfabeta, não me sentia preparado para alfabetizar e fui me preparar, buscar um curso que geralmente é feito por professores que assumem turmas do primeiro ano.

A leitura dos diversos textos possibilitou trilhar uma intertextualidade incomparável. Nas palavras de Shulman (1988, p.207) vi que há pelo menos quatro grandes fontes para base de conhecimento para o ensino: (1) formação acadêmica nas áreas de conhecimento ou disciplinas; (2) os materiais e o em torno do processo educacional institucionalizado, (3) pesquisas sobre escolarização, organizações sociais, aprendizado humano, ensino e desenvolvimento, e outros fenômenos sociais e culturais que afetam o que os professores fazem; e (4) a sabedoria que deriva da própria prática. Vejo-me refletindo sobre cada ponto, tendo em vista que a prática reúne tudo o que ele cita.

Também pude perceber-me nas palavras de Libâneo (1999), o qual afirma que professor é um profissional que ajuda no desenvolvimento pessoal intersubjetivo do aluno. É um facilitador do acesso do aluno ao conhecimento, o professor é um mediador do conhecimento, o aluno tem a informação e esta informação precisa ser transformada em conhecimento. O tempo todo não me vejo como detentor do conhecimento, até porque a língua é viva e aprendemos constantemente.

Essa seção foi interessante para estabelecer as variadas conexões, tudo que nós professores, vivemos no cotidiano, já está escrito por autores tidos como referências.

5 CONCLUSÃO

Apresentar a visão particular sobre a profissão docente era o objetivo e este fora contemplado, mesmo que ainda seja uma visão momentânea, pois, como traz no título, sou um professor em construção. Essa construção é a referência de busca para a solidez no trabalho. Diga-se que é o propósito para o avanço nas fases da carreira, como cita Huberman. Todo o conhecimento e as habilidades desenvolvidas ao longo dos anos têm se mostrado de forma mais eficiente a cada dia que passa.

Interessante casar a vivência com aquilo que está teorizado. Todos os anseios foram escritos, as dificuldades, superações, prazer em dar aula. Entender que o eu professor não tem separação do eu pessoal, enfim, a produção deste memorial fez com que eu repensasse sobre o fazer docente e enxergasse quantos obstáculos eu já passei e poderia ter até desistido da profissão, porém, criei forças e a cada dia supero questões rotineiras.

A qualificação profissional é ponto forte nos debates sociais, deste modo, o trabalho em questão proporcionou o oferecimento de um material teórico/prático do campo educacional. São informações pessoais e profissionais que estão interligadas fazendo conexões com bases teóricas. A formação docente é um processo contínuo, não basta ter apenas uma formação para atuar em sala de aula e isto é posto nas produções lidas, tendo em vista que os profissionais desta área precisam estar conectados com a realidade.

A elaboração deste memorial não foi um processo fácil, permitiu muitas reflexões sobre o Eu. Percebi que em nenhum momento de minha vida deixei-me abater por preconceitos ou situações que poderiam ser vexatórias, pelo contrário, a cada dia vou me fortalecendo. Estar no mestrado, por exemplo, é motivo de muito orgulho, pensar que as palavras dos outros não devem incidir sobre a minha vida. Quem determina a minha trajetória, escolhe os trilhos que devo percorrer sou eu, é minha responsabilidade. Isto é interessante porque não busco culpados pelos meus fracassos, o único responsável será eu. Embora já tenha citado a questão dos obstáculos e criação de forças é relevante enfatizar isso para que eu sinta a força interior que me impulsiona.

Quando penso no meu objeto de pesquisa e em minha trajetória percebo que o que pretendo é falar um pouco das dificuldades do outro e das possibilidades que todos temos. Ao que me parece, pretendo encontrar pessoas que superam todas as dificuldades, principalmente quando o assunto é educação inclusiva. As discussões para adaptações curriculares para autistas “gritam” em minha cabeça, porque ainda não há muitos materiais sobre o assunto.

Eu falar de inclusão, ainda mais dos alunos autistas, de adaptações possíveis, conversar sobre a prática pedagógica é me incluir nesta pesquisa. A busca pela inclusão, em todos os aspectos, é algo incessante. Todos têm direitos, são cidadãos e enquanto professor preciso oferecer os mesmos direitos. Jamais permitir falas que denotem a exclusão do indivíduo. De certo modo, eu já me senti excluído em várias situações, porém, algo interno fez com que os olhares de julgamento não tivessem tantas forças sobre mim.

A realização da leitura de vários autores fez com que eu tivesse a certeza daquilo que pretendo, ou seja, é possível eu fazer um trabalho que possa contribuir com a sociedade de forma ímpar. O professor Marcos é um cidadão com responsabilidade social, o ato educativo é uma ação de grande responsabilidade. É um compromisso muito sério.

Senti nas palavras doces e acolhedoras de minha orientadora, professora Dra. Suelene Regina Donola Mendonça, o peso do compromisso que eu decidi assumir. De forma tão esclarecedora e como uma mãe eu fui recebido. Eu achava que estava em um caminho e a professora Suelene me mostrou por onde eu deveria caminhar. Este percurso acadêmico tem sido desafiador e gratificante.

Todos os objetivos delineados foram alcançados. Finalizar esta produção apontou que o caminho deste profissional é repleto de desafios, pois, fica perceptível que desde o início da vida tenho tendência em encontrar obstáculos e busco formas para sobreviver. Neste aspecto me vejo nas teorias de Huberman (1992), Vaillant e Marcelo (2012), e Marcelo (1999). A cada dia estou em busca das superações e vivencio os desafios como excelentes oportunidades para o meu desenvolvimento docente.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, M. Memorial, instrumento de investigação do processo de constituição da identidade docente **Contrapontos** - volume 4 - n. 2 - - Itajaí, maio/ago. 2004. p. 283-292.

CÔCO, D., LEITE, P. de S. C. **Contribuições da entrevista, levantamento bibliográfico e estudos teóricos para as pesquisas sobre Educação na Cidade**. Disponível em: <https://2019.ciaiq.org/wp-content/uploads/2019/03/PainelDiscussao6_CIAIQ2019_EducacaonaCidade_PT_Gepech.pdf> Acesso em 10 de junho de 2020.

DEL-MASSO, M. C. S. **Metodologia do Trabalho Científico: aspectos introdutórios**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

FACHIN, O. **Fundamentos de Metodologia**. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

FALCÃO, G. M. **Psicologia da aprendizagem**. São Paulo – SP. Editora Ática, 2ª edição, 1985.

GATTI, B. A. **Professores do Brasil: novos cenários de formação/** Bernadete Angelina Gatti, Elba Siqueira de Sá Barretto, Marli Eliza Dalmazo Afonso de André e Patrícia Cristina Albieri de Almeida. – Brasília: UNESCO, 2019.

GATTI, B.A. BARRETO, E.S.de S. **Professores do Brasil: impasses e desafios**. Brasília: UNESCO, 2009.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5º. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

HUBERMAN, M. **Ciclo de vida profissional dos professores**. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4118873/mod_resource/content/1/HUBERMAN%20Micahel_O%20ciclo%20de%20vida%20profissional%20dos%20professores.pdf> Acesso em 10 de julho de 2020.

KISHIMOTO, T. M. **O jogo e a educação infantil**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1994.

LANTHEAUME, F. **PROFESSORES E DIFICULDADES DO OFÍCIO: PRESERVAÇÃO E RECONSTRUÇÃO DA DIGNIDADE PROFISSIONAL**. TRADUÇÃO Fernanda Machado (2012). Disponibilizado na disciplina Profissão Docente do MPE da Universidade de Taubaté.

LIBÂNEO, J. C. e PIMENTA, S. G. **Formação de profissionais da educação: Visão crítica e perspectiva de mudança**. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/es/v20n68/a13v2068.pdf>>. Acesso em 05 de fevereiro de 2020.

LÜDKE, M. e A., M.E.D.A. de. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MACHADO, A. R. **Linguagem e Educação: o ensino e a aprendizagem de gêneros textuais**. São Paulo: Mercado de Letras, 2009.

MARCELO, C. **A identidade docente: constantes e desafios.** Formação Docente. Belo Horizonte, vol.01, p. 123, ago – dez. 2009.

MIZUKAMI, M. G. N. **Ensino: as abordagens do processo.** Disponível em: <<https://www.docdroid.net/MrZCc0F/maria-das-gracas-nicoletti-mizukami-ensino-as-abordagens-do-processo.pdf>>, Acesso em 10 de agosto de 2019.

NÓVOA, A. **Os professores e as histórias da sua vida.** IN: NÓVOA, A. vidas de professores. 2. ed. Porto: Porto, 2000.

NÓVOA, A. **Formação de professores e trabalho pedagógico.** Lisboa: Educa, 2002.

PIAGET, J. **PSICOLOGIA E PEDAGOGIA.** SÃO PAULO: SUMMUS, 1984.

POLICARPO, E. A. **ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: PERSPECTIVAS ESCOLARES E INCLUSÃO SOCIAL.** Repositório UNITAU. 2017.

SZYMANSKI, H. (org.). **A entrevista na pesquisa em educação a prática reflexiva.** Brasília Plano Editora, 2002.

SHULMAN, L. **Conhecimento e ensino: fundamentos para a nova reforma.** Cadernos Cenpec. São Paulo, v. 4, n.2, p. 196-229, dez. 2014.

TARDIF, M.; RAYMOND, D. **Saberes, tempo e aprendizagem do trabalho no magistério.** Educação & Sociedade, n. 73, Dezembro/2000

VAILLANT, D. MARCELO, C. **Ensinando a ensinar: as quatro etapas da aprendizagem.** Curitiba: UTFPR, 2012.